

mapa: o Jornal de Informação Crítica

Assina o
Jornal Mapa

descobre como em
[jornalmapa.pt/
assinatura-do-jornal](http://jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal)



NÚMERO 34
MAIO-JULHO 2022
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

25 de abril - Outros 50 anos págs. 16 e 17

Primeira de várias peças onde tentaremos trazer à superfície as histórias e estórias de Abril ligadas à espontaneidade e auto-organização que, decerto, as comemorações oficiais tentarão enterrar. Neste número, a Livraria Utopia, no Porto.

Visto de «dentro» págs. 20 a 22

As grades barram os corpos mas não as palavras. O Jornal MAPA continua a ser veículo de cartas vindas dos centros de detenção de quem, por não caber na sociedade, nunca tem direito à voz.

Minas e armadilhas págs. 13 a 15

Mariana Riquito escreve sobre estratégias de contra-insurgência e de guerra social levadas a cabo pelas companhias mineiras na região do Barroso.

No meio da tempestade perfeita

págs. 6 a 12

A espiral de destruição foi posta em marcha. A guerra na Ucrânia é um retrato do desaire da humanidade pela força bruta dos nacionalismos e da arrogância dos impérios. Da pandemia à crise nas cadeias de abastecimento, da guerra aos refugiados, do aumento do custo de vida à escassez alimentar e ao esgotamento das energias e materiais fósseis, instaura-se a normalidade do «medo permanente», da militarização e da securitização das nossas vidas. Que haja lugar para outras narrativas quanto ao nosso futuro.

ANDRÉ LEMOS



2 SOLIDARIEDADE

As vossas guerras, os nossos mortos

Estamos contra esta guerra. Nem Putin, nem Nato. Antimilitaristas, não tomamos partido por quem ataca populações, sejam grupos armados ucranianos sobre Donbass, sejam os mísseis e tanques do Estado Russo sobre a Ucrânia. Tomamos partido, sim, por quem sofre a força bruta dos nacionalismos, por quem sai à rua com a coragem para deixar claro que os povos têm outra maneira de se relacionar.

Pessoas na Ucrânia, antiautoritárias, antifascistas, ativistas LGBT, algumas das quais mantêm meios de informação independentes como este que lê, pedem a nossa solidariedade enquanto combatem a invasão nas ruas.

Tal como em 2014, simplificar a guerra actual na Ucrânia, ou como uma batalha entre os interesses democráticos ocidentais e as aspirações imperiais pós-soviéticas, nacionalistas russas, ou como movimentos políticos

neo-fascistas e lutas de libertação nacional, não ajuda à compreensão das verdadeiras causas desta guerra.

Distanciamos-nos de quem diz coisas como «a Rússia foi provocada e tem direito a retaliar». Afirmar como esta sugerem um processo de desculpabilização de ações inaceitáveis. O atual governo russo nacionalista e reacionário, que desenvolve há anos um projeto imperialista, pretende agora subjugar outro país – bastante rico em matérias-primas como urânio, carvão, gás natural e grandes produções agrícolas –, ao mesmo tempo que reprime constantemente as vozes dissidentes internas.

Estes mesmos recursos interessarão também a Joe Biden, cujas políticas imperialistas são igualmente reconhecidas. No entanto, ser contra o imperialismo norte-americano não pode significar que se desculpe outro imperialismo. Tal como já foi dito, o imperialismo russo moderno baseia-se

na percepção de que a Rússia é a sucessora da URSS – não do seu sistema político, mas em termos territoriais.

Neste momento, seguimos com atenção as situações de Chernobyl e de outras centrais nucleares da Ucrânia, e os bombardeamentos sobre alvos civis, atos bélicos próprios de quem não olha a meios para atingir os seus fins.

Tomamos partido, sim, por quem sofre a força bruta dos nacionalismos, por quem sai à rua com a coragem para deixar claro que os povos têm outra maneira de se relacionar

A lei marcial imposta na Ucrânia obriga a que todos os homens entre os 18 e os 60 estejam proibidos de sair do país. São aconselhados a pegar em armas e a defender a sua «pátria». A guerra evidencia que o patriarcado, expresso de forma natural nos nacionalismos e nas disputas pelo poder de Estado, é uma brutalidade para todas as pessoas. Mesmo que se reconheça o direito dos povos à resistência a um agressor.

Estamos solidários/as com os anarquistas ucranianos que decidiram constituir grupos armados de defesa territorial para lutar contra o exército invasor, tal como estamos com aqueles/as que, por decisão individual, se recusaram a pegar em armas e preconizam soluções pacifistas para pôr fim à guerra. Estamos solidários/as com todas as pessoas na Ucrânia que foram apanhadas por uma guerra que não compraram, bem como com a diáspora ucraniana espalhada por vários países. Refugiados/

as serão bem-vindos/as, como todos/as os/as outros/as refugiados/as e migrantes deste mundo em guerra.

Rejeitamos ainda qualquer russofobia. Expressamos toda a nossa solidariedade com o povo russo, que irá sofrer uma crise sem precedentes, e estamos a seguir organizações de apoio aos detidos em manifestações contra a guerra que tiveram e têm lugar em território russo. Estas manifestações, muitas vezes dinamizadas por anarquistas, opondo-se à violência das forças repressivas, têm constituído momentos de grande coragem e determinação para todos/as os/as que estão contra esta guerra.

Contra a invasão russa e a guerra! Solidariedade com o povo ucraniano! Contra as guerras entre estados! Solidariedade entre os povos.

A partir do comunicado contra a invasão da Ucrânia pela Rússia, assinado por um grupo de anarquistas e libertários/as

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:

Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 25 euros
Resto do mundo | 6 números | 30 euros

Assinatura Solidária:

Portugal | 6 números | 25 euros
Europa | 6 números | 35 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

Preenche o formulário em www.jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada; NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL
MBWAY +351933291635
PAYPAL vaquinha@jornalmapa.pt
(enviar como donativo)



Transumano Mon Amour. Notas sobre o Movimento H+

Em dois volumes [2020 vol. I; 2021, vol. II] Andrea Mazzola prossegue a história do movimento transumanista (H+) e a sua configuração contemporânea. Com ilustrações de Tidi, uma edição do Jornal MAPA em colaboração com A Batalha, Ardora, Barricada de Livros, BOESG, CCL, Maldatesta e Tortuga.

Pedidos para geral@jornalmapa.pt | 12€ cada +1.50€ (portes de envio) | 9,5€ para assinantes

Idanha-a-Nova: 31 ideias em vez do IC31

Foram décadas de envelhecimento e desertificação humana, mas nos últimos anos pessoas de todo o país e de todo o mundo têm encontrado em Idanha a possibilidade de uma vida de qualidade. É um dos epicentros da agricultura regenerativa em Portugal. É um dos santuários da vida selvagem na Europa. É palco de um dos mais icónicos festivais do mundo. Tudo isto está em risco com o projeto de construção do IC31. O movimento Idanha Viva apela à defesa deste território vibrante de vida e história.



FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Chama-se IC31. Pretende ligar a autoestrada A23 em Castelo Branco à fronteira com Espanha em Monfortinho, criando uma nova ligação entre Lisboa e Madrid. Seria um corredor de alcatrão com dez metros de largura e 60 quilómetros de extensão, a rasgar o concelho de Idanha-a-Nova de poente a nascente, para fazer um percurso semelhante ao de duas estradas nacionais já existentes, a N240 a sul e a N239 a norte (aproveitando parte do traçado desta última).

«O projeto não é público, não conhecemos o traçado exato, não sabemos quando haverá um Estudo de Impacto Ambiental... Não nos dizem», conta Maria João, do Movimento Idanha Viva, que nasceu em outubro de 2020 e que tem feito vários requerimentos junto da Infraestruturas de Portugal.

A construção do IC31 constava do Plano de Recuperação e Resiliência, mas a Comissão Europeia recusou financiá-la. Isto porque, em 30 anos de fundos europeus, Portugal construiu três mil quilómetros de autoestrada, ao ponto de se tornar o segundo país da Europa com mais autoestradas por habitante - só ultrapassado por Espanha. O transporte rodoviário é responsável por mais de

70% da poluição do setor dos transportes na Europa.

Mas o governo insiste na obra, que quer construir até 2026, e pretende obter os 50 milhões de euros necessários através do leilão do 5G. Espanha teria ainda de gastar 80 milhões para continuar a autoestrada através da Serra de Gata até Moraleja.

Fizemos as contas. A empreitada reduziria em três quilómetros a atual distância mais curta entre Lisboa e Madrid, que é de 606 quilómetros. E abreviaria em oito minutos o atual trajeto mais rápido, que é de seis horas, pela A6.

Sentido de comunidade

A necessidade de travar o IC31 está a juntar várias pessoas que

durante as últimas décadas se têm instalado em Idanha-a-Nova, originários de vários cantos do país e do mundo, trocando a cidade pela aldeia, o litoral pelo interior.

«Está a trazer ainda mais um sentido de comunidade», conta Maria João, que em maio do ano passado veio viver definitivamente para um concelho que conhece desde que nasceu, onde tem as raízes maternas.

«Une-nos a busca de um ideal e o amor a esta terra onde o encontramos: um lugar onde é possível sentir que a natureza prevalece, onde o ar e água são limpos, as pessoas acolhedoras e o tempo tranquilo», explica o movimento Idanha Viva no seu manifesto. «Agora sentimos que esta terra, única no seu equilíbrio

entre o humano e o natural, está em perigo.»

A avaliação de impacto ambiental do IC31 foi feita há mais de dez anos. Desde então, relatórios de biólogos descrevem como a flora e a fauna da região representam uma biodiversidade rara na Europa. Conhecem-se ali, por exemplo, 200 espécies de vertebrados. No início deste ano foi confirmado e celebrado o regresso do Lobo ibérico (*Canis lupus signatus*) e do Lince ibérico (*Lynx pardinus*) ao território, onde abundam as suas presas, como coelhos, veados, corços e javalis.

O movimento apresentou à ministra da Coesão Territorial, ao município de Idanha-a-Nova e às juntas de freguesia do concelho a sua preocupação com

4 LUTAS PELO TERRITÓRIO



A Comissão Europeia recusou financiar o IC31 porque, em 30 anos de fundos europeus, Portugal construiu três mil quilómetros de autoestrada, ao ponto de se tornar o segundo país da Europa com mais autoestradas por habitante - só ultrapassado por Espanha.

o projeto de «construir 55 quilómetros de estrada, destruindo centenas de hectares de campo e terras agrícolas familiares, para economizar aos condutores apenas alguns minutos na viagem entre Lisboa e Madrid, sem trazer qualquer benefício para Idanha». Em alternativa, compilou 31 ideias de como esse dinheiro público pode ser utilizado.

A primeira é investir na rede pública de transportes entre as aldeias do concelho, entre a vila de Idanha-a-Nova e a capital de distrito, Castelo Branco, e as aldeias dos concelhos vizinhos servidas por caminhos de ferro. É que eventos como o Boom ou o Festival Internacional de Músicas Antigas «mostram que as pessoas que querem cá vir vêm sem problema, de todo o mundo. Não há dificuldade em chegar cá. Onde há, sim, muita dificuldade, é em circular entre as aldeias da região, se a pessoa não tiver um automóvel», explica Maria João.

Outra ideia é revitalizar as rotas pedonais e reabilitar os caminhos ancestrais, «possibilitando que se retomem antigas ligações

entre aldeias, pedonalmente e de bicicleta». Sugere-se igualmente suprimir as portagens nas autoestradas já existentes que fazem a ligação a Espanha: A23, A25 e A6. Outra proposta é contratar profissionais para as unidades de saúde fechadas por falta de médicos. Propõe-se ainda investir em soluções de tratamento de águas residuais, lembrando que em pleno século XXI a vila de Idanha-a-Nova e outras povoações do concelho enviam os esgotos diretamente para os cursos de água.

Poluição rima com corrupção

Em dezembro de 2021, a Infraestruturas de Portugal lançou o concurso público para a elaboração do projeto de execução do IC31.

Nessa mesma semana, Mário Lino, ex-ministro das Obras Públicas de Sócrates e um dos promotores do IC31 em 2006, era ilibado pelo tribunal no processo das parcerias público-privadas para a construção de auto-estradas. Tudo porque o Ministério Público deixou prescrever os crimes de que estava acusado: abuso de poder, corrupção e tráfico de

influência. Dias antes, Mário Lino evitou ainda ser incriminado por posse de arma, pagando mil euros ao Banco Alimentar Contra a Fome.

Na câmara de Castelo Branco, o projeto de execução do IC31 tem suscitado polémica. «É uma grande desilusão, uma afronta a Castelo Branco», afirmou o vereador Luís Correia, do movimento Sempre. Mas os motivos não são os mesmos dos habitantes de Idanha.

Uma moção do Sempre e do Chega obrigou a câmara municipal, em janeiro deste ano, a pedir ao governo a alteração do perfil previsto para o IC31, que é de duas faixas, para o perfil de auto-estrada. «Continuaremos a bater-nos pelas quatro faixas de rodagem», diz Luís Correia.

O entusiasta do IC31 foi seis anos presidente da câmara pelo ps, até ser afastado do cargo por ordem do tribunal, por favorecimento de empresas da sua família. Descreve-o como «uma obra estruturante para o desenvolvimento» da região e do país, a «ligação mais curta e mais rápida entre Lisboa e Madrid» e «uma verdadeira concorrente à A25 e à A6».

Maria João percebe que muitos dos residentes mais antigos da região sejam defensores do projeto. «Há décadas que lhes foi vendida esta ideia de que traria indústria e riqueza. No entanto, hoje sabemos que a riqueza está justamente associada ao decréscimo. As pessoas aqui têm uma sensação de abandono, de

estar isoladas. No entanto, chega-se aqui de autoestrada em 30 minutos. Esta estrada só iria fazer com que as pessoas passassem a correr, sem sequer parar. Temos estradas boas, com curvas largas, que já fazem esse trajeto.»

Entretanto, as duas fronteiras ferroviárias com Espanha mais próximas continuam encerradas. Pela linha da Beira Alta, a ligação por Vilar Formoso, onde passava o Sud Expresso entre Portugal e França, está ao abandono desde o início da pandemia da Covid-19. Pela Linha do Leste, a ligação através do Ramal de Cáceres, onde passava o Lusitânia entre Lisboa e Madrid, está ao abandono desde a intervenção da Troika em 2011. Portugal é o único país da Europa que tem mais quilómetros de autoestrada do que de ferrovia em funcionamento.

Repensar o desenvolvimento

«O apelo de Idanha-a-Nova, um dos poucos concelhos em Portugal que ainda não é fragmentado por grandes vias rodoviárias e que é único na sua riqueza natural, cultural e patrimonial, reside na qualidade de vida que proporciona», defende o Movimento Idanha Viva. «Longe da vida frenética das grandes cidades, novos e antigos residentes encontram paisagens e aldeias únicas e um estilo de vida mais humano.

A população local e os novos residentes estão a recuperar edifícios históricos, bem como tradicionais práticas agrícolas e artesanais que corriam o risco de desaparecer.» São «processos inspiradores e emocionantes» que ensinam «a importância de repensar a definição de desenvolvimento.»

«Para nós é indiferente se o traçado passa à nossa porta ou mais longe», esclarece Maria João. São os danos que o projeto traria à região e ao mundo que estes habitantes pretendem evitar. Para já, prevêem lançar uma petição e exibir cartazes nas entradas do concelho.

«As razões que motivaram o projeto do IC31 há tantas décadas estão hoje completamente obsoletas». O movimento defende que numa altura tão importante na história da humanidade, devemos alterar comportamentos e não repetir modelos obsoletos. «O mundo e Portugal mudaram. Outras prioridades surgiram. As alterações climáticas e a perda de ecossistemas são ameaças graves para Portugal e para esta região.»

«Idanha pode e deve assumir um papel pioneiro na construção de pontes humanas e ambientais, de regeneração, com a Europa e com o Mundo», sugere o Movimento Idanha Viva. «Cabe a todos nós proteger este território, vibrante de vida e história.»

O festival e a estrada

Se vier a ser construído, o traçado do IC31 passará próximo da barragem de Idanha-a-Nova e da Boomland, que no final de julho volta a acolher milhares de pessoas para o Boom Festival 2022.

Os promotores do festival adquiriram este terreno com mais de 150 hectares em 2016, graças às receitas do evento e a uma campanha de crowdfunding. Aqui pretende-se acolher «um programa de reflorestação que ajudará a vida a florir», «atividades e eventos conscientes, programas de cultura, bem-estar, eventos de arte, retiros e atividades educativas com foco na sustentabilidade», «programas ambientais de longo prazo que incluem reflorestamento, preservação de espécies animais e desenvolvimento de bioconstrução recorrendo a práticas de permacultura e agricultura biológica», e «uma reserva natural que respeite os ciclos regenerativos da natureza», adotando práticas que interfiram o mínimo possível nos ecossistemas.

Este ano, o tema do Boom é o antropoceno - «temos o poder quer de destruir, quer de salvar o mundo». «Não pode haver dicotomia entre o planeta e a humanidade. Temos de encontrar novas formas de coabitar harmoniosamente, e temos de o fazer já. Não podemos deixar espaço para que o pessimismo se ponha no caminho», apela o evento.

Para o Boom, a reintrodução de populações de Lince ibérico «demonstrou a nossa capacidade de reverter a tendência das extinções em massa.» «Está nas nossas mãos continuar neste espírito. Fazemos apelo ao ativista em cada um de nós.» Os promotores do festival ainda não fizeram comentários nem tomaram posição sobre o projeto do IC31.

Tanta casa sem gente e tanta gente sem casa

Em Lisboa e um pouco por todo o país são despejadas violentamente e sem alternativas de habitação famílias inteiras em situação de fragilidade social que ocupavam casas vazias.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Na marcha do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, os moradores do bairro lisboeta Carlos Botelho erguiam faixas e cartazes apelando a que não fizessem deles sem abrigo, que regularizassem as ocupações, reclamando querer pagar uma renda: «as nossas crianças precisam de uma habitação». Dias antes, a 18 de Abril, cinco famílias residentes nas casas camarárias deste bairro de realojamento construído em 2000, nas Olaias, deram com uma notificação nas suas portas. Menos de 24 horas depois, foram surpreendidas pela polícia, meia centena de efectivos, que arrombou as portas das casas, destruiu móveis, maltratou adultos, assustou crianças. Dezanove pessoas, dez das quais crianças, viram-se forçadas a deixar as habitações de um dia para o outro. No desfile de Abril, a memória celebrada da movimentação popular, das ocupações e das lutas de moradores contrastava com uma repressão cada vez mais crescente às ocupações dos nossos dias.

A Gebalis, empresa municipal, anunciava ter iniciado um processo de desocupação dos mais de 800 imóveis ocupados nos 66 bairros sociais de Lisboa que gere, numa cidade com 48 mil casas vazias. Duas mil das quais são propriedade da Autarquia, que de acordo com Filipa Roseta, vereadora da habitação, estão em fase de recuperação para integrarem os programas habitacionais do município. O parque habitacional público em Portugal representa apenas 2% de toda a oferta de habitação, contrastando com a habitação pública na Europa, onde esta atinge 15 ou 20%.

O primeiro-ministro António Costa propusera em 2018 atingir «colectivamente uma meta: chegar ao dia 25 de Abril de 2024 – quando (...) comemorarmos os 50 anos da revolução –, podendo dizer que eliminámos todas as situações de carência habitacional». Nesse contexto, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) veio destinar 1211 milhões de euros para construir «26 mil soluções habitacionais» até Julho de 2026, tendo por base o Levantamento Nacional das Necessidades



No desfile de Abril, a memória celebrada da movimentação popular, das ocupações e das lutas de moradores, contrastava com uma repressão cada vez mais crescente às ocupações dos nossos dias.

de Realojamento Habitacional do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que apontava (à data da promessa de 2018) um total de 25.762 famílias, agrupadas em 2901 núcleos, em 187 municípios, com necessidades de realojamento. Acontece que esses dados vieram a ser actualizados pelas diversas Estratégias Locais de Habitação (ELH), como escreveu no Público, no dia dos despejos no Bairro Carlos Botelho, José Carlos Guinote (engenheiro civil com um percurso político entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda): «num conjunto de 243 autarquias – das quais 157 com ELH concluídas –, as famílias que vivem numa situação de grave carência habitacional atingem, para já, o número chocante de 63.068», ao que haverá ainda a somar os números das 154 autarquias que ainda não elaboraram as suas ELH. Os 50 anos de Abril não verão uma vez mais cumprido o direito à habitação.

Nos despejos do bairro Carlos Botelho, a Associação Habita!

Com vista a alimentar uma rede de apoio mútuo houve lugar a «trocas de ideias, contactos, experiências, do que significa ocupações e de como abrir e habitar uma casa ocupada».

e a STOP Despejos denunciaram a falta de acompanhamento social e o desrespeito pelo curto prazo de três dias para proceder à desocupação dos apartamentos camarários que as famílias, em situação social aflitiva, ocuparam devido à falta de alternativas de habitação e falta de rendimentos. No bairro, em várias situações se dá o caso de o titular do contrato de habitação morrer e os familiares co-habitantes não conseguirem que lhes seja dado o direito a suceder como inquilinos. A câmara limitou-se a convidar as cinco famílias despejadas a ligar para a linha de emergência social 144, que não oferece quaisquer alternativas de habitação adequada. Uma mãe

despejada, vendo-se sem alternativas de habitação, reintroduziu-se na casa e foi apanhada pela polícia. Detida e acusada, terá de enfrentar julgamento.

As organizações apresentam três exigências à autarquia de Lisboa: «reabilitem o património camarário e atribuam as habitações vagas em vez de as deixarem vazias e criminalizarem as famílias que ocupam. Parem as desocupações violentas e sem alternativa das centenas de famílias que se encontram a ocupar por falta de alternativa. Procedam ao apuramento sério da situação social das famílias e encontrem soluções dignas para as pessoas já desalojadas».

A vaga de despejos sucede-se por todo o país: exemplo disso, no mesmo mês de Abril, são os despejos no bairro Quinta do Griné, em Aveiro, ou, no mês anterior, no bairro do Cabo Mor, em Vila Nova de Gaia. Tratavam-se de casas ocupadas há vários anos, pertencentes ao IHRU: nunca pagaram renda mas as contas chegaram sempre às moradas. Tal como a Gebalis em Lisboa, o IHRU está a despejar centenas de pessoas de casas ocupadas, um pouco por todo o país.

Passado, presente e futuro da ocupação

Olhando para trás, à memória que os 50 anos de Abril evocam – as comissões de moradores, os processos de auto-construção e ocupações – há quem questione as suas continuidades, descontinuidades, lições e desafios. Nos primeiros meses do ano diversas pessoas, ligadas a diferentes colectivos, deram início na zona de Lisboa a encontros sob o mote: «ocupações, passado-presente-futuro». O objectivo seria cruzar as histórias das ocupações, que se sucedem nos bairros de realojamento, com as histórias das ocupações, com e mais ligadas a centros sociais de activismo. A par dessa partilha, os encontros pretendem disponibilizar formação em aspectos práticos que vão dos meandros legais, às questões de segurança, água e electricidade em casas abandonadas.

Uma das participantes referiu ao Jornal MAPA que o «objectivo era juntar pessoas de diferentes meios e discutir o que as junta a todas, a Stop Despejos, a Habita, veteranos em okupas, pessoas de bairros sociais e estrangeiros viajantes que ocupam em Portugal». Com vista a alimentar uma rede de apoio mútuo, houve lugar a «trocas de ideias, contactos, experiências, do que significa ocupações e de como abrir e habitar uma casa ocupada».

As sucessivas vagas de ocupações de casas por diversas famílias vieram reforçar a questão da habitação como um problema social, político e económico. A presente torrente de despejos apenas veio pôr a descoberto mediaticamente que tais problemas persistem e que a ocupação, enquanto ferramenta de luta e sobrevivência, se mantém actual e necessária.

JORGE LEANDRO ROSA
JORGELEOROSA@GMAIL.COM

I Deveríamos estar mais atentos às manipulações da linguagem. Não é preciso ter lido o 1984¹ para saber que a instituição de um vocabulário autorizado visa o controlo das populações no mais simples dos seus reflexos. Nada de grandes questões de consciência, moral ou política. Basta uma habituação aos comportamentos e reacções mais básicos. A primeira expressão nazi que Victor Klemperer registou na Alemanha, pouco depois da ascensão de Hitler ao poder, foi «expedição punitiva». Ouviu-a pela primeira vez da boca de um amigo, notando-lhe o tom jocoso, mas orgulhoso: este contou-lhe que um grupo de comunistas num bairro próximo «tinha levado uma carga de porrada, nada de sangrento, mas muito eficaz, uma expedição punitiva, que diabo!»² Esta experiência pessoal, Klemperer viu-a ampliada ao longo dos meses seguintes. As expedições punitivas, inicialmente executadas de forma amadora, passaram a designar a acção policial e, logo depois, entraram nas ameaças de repressão e extermínio. De seguida, veio o prolífico adjectivo «histórico»: tudo no *Reich* deveria ser histórico, cada discurso, cada inauguração e cada feriado eram absolutamente definidores da grande missão histórica do povo alemão. Passo a passo, criou-se assim a LTI, a «Língua do Terceiro Império», no acrónimo que cunhou. Não há derramamento de sangue sem derramamento da língua sobre a população. Consagração, ou «purificação», como proferiu Putin há algumas semanas. Nada disto significa que a Alemanha dos anos 30 e a Rússia de hoje sejam a mesma coisa ou atravessem as mesmas circunstâncias. Mas o terreno está a ser preparado seguindo passos muito semelhantes aos velhos passos do fascismo, tudo transposto para as circunstâncias específicas da dissolução do modelo liberal.

De facto, a guerra lançada pelo Estado russo contra os ucranianos chegou com o seu pequeno vocabulário fascista, cuidadosamente seleccionado e historicamente paradoxal: «operação especial», «desnazificação» e «desmilitarização». Um imperativo vital para estas operações linguísticas é o de nunca se deixarem inibir por pruridos semânticos nem terem medo do ridículo ou da incongruência histórica. Não é apenas o eufemismo que está em causa, já que se visa uma justa medida de entusiasmo e unanimismo social; é uma aprendizagem doutrinal, que revela os factos ao mesmo tempo que garante uma reserva de sacrifícios por vir. Onde está «operação especial» leia-se a guerra, em lugar de «desnazificação» deve ler-se império carbónico e nuclear euroasiático e por «desmilitarização» entenda-se a militarização centralizada do espaço russo.

Vladimir Putin inaugurou o seu poder com a segunda guerra contra a Chechénia, que declarou a sua independência em 1991. Nessas duas guerras, e em particular na segunda, pereceu um quarto da população chechena. A segunda guerra passa a ser designada como «operação antiterrorista» e é marcada «por uma



T. TREPROWSKI - REVISTA ACRACIA

Onde está «operação especial» leia-se a guerra, em lugar de «desnazificação» deve ler-se império carbónico e nuclear euroasiático e por «desmilitarização» entenda-se a militarização centralizada do espaço russo

violência e horror indescritíveis», como relata Mylène Sauloy, documentarista francesa que lhe dedicou vários filmes. Em 2003, os russos colocam um antigo jihadista no poder, que tem por incumbência livrar-se daqueles chechenos que entendiam a sua resistência à Rússia como uma luta de descolonização. Por um lado, a «operação antiterrorista» adapta-se perfeitamente às operações dos ocidentais depois do 11 de Setembro. Por outro, as imagens das torturas praticadas por soldados norte-americanos na

prisão de Abou Ghraib ajudarão a apagar das memórias os corpos torturados dos prisioneiros chechenos. Quando chega o «genial» investimento russo em Bashar al-Assad, os EUA já estão enterrados nas suas contradições, mentiras e destruição lançadas sobre o Médio Oriente. A Síria torna-se o terreno ideal da «pacificação» russa porque tem no Partido Baath sírio o parceiro ideal: o mesmo uso vertical da violência, a mesma estruturação do poder a partir dos serviços secretos militares.

Reentramos assim no mundo estéril do *double-bind* da Guerra Fria, muito embora esta guerra esteja em vias de se tornar quente sem mais delongas. Regressam as intermináveis discussões sobre quem está sentado sobre a maior pilha de crimes; as arengas sobre a necessidade de tomar partido nos jogos geopolíticos; os bons e os maus imperialismos, etc. Se percorrermos o chamado espectro político, a extrema-direita identitária exulta porque sabe que o ovo da serpente tem estado bem aquecido no ninho russo desde a dissolução da União Soviética. O seu caso, embora com diversas facetas, parece ser aquele mais articulado com os novos ciclos ocidentais, embora essa análise comporte os seus pontos cegos. Por outro lado, os globalistas ocidentais mostram-se desorientados, mesmo quando agem com relativa coerência. São muitos

os factores que, tendo favorecido a sua ascensão ao longo da segunda metade do século xx, parecem agora tirar-lhes o tapete, propiciando uma aparente perda constante de posições. É certo que o seu reino já era o das coisas que se dissolvem no ar, o da imponderabilidade e das virtualizações sociais e económicas. Mas têm sofrido ataques nesse mesmo plano, como na esfera da comunicação, e por via das próprias redes que eles instalaram, o que lhes tem provocado danos enormes, notoriamente em países como as potências anglo-saxónicas. Contudo, o seu aparato bélico tem vindo a manifestar uma superioridade tecnológica no terreno ucraniano, o que logo despertou o entusiasmo dos falcões do outro lado do Atlântico, que se lançam, por estes dias, num discurso perigoso de vitória militar e já não apenas de resistência. Vitória dos ucranianos? Suspeitamos que outros se estão a perfilar como putativos vencedores. Às custas da Europa, de Lisboa aos Urais? Tal torna-se, a cada dia de guerra, um cenário cada vez mais provável. Por fim, o doente mais desorientado parece ser a esquerda. O património de ideias e estratégias da esquerda está ou em liquidação ou em acelerado processo de transformação em peça ubuesca.

A «desnazificação» tem sido um dos sucessos da «nova língua imperial» russa. É certo que é óbvia a sua inadequação à realidade da Ucrânia, com uma população muito diversificada e quase equivalente à da Península Ibérica. Todos os países do Leste europeu têm os seus grupos

Se percorrermos o chamado espectro político, a extrema-direita identitária exulta porque sabe que o ovo da serpente tem estado bem aquecido no ninho russo desde a dissolução da União Soviética

neonazis, e a Rússia não é o menos provido de tais gentes. Trata-se, ao mesmo tempo, de um fenómeno político e cultural, longamente incubado, e que é herança da guerra civil que acompanhou a consolidação da União Soviética, mas também das incursões do nazismo e do estalinismo, e de forma nenhuma «induzido» em Maïdan³, como pretende Moscovo. As estratégias de demonização do inimigo, tão típicas da guerra, estão em pleno florescimento e há hoje franjas da esquerda, não contando com os velhos estalinistas nostálgicos, que reproduzem com afã a propaganda russa. De onde vem esta ficção de que a Rússia actual encarnaria o campo da resistência contra o imperialismo norte-americano? Quem pode ainda atribuir um papel libertador ao exército russo, que tanto usa nos seus tanques a bandeira do exército imperial russo como a do exército vermelho? O rol das vítimas da «solidariedade» do Kremlin é longo. Leila al-Shami, uma activista anti-autoritária anglo-síria, conta o que sentiu quando teve notícia da invasão da Ucrânia: «Mais do que qualquer outro povo, os sírios compreendem o traumatismo que os ucranianos estão a viver. Há nisso uma forma de raiva,

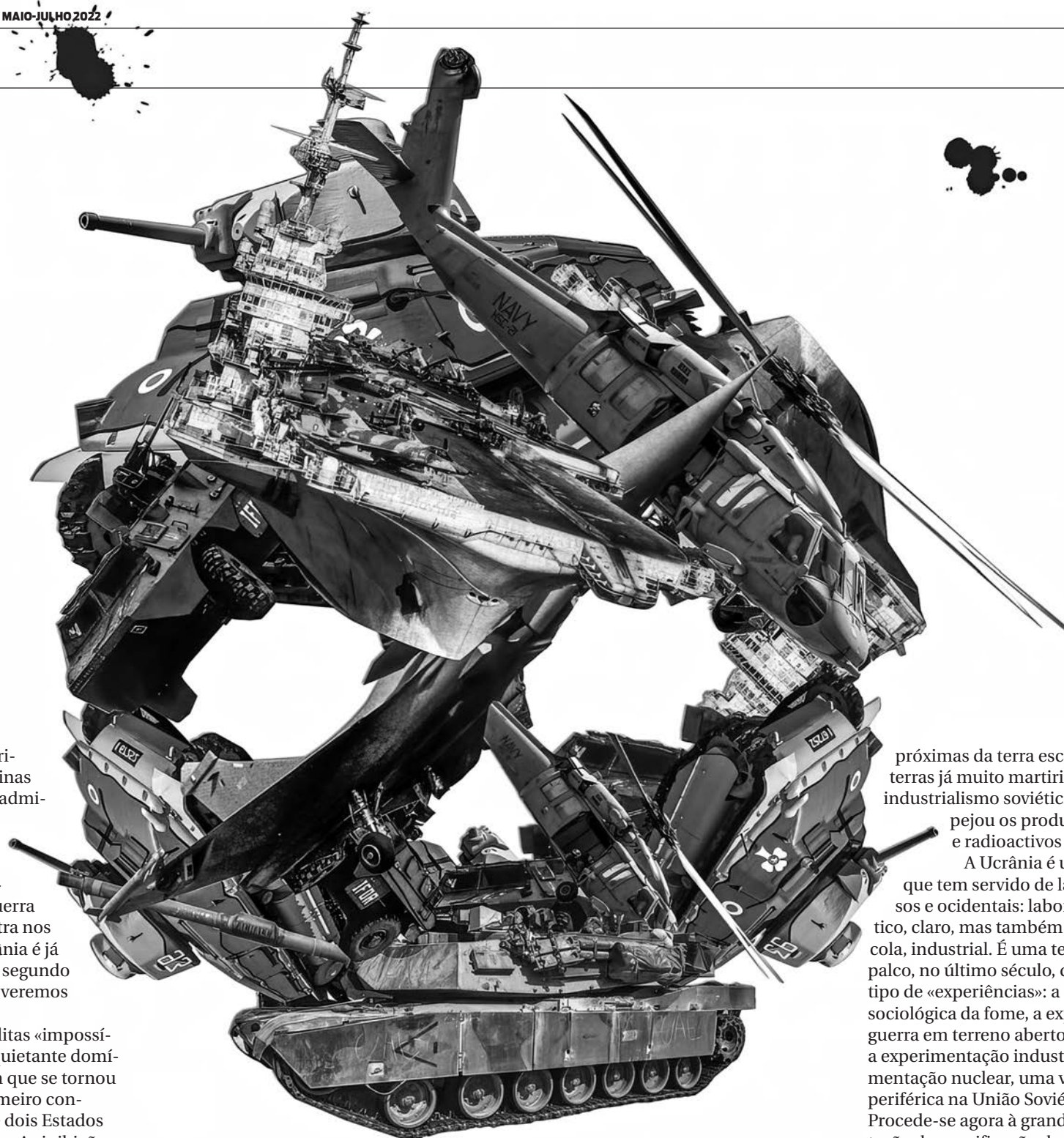
porque todos estes anos de política de “normalização” levada a cabo pelo regime russo – na Síria, na Geórgia, na Chechénia, na República Centro-Africana – encorajaram-no a cometer tais actos com um sentimento de impunidade.»⁴ Num outro texto, a que deu o significativo título de «Anti-imperialismo dos imbecis», Leila escrevia em 2018: «Que uma certa esquerda possa considerar que o Estado russo é “anti-imperialista” dá testemunho de um afastamento da realidade e de uma atitude política reaccionária, segundo a qual os Estados em competição pelo poder seriam a principal sede de conflito, ignorando em simultâneo as lutas dos povos contra os regimes repressivos.»⁵ As posições da esquerda autoritária e da extrema-direita têm vindo a sobrepor-se naquilo que parece já formar uma união sagrada em torno de Estados que supostamente desafiam o domínio geomilitar dos EUA. As suas «zonas de influência» não passam, contudo, de territórios onde o poder dos Estados decide sobre a vida ou a morte de todos os seus habitantes.

II. O levantamento das circunstâncias de uma guerra concreta não deveria fazer de nós novos devotos das religiões

geoestratégicas, que se apresentam como uma justificação geográfica da exposição dos povos aos poderes axiais. Vivemos um tempo singular em que, ao mesmo tempo que as redes globais continuam a ter como prioridade a passagem livre das mercadorias, se estão a constituir polos de dominação regional que não hesitam em aplicar um poder de vida e de morte sobre tudo o que se move nesse espaço. Muitos globalistas, que tinham entretanto adoptado uma doutrina militar centrada na guerra à distância e no controlo remoto das vias de passagem, voltam a adaptar-se às doutrinas clássicas de dominação do terreno e destruição dos recursos aí existentes. A extrema-direita identitária é notoriamente adepta do paradigma geoestratégico, uma vez que só ele coloca no seu centro a limpeza étnica e a formação de populações homogéneas.

Na verdade, este hibridismo doutrinal significa que a guerra está em vias de voltar a penetrar no quotidiano das populações a partir de dois vectores: de um lado, a continuação da exposição à guerra pelos recursos naturais e pelo domínio dos circuitos das matérias-primas e mercadorias; do outro, a crescente exposição a guerras pelo controlo regional, que, longe de serem fins absolutos, se farão agora acompanhar de guerras pela deslocação dos próprios circuitos globais. Daqui podemos inferir que a guerra readquire crescentemente essa forma de presença quase constante que caracterizou os séculos xix e xx. Mas dois elementos





novos devem aqui ser referidos: por um lado, as doutrinas militares estão em vias de admitir o uso tático de certas armas nucleares, rompendo com a doutrina da Destruição Mútua Assegurada (MAD); por outro, a guerra cibernética e *high-tech* entra nos campos de batalha. A Ucrânia é já o terreno experimental do segundo desses desenvolvimentos, veremos se o é do primeiro.

A introdução de armas ditas «impossíveis» só vem reforçar o inquietante domínio de experimentação em que se tornou esta guerra ucraniana, primeiro confronto quase-directo entre dois Estados nucleares, a Rússia e os EUA. As inibições que imperaram durante a Guerra Fria parecem estar a desvanecer-se a cada dia que passa. A Europa, por seu turno, a tal Europa que começa em Lisboa, parece estar em vias de perder a capacidade de perceber que esta guerra que decorre no seu, no fim de contas, pequeno continente é uma guerra extremamente volátil que já envolve dezenas de actores e na qual ela se encontra cada vez mais implicada. O que fez a chamada «Europa comunitária» diante destes cenários? Decidiu transformar-se, da noite para o dia, num pequeno braço armado da democracia e começar a financiar a aquisição de armamento. Se acreditávamos que o grande braço armado, a NATO, já bastava para os nossos jogos de guerra, estávamos redondamente enganados. É um sinal da hesitação estratégica dos europeus e da corrosão interna do seu modelo. Durante décadas, a Europa alimentou um vizinho cujo regime se apoia quase inteiramente na economia carbónica, apostando nos próprios efeitos da mudança climática (degelo do Ártico, desaparecimento do *permafrost* siberiano) para poder expandir o seu poder. O que seria afinal um puro cepticismo climático noutras partes do mundo, na Rússia apresenta-se como o bom e velho progresso da sua força industrial predatória.

Este mesmo «regresso da guerra» justifica o ainda mais decidido regresso da «resistência à guerra», em sentido amplo,

que estava obviamente bem presente na Europa quando a guerra formava esse horizonte quotidiano. Ao mesmo tempo que a quase totalidade dos Estados nos quer agora convencer da inevitabilidade das escaladas em todos os domínios militares, será necessário voltar a alargar a oposição à guerra, propondo, não apenas a resolução pacífica de um conflito específico, mas a saída colectiva das lógicas dominadas por prioridades bélico-industriais. A reinvenção das abordagens não-violentas aos conflitos é também imperativa por causa do intrincado entrelaçamento dos nossos dilemas existenciais: o modelo industrial carbónico está a entrar, por todo o lado, em crise estrutural; a mudança climática transforma-se também, por estes dias, num processo exponencial, tal como sucede com a perda de biodiversidade e a destruição dos ecossistemas. A guerra é, portanto, o luxo a que não nos podemos entregar.

Ao mesmo tempo que a quase totalidade dos Estados nos quer agora convencer da inevitabilidade das escaladas em todos os domínios militares, será necessário voltar a alargar a oposição à guerra, propondo, não apenas a resolução pacífica de um conflito específico, mas a saída colectiva das lógicas dominadas por prioridades militar-industriais

Interessa também falar daqueles que são sempre apresentados na comunicação dos beligerantes e dos seus apoiantes como vítimas indefesas. Tudo se passa como se o povo ucraniano estivesse ali quase por acaso e fosse arrebanhado pelos beligerantes, acabando, algumas vezes, por ser massacrado, outras apanhado no fogo cruzado. Esta visão de uma cena quase abstracta onde vilões e heróis se defrontam, e que acompanha a história bélica da Humanidade, é insuportável. Não se trata aqui de negar a agressão que a Ucrânia sofre. Essa agressão tem um agente indiscutível e directo, que corresponde à múltipla ofensiva russa. Trata-se de perceber que há uma população que não é tida nem achada neste conflito, mas que hoje é utilizada por ambos os lados. Essa população é composta, num proporção muito superior ao que se passa na Europa Ocidental, por camponeses, pessoas muito

próximas da terra escura ucraniana, terras já muito martirizadas pelo industrialismo soviético, que ali despejou os produtos químicos e radioactivos mais diversos.

A Ucrânia é um território que tem servido de laboratório a russos e ocidentais: laboratório geopolítico, claro, mas também energético, agrícola, industrial. É uma terra que tem sido palco, no último século, do mais variado tipo de «experiências»: a experimentação sociológica da fome, a experimentação da guerra em terreno aberto, evidentemente, a experimentação industrial e a experimentação nuclear, uma vez que a posição periférica na União Soviética o favorecia. Procede-se agora à grande experimentação da reunificação da Grande Rússia. Esta constatação da natureza laboratorial deste conflito deveria despertar a nossa atenção para as múltiplas perspectivas de alargamento que ela contém.

A situação torna-se, de dia para dia, mais parecida com aquela que se vivia em 1914. Mergulhados no estupor e na desorientação – um historiador chamou-lhe «sonambulismo» –, estamos a dirigir-nos para uma guerra generalizada, que pode surgir muito rapidamente e sem mais aviso. É urgente um clamor geral contra este estado de coisas. Tal como em 1914, vão-se fechando as janelas de oportunidade para um outro rumo. Entretanto, o fetichismo bélico congrega os seus devotos em todos os quadrantes e as vozes unem-se numa só injunção: «Armas, armas e armas!»

NOTAS

1 George Orwell, 1984, Antígona, Lisboa, 2007.

2 Victor Klemperer, LTI, *La langue du IIIe Reich*, Albin Michel, Paris, 1998, p. 73.

3 A divisão entre pró-europeus e pró-russos atravessa toda a história da Ucrânia independente. No fim de 2013, o presidente Ianukovych, pressionado por Moscovo, rejeita os acordos com a Europa. Surgem então as manifestações massivas na Praça da Independência (dita Maidan), em Kiev, onde se encontram todas as correntes da oposição: liberais, anarquistas, neonazis, etc. A ferocidade da repressão (mais de cem mortos e dois mil feridos) transforma o movimento em revolução, culminando na fuga de Ianukovych, em Fevereiro de 2014. Este reapareceu providencialmente na Bielorrússia durante os primeiros dias da incursão sobre Kiev.

4 «De la Syrie à l'Ukraine: l'ombre du campisme», in *CQFD*, n.º 208, Abril de 2022, p. VIII.

5 Ver leilashami.wordpress.com

No bunker, na estação de comboios e nas fronteiras, como se vence a discriminação?

Guerra da Ucrânia: entrevista a estudantes marroquinas da Universidade de Kharkiv que se refugiaram na Alemanha



Uma estação de metro de Kharkiv usada como refúgio contra os bombardeamentos

FELIPE DANA/ASSOCIATED PRESS

JÚLIO DO CARMO GOMES
VADIO.ENVIADIVIR@GMAIL.COM

As três refugiadas marroquinas que conhecemos em Berlim atravessaram toda a Ucrânia e a Eslováquia para se refugiarem na Alemanha. Fugiram de Kharkiv quando a cidade já estava há quatro dias sob bombardeamento do Exército russo. Quando pensavam que tinham deixado para trás o inferno da guerra e da discriminação, começou a travessia na burocracia alemã... Ao longo da entrevista, elas não falam apenas a partir do lugar do seu estatuto de estrangeiras ou da sua condição de mulher, nem apenas a partir da circunstância da sua origem cultural árabe ou da opção de vida de pertencerem à comunidade LGTB. Falam a partir de um idioma tão próprio e honesto que ultrapassa não só os estereótipos hegemónicos, mas também aqueles que não raras vezes permeiam

de contradições o discurso ideológico que atravessa a autorepresentação desses universos invisibilizados. Nadas e criadas em Marrocos, Amy (28 anos), Eazy (24) e Smile (22), nomes fictícios, estavam há três anos a estudar na área de medicina da Universidade de Kharkiv, a escassos 45 km da Rússia, quando a guerra estalou... Depois de um desgastante percurso de evasão pela fronteira da Eslováquia e de esbarrarem na burocracia germânica – será um *must*? –, estão provisoriamente em Berlim. À última hora, Smile acabou por não participar da entrevista por ter arranjado trabalho no próprio dia em que a conversa decorreu, mas esteve omnipresente no desfiar do novelo das colegas. Não percamos o fio à meada da história. A fala a Amy e a Eazy.

Que memória guardam dos primeiros dias do estalar da guerra em Kharkiv?

Amy: Acordei de madrugada com barulho mas imaginando

que não era nada de mais. Adormeci até que alguém bateu à porta do meu quarto e quando abri, e espertei o corredor do dormitório [da universidade], todas as portas estavam abertas, todos estavam assustados ou a chorar, e o que eu vi foi o medo estampado no rosto, sem saber o que se passava. Eram 5:00 ou 5:30 da manhã. Alguém perguntou: “Tu já foste à janela? Já viste o que está a acontecer?”. Quando fui à janela vi que todas as pessoas estavam a deixar a cidade, filas intermináveis de carros, o tráfico era absurdo... Bem, esta foi a primeira impressão, bem no começo... passado um pouco, ainda antes de começarmos a ouvir os obuses, a zeladora do dormitório veio avisar-nos para irmos para o abrigo... bem, forçando toda a gente a sair...

Quantos dias ficaram no bunker?

Eazy: Hum... quatro dias...

Amy: ...mas logo no primeiro dia percebemos que tínhamos de

sair quando vimos que não tínhamos água suficiente. Nós tínhamos comida, mas faltava água... e isso tornou-se um drama... já estávamos em recolher obrigatório e tivemos de esperar até poder sair... e nas ruas era o caos, pessoas em escaramuçãs, outras desesperadas por não conseguirem retirar o seu dinheiro dos ATM’S, as filas à porta do supermercado eram intermináveis...

Eazy: E depois de chegarmos com água ao bunker do dormitório, um par de horas depois disseram-nos que tínhamos de ir para o abrigo nos subterrâneos do metro...

Amy: E fomos, claro. Terrível. Os mísseis explodiam e mesmo dentro do metro caía pó por todo o lado. Ainda bem que tínhamos máscaras [risos] por causa da pandemia.

Conseguem descrever o dia-a-dia no abrigo?

Eazy: No dia 24 e 25 [de Fevereiro], os bombardeamentos tinham interrupções, havia

momentos de pausa, uma, duas horas para as pessoas poderem sair dos abrigos, mas a 26, 27 e 28, foi imparável! Tínhamos indicações para não ligar as luzes à noite, para desligar o GPS, não fazer *posts* no Tiktou ou Instagram... mas toda a gente fazia... Depois, já não bastava a guerra, começam as histórias horríveis... no dia 26 começa a haver escassez de água, a água das torneiras não é própria para beber em Kharkiv, toda a gente tem de ir à rua buscar água à «máquina» [disponíveis na via pública nas ruas e bairros da cidade], e a partir desse dia, subimos que criminosos começaram a controlar o abastecimento de água, que houve tiroteio, que dispararam contras as pessoas e que algumas morreram... Aliás, bandos de criminosos começaram a ameaçar as pessoas, passaram a entrar na casa das pessoas, «vão para os abrigos que nós tomamos conta da sua casa!»

Como é que viveram a reacção da população local à invasão do Governo russo?

Amy: Foi chocante, absolutamente chocante. Era como se eles estivessem adormecidos... os ucranianos não tinham qualquer ideia de que a guerra ia acontecer. Nós, basicamente, sabíamos dos riscos, ouvíamos as notícias de mais do que uma fonte, nós tentávamos dizer às pessoas há um risco de conflito, por favor, prestem atenção, «Ah, não, a Rússia sempre foi assim! Ah, não, isso é o Ocidente! Ah, não, isso é na vossa mente!...», era como se nada se passasse na mente deles... até que se escutam os obuses, os bombardeamentos, tanques e militares nas ruas... e agora? O chocante era constatar que nem a dúvida parecia existir na cabeça deles...

Eazy: Seria um medo inconsciente? Eles respondiam sempre: «Nada se vai passar, a Ucrânia é um lugar seguro» e seguiam a sua vida normal como se nada fosse... as pessoas da rua, da secretaria da universidade, os nossos professores... até que a guerra estala e de repente vês o medo, toda a gente aterrada, sem saber o que fazer... os rapazes de 15, 16 anos, eles estavam no abrigo cheios de medo... porque sabiam que se saíssem podiam ser obrigados a fazer

10 REFUGIADAS

parte do corpo de voluntários da defesa territorial.

Como foi a interacção com os locais?

Amy: Houve pessoas de prédios à volta que vieram para o nosso bunker e tu estás no meio de bombas a cair, estás num bunker que não é como os que mostram na tv, estás numa situação em que podes morrer, e vês e ouves alguém dizer «este sítio aqui está reservado, é para mim e para o meu amigo», depois de ouvires isso não ficas com muita vontade de te aproximar, para dizer «olha estamos juntos», *for God's sake!*

Eazy: Eles não faziam a mínima ideia, nós fomos avisadas do que podia acontecer. Além das notícias, toda a comunidade internacional de estudantes recebeu aviso das suas embaixadas para abandonar a Ucrânia até ao dia 16 de Fevereiro... depois recebemos um segundo aviso... até dia 20 de Fevereiro... e nesse último aviso a embaixada de Marrocos referia que a partir dessa data não se podia responsabilizar pela segurança dos seus cidadãos... a maioria dos estudantes já tinha ido embora... e ainda escutámos um professor: «Ó! Porque vocês têm medo? Vocês vêm de um país árabe não deviam ter medo!».

Era como se eles estivessem adormecidos... os ucranianos não tinham qualquer ideia de que a guerra ia acontecer

Por falar em estereótipos, houve relatos de abusos racistas e de discriminação sobre refugiados não brancos que tentavam atravessar a fronteira na Polónia, Roménia, Hungria... Sofreram ou observaram este tipo de discriminação?

Eazy: Desde o primeiro momento da evacuação, na estação de comboios de Kharkiv, o primeiro lugar era para quem tivesse passaporte ucraniano, mulheres e crianças, sobretudo. Fizeram duas ou três filas de espera só para ucranianos poderem entrar nos comboios, e a polícia controlava, apenas deixando embarcar quem fosse ucraniano. E os estudantes internacionais começaram a disputar entre si quem vai entrar e quem não vai nos comboios seguintes, e, em última instância, entram os mais fortes [suspiros].

Como viveram essa circunstância ...

Eazy: Bom, nós sofremos, sim. No primeiro ano em Kharkiv, a minha irmã, só por usar o lenço, foi agredida por um homem na rua, a caminho da universidade, que lhe deu uma cotovelada e,



Faculdade de Economia da Universidade de Kharkiv após bombardeamento russo a 2 de Março

como ela não caiu, voltou a agredi-la para ela cair no chão. E ninguém fez nada, nem um polícia que ali estava... e ainda riram... e na estação de comboios... sim, eu senti...

Amy: Como não sentir? Nós somos todos humanos, estamos todos a fugir da guerra, abram os comboios para todos ou então não abram para ninguém! Como não fazer isso?

Eazy: No compartimento onde fomos, estava um marroquino e ele disse-nos que entrou porque estava com a namorada ucraniana de origem russa...

Amy: E havia ainda a babushka [avó] ucraniana... ela tentava ser um bocado má connosco, mas coitada, só teve tempo de trazer os documentos e os medicamentos... e ficou dependente de nós para poder comer...

Eazy: Sim, realmente, a comida resolve tudo... no bunker do dormitório, foi a mesma coisa... Depois de lhes oferecermos comida, passavam a tratar-nos bem...

Amy: Os locais não estavam preparados, nós tínhamos reservas de comida por precaução... e claro, quisemos ajudar, havia crianças, trouxemos comida... e bom, aí já passas a existir...

Eazy: Mas atenção, também testemunhámos episódios de solidariedade... lembras-te daquele estudante também marroquino que estava desesperado, a chorar, sozinho, nas escadas da biblioteca? E uma ucraniana foi ter com ele, perguntar-lhe se precisava de ajuda, o que podia fazer por ele... Há de tudo, como em todo o lado. Quando decidimos

ir embora, ligámos para a central de táxis e para números privados, pediam 500€ para nos levarem à estação central... Uma viagem que antes custava 60 hryvnia [cerca de 2€]...! E assim foi, tivemos de pagar 450€ para nos levarem do dormitório à estação de Kharkiv. Também nos fizeram a proposta: 5 mil dólares e vamos levá-las à fronteira. E depois na fronteira, outra vez a mesma história: passam primeiro as ucranianas e nós tivemos de esperar horas e horas...

Amy: Podia ter sido pior... soube que dois colegas meus africanos que morreram de hipotermia na fronteira polaca, três dias e três noites na rua... aos cidadãos ucranianos ninguém os deixava na rua a dormir...

Políticos e media «mainstream» despreveram a Ucrânia como uma sociedade «civilizada». Esta significação não está a querer dizer-nos que os ucranianos, ao contrário dos sírios, dos afegãos, dos iraquianos, dos palestinos... são mais merecedores da nossa simpatia do que as pessoas que vêm de países não europeus fugindo à guerra?

Amy: Claro que sim... mas não sei como expressar em palavras a minha opinião... bem, primeiro que tudo, isto são os *media*, é um discurso dos *media* e não das sociedades... mas na minha opinião, não se trata de uma questão entre brancos e negros, mas há a questão religiosa, há o preconceito contra o Islão e há neste caso esta identificação religiosa, «ah, é um país cristão, vamos ajudar, vamos ser solidários com os

nossos irmãos...». Eu gostava que as pessoas entendessem que somos todos humanos, nada mais nem nada menos, tu não escolhes onde nasce, criamos categorias e padrões culturais que nos afastam... mas, ao mesmo tempo, eu estou feliz de ver tanta solidariedade na Europa...

Eazy: Na verdade, apesar dos episódios discriminatórios, nós estamos aqui e muita gente nos está a ajudar, é maravilhoso!

Amy: É verdade! E podemos ver o outro lado da questão, entre sociedades árabes, Eazy, se tu quiseses acolher um refugiado sírio em tua casa ...

Eazy: Ah não, o meu pai ia dizer, tu és louca? Ia matar-me a mim antes de o matar a ele [risos].

Amy: É toda uma outra história ...

Como foi a vossa experiência de acolhimento pelas autoridades alemãs?

Amy: Bem, por causa dos vários dias na estrada a fugir da guerra, eu precisei de assistência médica, sofro de duas doenças crónicas e fiquei muitos dias sem a devida medicação, adoeci... Estive internada no hospital de Frankfurt, quando eu recuperei fomos fazer o nosso registo e pedido de asilo, mas não tinham mais vagas para nos acolher em Frankfurt e mandaram-nos para Berlim. De Berlim mandaram-nos para Bad Falingbaste, de lá mandaram-nos para Hanover, de Hanover para Essen e, em Essen, bem, o problema agora era que estava escrito «Berlim» num campo errado do formulário que nos haviam dado e disseram-nos que tínhamos de ir a Berlim rectificar o papel e voltar a Essen... [Em três dias percorreram mais de 1750 km em quatro Estados diferentes e passaram por cinco gabinetes do Estado para Imigrantes e Refugiados]. Foi aí que eu disse não, temos de parar, vamos ficar doidas. Nós tínhamos o contacto de voluntários que acolhem refugiados na estação central de Berlim e foi aí que nos ajudaram. Eu quero ser neutral, claro, percebo que ao acolher as pessoas exista um processo burocrático, mas eu duvido que uma ucraniana tenha necessidade de andar de um lado para o outro como nos obrigaram a fazer para encontrar um lugar!

A esse respeito, sei que os cidadãos ucranianos, em virtude da guerra, podem solicitar o estatuto de asilo temporário na UE e obter autorização legal para trabalhar, além de terem acesso a serviços sociais como cuidados de saúde e educação por um período máximo de três anos. Como é a vossa situação legal actual?

Amy: Em teoria, no papel diz isso, mas o processo para nós é mais lento... para os estudantes internacionais, o Estado alemão assume que temos outro local seguro para ir... dizem, «tu

podes apanhar um avião e ir», «tu não tens que ficar aqui, não és a nossa prioridade», «não temos alojamento para ti, apanha o próximo avião e vai de volta para o teu país», mas aí entra outra questão, se eu não fizesse parte da comunidade LGBT, eu... se alguém precisa mais do que eu, claro, eu gostaria de dar a minha vaga a alguém, sim, dêem a outra pessoa, mas se eu tenho o direito a ser livre aqui... há pessoas que enfrentam outros problemas reais nos seus países... [a homossexualidade é punida por lei em Marrocos com penas de 3 a 5 anos].

Nós somos todos humanos, estamos todos a fugir da guerra, abram os comboios para todos ou então não abram para ninguém!

Mas então foi necessário declarar que pertenciam à comunidade LGTB, para poderem requerer direito de asilo?

Amy: Declarar não, repetir mil vezes!

É uma questão distinta do tema da guerra, mas o que precisa de mudar a esse respeito em Marrocos?

Amy: O que deve mudar? Tudo! Literalmente, e não estou a falar apenas dos direitos LGBT, mas de direitos fundamentais de saúde, educação, direitos humanos, liberdade de expressão... Não importa se sou lésbica, se eu quiser ter um filho no futuro eu não quero viver num país onde o meu filho vai ter medo de ser quem é! Onde vai ter medo de falar... é isso que define onde quero estar e viver...

Eazy: Eu e a minha irmã [Smile] pensámos, é melhor morrer na Ucrânia do que voltar a Marrocos..

Voltando à guerra e à invasão do Governo russo, o que pensam disto tudo?

Amy: A guerra não faz sentido neste século, podem encontrar-se várias formas e soluções para resolver conflitos que não impliquem a destruição da vida humana, a destruição das economias, de cidades... mas claro, se até nas universidades se ensina a guerra como negócio... A Alemanha, neste momento, vai investir mais dinheiro em armamento e nas Forças Armadas, a sociedade vai ser afectada, não é o caminho, não é onde se deve investir, nunca devia ser sequer questão... depois da I Guerra Mundial, da II Guerra Mundial, todos aprenderam a lição, não, não há direito... não, não está certo...

Eazy: É uma vergonha! Uma vergonha, mais nada.

O cemitério da globalização à procura do seu coveiro*



Kharkiv após bombardeamento

Recordar o que a história nos ensina: todas as guerras modernas operam sob o domínio da persistente chantagem do nacionalismo e da coacção do cidadão anónimo pela ordem estabelecida no quadro do mito do Estado-nação.

JÚLIO DO CARMO GOMES
VADIO.ENVIADAVIR@GMAIL.COM

Persuadir o indivíduo comum a desejar ser como o seu amo e a identificar-se com o poder – dos «senhores da guerra» – é a mais eficaz prática do opressor. A lealdade exigida pelo militarismo e o patriotismo conduz a um absurdo: a traição a si próprio. Uma obediência que não pode ser conciliada com a liberdade, nem de acção nem de pensamento. À conta dos meios de massa na *sociedade líquida*, o *povo*, esse produto imaginário fabricado e manipulado pelas elites ao longo da história moderna, tornou-se real e é na qualidade de espectador que consome a guerra como um produto cultural da *media* hegemónica. É esse *povo*, a Ocidente e a Leste, que traz os falsos profetas na palma da mão.

Putin que estavas no céu, venha a nós o vosso gás

Mais de dois meses depois da agressão militar da Federação Russa, os factos demonstram que o fio condutor da política ocidental e a solução prevalecente à invasão passa pela corrida ao armamento e pela militarização da Ucrânia, dos estados limítrofes e das sociedades europeias em geral. O sucesso desta operação implica fazer crer que

essa lógica é inevitável. Desta estratégia, homeopaticamente implementada mas inabalável, podemos inferir o princípio de orientação subjacente à deriva belicista: que o combate à própria violência é a contraviolência e não a procura de políticas de paz. Uma ciência que, afinal, desemboca num beco sem saída para os povos e as sociedades.

Deixando de parte o *flirt* platónico dos que romanceiam com o *pathos* da guerra à distância e por interposição da carne do outro, o mais sensato é descer ao terreno da *realpolitik*. Desde logo questionando o que terá levado líderes como Macron, Merkel, Schröder, Hollande, Cameron, Tony Blair, Xi Jinping, Jiang Zemin... a descerem ontem ao Kremlin, ou a receberem Putin nos seus palácios, para assinarem acordos neo-liberais, prosseguindo com os processos de erosão social e precarização económica em estreita cooperação com o governo Russo. Políticas que decretaram não o «fim da história» mas a continuidade da terapia de choque neo-liberal até às últimas consequências da guerra de classes, aprofundando a injustiça social, aumentando as desigualdades planetárias e agravando a crise ecológica. Todos esses governantes das potências europeias e mundiais, escolheram ser os «Césares, os reis, que pensarão na felicidade universal dos homens», como o Grande Inquisidor de Dostoiévski. Cabe perguntar porque não apanham agora um voo *peace cost* para Moscovo para negociarem a paz e a *felicidade particular do povo ucraniano*? Se ali foram buscar o que queriam amealhar *para si em nome da felicidade universal dos homens*, porque não voltam a *buscar lá o que alardeiam desejar em particular para o povo ucraniano*?

Que a democracia liberal deva o reino da sua legitimação aos prodígios de

acordos celebrados com quem sempre praticou a chantagem política, a burla ideológica, a corrupção, o abuso de poder, a xenofobia, a fobia às sexualidades não-normativas, a perseguição aos adversários políticos e à imprensa livre e a eliminação criminosa de cidadãos incómodos, só tem um significado: há muito que a democracia liberal está viciada pelos próprios instrumentos da sua dominação. *Antes* da agressão do governo de Putin, a ética liberal e a doutrina da economia de mercado engajaram-se na fraternidade dos negócios transnacionais, banalizando e aviltando a democracia, rebaixando-a a um simples instrumento de dominação e abuso de poder além-fronteiras. Não tragamos o tratado moral liberal de que todos os meios são bons para se adaptar às circunstâncias... Esse realismo do *tem de ser*, além de hipócrita, está sempre prestes a passar por cima da vida humana. É a história a repetir-se enquanto farsa. *Depois* da agressão à Ucrânia, os missionários neo-liberais receberam as graças de uma revelação: a ética dos democratas-liberais precisa de Bucha para saber onde está o seu inimigo... Melhor dito, para saber onde está o seu ex-amigo... É a farsa a repetir-se como história. Em Bucha, o capitaloceno não se descobre já como quimera impossível, nem redescobre somente a sua barbárie: vem a saber que, para digerir o seu colapso, vai ter de comer o seu próprio ventre. Vai devorar o reduto da Velha Modernidade, o útero da largada da globalização. O terror dos liberais descobre-se agora por terem de olhar de frente para o seu próprio fetiche. O mito da *felicidade universal* neoliberal acabou na epifania de Bucha. É Durão Barroso a passar o testemunho a Putin. De gadanha em gadanha reconfiguram-se as crises da globalização capitalista na nova realidade multipolar.

A miséria do liberalismo

Se não se pode legitimar o ilegítimo – as acções indiscriminadamente criminosas da agressão do Governo russo –, o discurso imposto pelo falso consenso liberal, ao sofrer da mesma relativização ética, procede com a mesma linha de raciocínio de que acusa os nostálgicos do império soviético. A abordagem feita pelas forças neo-liberais parte do cancelamento do discurso crítico, contextualizado e histórico. Ao desprezarem uma análise estrutural dos amplos significados políticos e históricos que estão em jogo na Ucrânia, comentadores, jornalistas e políticos, reproduzem uma enunciação que parte de um ponto cego, cujo foco termina na eliminação do pensável no outro, não na troca construtiva de argumentos. O processo de relativização ética dos liberais oculta uma finalidade: justificar a injustificável desresponsabilização das políticas imperialistas e belicistas da NATO, dos EUA e, por submissão, da UE.

Quem não é assimilável à *miséria do liberalismo*, quem rejeita essa cultura, é pura e simplesmente excluído

do debate de ideias. O que nos leva à seguinte interrogação: para quê a censura, se o neo-liberalismo cultural e o comércio da comunicação social dispõem dos meios para fabricar um pensamento único?

Não somos feitos apenas de uma certeza, nem padecemos de cegueira inocente. O nosso mundo perceptivo é um navio de espelhos que vê debaixo das águas mais profundas. Na Rússia de hoje e de Putin, o Jornal MAPA não existiria. Amanhã, acordaríamos a trincar a língua, velhas tradições nostálgicas do KGB. Outros a Ocidente, como Julian Assange, jamais voltarão a ver a luz da manhã em liberdade, novas práticas liberais. Nada disto nos espanta. O nosso espanto é outro. Perdoem-nos o tom, que idiotice é essa, democratas-liberais, de nada vos encher mais de empáfia do que quererem constranger-nos a agradecer-vos pela liberdade da fala?!?

A farsa repete-se e o *ovo da serpente* do discurso liberal fica à mostra: é de falsas alternativas que vive o poder. Enquanto acreditarmos que, em política, não há mais do que escolher entre a democracia liberal e a autocracia, não vamos sair do lugar onde estamos. É que não há *política* onde não há grandeza no adversário. Há apenas a sua corrupção. E o cinismo liberal. É nesta aporia que reside a ilusória igualdade liberal, pedra de toque do neo-liberalismo para perpetuar, sem tensão nem conflito, sem superação nem utopia, a base estrutural de um poder intocável.

No novo milénio, as guerras não são apenas um meio de expansão e de rentabilização neo-imperial para assegurar a continuidade do seus ciclos de acumulação, mas fazem parte da normalidade capitalista de enfrentar os seus limites estruturais. Um desdobramento que prefigura um futuro próximo de controlo eco-fascista da escassez. Com o conflito em curso na Ucrânia, assistimos ao delírio do capital transnacional a monetarizar a guerra em valor de mercado e a normalizar a dramaturgia de um futuro inevitável: depois da crise financeira de 2008, das políticas «austeritárias», da emergência climática, da hipervigilância dos Estados posta a nu na era pós-Snowden e depois do «apaga-acende» de direitos constitucionais justificado pela pandemia de Covid-19, enfrentamos agora a militarização das nossas vidas/sociedades, quando os desafios do século XXI exigem uma política transnacional para a justiça social, um projecto que lute pela desnuclearização e desmilitarização da Europa e do mundo, uma cultura que lute pela descomplexificação das burocracias estatais como via possível para que as populações se reapropriem da potência da democracia e uma força que empreenda um compromisso com um modelo ecológico e social alternativo. Se outro fim do mundo é possível é porque outros mundos em devir tomam o seu lugar...

* A versão integral da crónica pode ser lida em jornalmapa.pt

Lições da Síria

Exilados sírios falam sobre como a sua experiência pode inspirar a resistência à invasão*



O olhar dos retratos de Putin e Assad à medida que soldados armados patrulham as ruínas da Síria foto: George Ourfalian/AFP

THE SYRIAN CANTEEN OF MONTREUIL E L'ÉQUIPE DES PEUPLES VEULENTE

Entre a unanimidade ideológica dos grandes meios de comunicação e as vozes que transmitem sem escrúpulos a propaganda do Kremlin, pode ser difícil saber a quem dar ouvidos.

Em vez de especialistas em geopolítica, devemos ouvir aqueles que têm sofrido sob o governo de Putin, na Rússia e noutros lugares, ao longo de vinte anos. Convidamos-te a preferir as vozes e as organizações que, dentro desse contexto, defendem os princípios da democracia directa, do feminismo e do igualitarismo.

É certamente desejável compreender os interesses económicos, diplomáticos e militares das grandes potências; ainda assim, contentarmo-nos com um enquadramento geopolítico abstracto da situação pode deixar-nos com uma compreensão abstracta e desligada do terreno. Essa forma de compreensão tende a ocultar as protagonistas comuns do conflito.

Mesmo que não invadam directamente a Ucrânia, não sejamos ingénuos em relação à NATO e aos países ocidentais. Devemos recusar-nos a apresentá-los como os defensores do «mundo livre». Lembre-se: o Ocidente construiu o seu poder sobre o colonialismo, o imperialismo, a opressão e a pilhagem da riqueza de centenas de povos por todo o mundo — e continua todos estes processos nos dias de hoje.

«Campismo» é a palavra que usamos para descrever uma doutrina de outros tempos. Durante a Guerra Fria, os adeptos deste dogma sustentavam que o mais importante era apoiar a URSS, a todo o custo, contra os estados capitalistas e imperialistas. Esta doutrina ainda persiste na facção da esquerda radical que apoia a Rússia de Putin na invasão da Ucrânia ou que relativiza a guerra em curso. Deixemos que os «campistas» usem a palavra que quiserem para descrevê-la, se «imperialismo» lhes parece inadequado. Mas nunca aceitaremos qualquer desculpa para infligir violência e dominação sobre populações em nome de uma precisão pseudo-teórica.

Pior ainda, tal posição leva essa «esquerda» a reproduzir

a propaganda desses regimes a ponto de negar atrocidades bem documentadas. Falam de «golpe de estado» quando descrevem a revolta de Maidan ou negam os crimes de guerra perpetrados pelo exército russo na Síria. Essa esquerda chegou ao ponto de negar o uso de gás *sarin* pelo regime de Assad.

Na Ucrânia, a identidade do agressor é conhecida por todos. Se a ofensiva de Putin é, de certa forma, uma resposta à pressão da NATO, ela é sobretudo a continuação de uma ofensiva imperial e contra-revolucionária. Depois de invadir a Crimeia, depois de ter ajudado a esmagar as revoltas na Síria (2015-2022), Bielorrússia (2020) e Cazaquistão (2022), Vladimir Putin já não tolera o actual clima de protestos — encarnado pelo derrube do presidente pró-Rússia na revolta Maidan — dentro dos países sob sua influência. Deseja esmagar qualquer desejo emancipatório que possa enfraquecer o seu poder.

Se entendemos e nos juntamos ao apelo para acabar com a guerra, insistimos que devemos fazê-lo sem qualquer ambiguidade quanto à identidade do agressor. Nem na Ucrânia, nem na Síria, nem em qualquer

outro lugar do mundo, as pessoas comuns podem ser culpadas por empunharem armas para tentar defender as suas próprias vidas e as das suas famílias.

De um modo mais geral, aconselhamos as pessoas que não sabem o que é uma ditadura (mesmo que os países ocidentais se estejam a tornar mais abertamente autoritários) ou o que é ser bombardeado a absterem-se de dizer aos ucranianos para não pedirem ajuda ao Ocidente — como alguns disseram aos sírios ou a Hong Kong — ou para não desejarem uma democracia liberal ou representativa como sistema político mínimo. Muitas dessas pessoas já estão cientes das imperfeições desses sistemas políticos — mas a sua prioridade não é manter uma posição política impecável, mas sim sobreviver aos bombardeamentos do dia seguinte, ou tentar não acabar num país em que uma palavra descuidada pode condená-las a vinte anos na prisão. Insistir neste tipo de discurso purista demonstra a determinação de impor uma análise teórica num contexto que não é o nosso.

Na Ucrânia, nacionalistas ucranianos, incluindo fascistas, desempenharam um papel

importante nos protestos de Maidan e na guerra que se seguiu contra a Rússia. Além disso, como aconteceu com o Batalhão Azov, beneficiaram dessa experiência e tornaram-se parte legítima do exército regular da Ucrânia. No entanto, tal não significa que a maioria da sociedade ucraniana seja ultra-nacionalista ou fascista. A extrema-direita obteve apenas 4% dos votos nas últimas eleições; o presidente ucraniano, judeu e de língua russa, foi eleito com 73%.

Defender a resistência popular (tanto na Ucrânia como na Rússia) contra a invasão russa também não deve significar ser ingénuo em relação ao regime político que emergiu de Maidan. Não se pode dizer que a queda de Yanukovich tenha resultado numa expansão real da democracia directa ou no desenvolvimento da sociedade igualitária que desejamos para a Síria, para a Rússia, para França e para todo o mundo.

Tal como as revoluções árabes, os Coletes Amarelos e os Maidan provaram que as revoltas do século XXI não serão ideologicamente «puras». Embora entendamos que é mais confortável e estimulante identificarmo-nos com actores poderosos (e vitoriosos), não devemos trair os nossos princípios fundamentais. Convidamos a esquerda radical a tirar os seus velhos óculos conceptuais para confrontar as suas posições teóricas com a realidade. Essas posições devem ser ajustadas de acordo com a realidade, e não o contrário.

É por estas razões que, a respeito da Ucrânia, pedimos que as pessoas dêem prioridade às iniciativas de apoio que vêm da base: as iniciativas de auto-defesa e de auto-organização que florescem actualmente. Podemos descobrir que, muitas vezes, as pessoas que se organizam defendem, de facto, concepções radicais de democracia e de justiça social — mesmo que não se considerem «esquerdistas» ou «progressistas».

Embora nos oponhamos radicalmente a todos os imperialismos e a todas as formas modernas de fascismo, acreditamos que não podemos limitar-nos apenas a posturas anti-imperialistas ou anti-fascistas. Mesmo que sirvam para explicar muitos contextos, também correm o risco de limitar a luta revolucionária a uma visão negativa, reduzindo-a à reacção, à resistência permanente, sem caminho a seguir.

Acreditamos que continua a ser essencial fazer uma proposta positiva e construtiva, como o internacionalismo. Tal significa vincular revoltas e lutas pela igualdade em todo o mundo.

* O texto "Dez Lições da Síria", dos colectivos The Syrian Canteen of Montreuil e L'Équipe des Peuples Veulente, originalmente publicado em CrimethInc.com e reproduzido no site do Jornal MAPA, surge aqui editado na forma de excertos seleccionados.

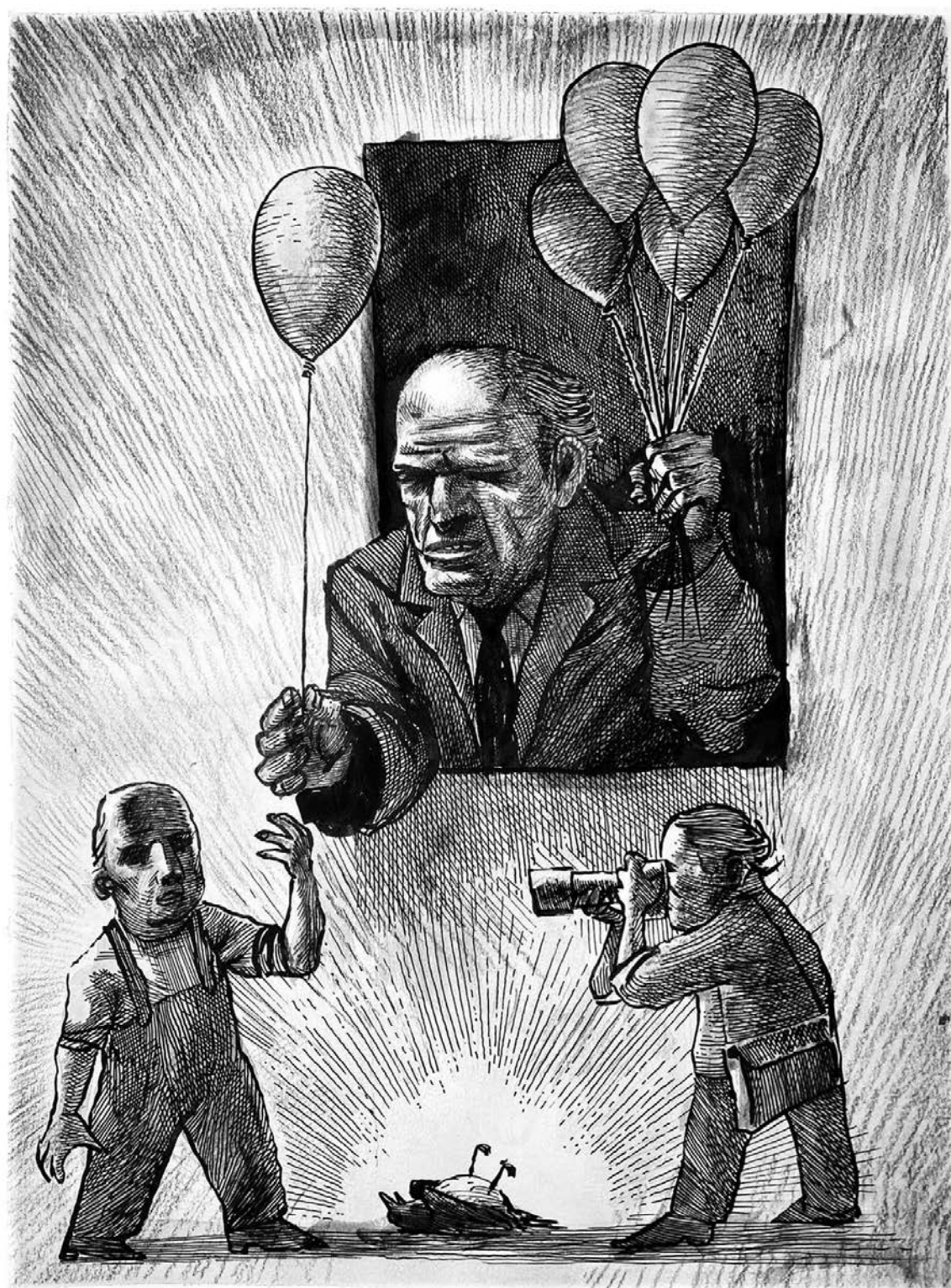
Licença Social para Operar:

A penetração das companhias mineiras na região do Barroso

MARIANA RIQUITO¹
ILUSTRAÇÃO JOÃO CABAÇO

A indústria mineira é conhecida por ser uma das mais poluidoras do mundo: a extração e o processamento primário de metais e outros minerais é responsável por 26% das emissões globais de carbono e por 20% dos impactos da poluição atmosférica sobre a saúde humana. Em Portugal, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em 2019, os processos industriais de extração e processamento foram responsáveis por 12,1% das emissões. Esta é também das indústrias mais destrutivas para os ecossistemas: juntamente com a agricultura, representa quase 90% da perda global de biodiversidade, já que a larga maioria das regiões mineiras se sobrepõem a áreas protegidas, inclusive a áreas da Rede Natura 2000. Para além disso, de acordo com o Índice de Mineração Responsável de 2020, a larga maioria das empresas analisadas ficam consideravelmente aquém de satisfazer os critérios sociais a que estão obrigadas, nomeadamente a promoção do bem-estar da comunidade, a garantia de condições dignas de trabalho, e o fomento de práticas ambientalmente responsáveis. Esta é ainda a indústria mais mortífera do mundo para aquele/as que a ela se opõem: 50 dos 212 defensores ambientais assassinados/as em 2019 estavam em campanha para impedir projetos de mineração.

Como por magia, esta, que é das indústrias mais poluentes, mais destrutivas e mais irresponsáveis do mundo, é agora parte das soluções de combate às alterações climáticas! Por forma a obterem a «Licença Social para Operar»², as elites políticas e industriais têm vindo a equacionar a extração mineira com as tecnologias ditas «renováveis». Foi para isso que se cunhou o termo *green mining*, que pretende convencer o público de que a mineração pode ser verde. Com tal cenário por pano de fundo, pretende-se desarmar quem argumente em sentido contrário e/ou exprima preocupações sobre as tóxicas e devastadoras consequências da extração mineira. Obter a Licença Social para Operar significa, na prática, conseguir a aceitação



das partes interessadas, nomeadamente de quem se opõe aos projetos, bem como do público em geral. A premissa da Licença Social para Operar é a de que as empresas acabarão, inevitavelmente, por iniciar a exploração mineira e que, por isso, as comunidades locais não têm o direito de as impedir.

Por todo o mundo, a indústria mineira, em conluio com as autoridades estatais, tem trabalhado arduamente para assegurar que as

comunidades locais não tenham real poder para rejeitar os projetos mineiros, ridicularizando, menosprezando e ignorando a luta das pessoas destas «zonas de sacrifício verde». Em Portugal, a história não é diferente.

Conhecemos vários episódios que incluem a opacidade na comunicação por parte dos poderes públicos a este respeito, ou a sua retórica em torno da inevitabilidade da extração de lítio, cujo propósito é desarmar as

populações em luta. É nesse sentido que o então Secretário de Estado Adjunto e da Energia qualificou de «estrupe» e de «coisa asquerosa» o episódio realizado pelo programa Sexta Às Nove, da RTP, no qual foram expostas «as ligações locais, os favores e a «fachada» ambientalista do negócio do lítio». Numa tentativa de subverter as legítimas inquietudes das populações locais, João Galamba chegou ainda a pegar no mote da luta contra a mineração

e a invertê-lo, alegando que «quem está contra as minas está contra a vida». Esta frase foi emblematicamente pronunciada no final da Cimeira Europeia sobre *Green Mining*, onde representantes dos Estados-membros da UE dialogavam com representantes de empresas mineiras, e às portas da qual se faziam ouvir vozes de protesto, convenientemente impedidas de nela participar. Esta Cimeira foi um exemplo claro da estreita ligação entre autoridades políticas e lobbies mineiros e da sua sobrançeria e desprezo por quem luta pelo direito a decidir sobre o seu futuro. Também na arena jornalística se procura desacreditar as populações em luta, rotulando-as de «ocas», «egoístas» e «moriundas»³, ou concedendo publicidade às empresas mascarada de entrevista⁴ e/ou em forma de artigos de opinião⁵.

Com truques de ilusionismo deste tipo — alinhando a narrativa política oficial aos interesses da indústria mineira —, vão-se criando as condições de aceitabilidade social de mega-projetos extrativistas. Em Trás-os-Montes, na região do Barroso, as companhias mineiras têm feito (quase) tudo para obter a Licença Social para Operar. No Barroso, nos municípios de Boticas e de Montalegre, a britânica Savannah Resources e a portuguesa Lusorecursos Portugal Lithium querem abrir, respetivamente, a «Mina do Barroso» e a «Mina do Romano». As empresas forçam a sua presença nesta região, criando ou fazendo uso de intrincadas teias jurídicas que confortam as suas pretensões, infiltrando-se no tecido social rural, de modo a minar a oposição às minas e a fabricar a aceitação dos seus projetos mineiros.

Emaranhados jurídicos e ilusionismos burocráticos

Em 2006, o Estado assinou um contrato com a Saibra - Areias e Caulinos, S.A. para concessão de exploração de depósitos minerais de feldspato e quartzo. Este contrato, sob a denominação «Mina do Barroso», previa uma área de 70 hectares para a indústria da cerâmica. Contudo, em 2016, foi assinada uma adenda ao mesmo, onde se previa o alargamento da área da mina e a inclusão do mineral lítio. No ano seguinte, foi assinada uma transmissão

14 MINERAÇÃO



Caminhada em defesa do património natural e cultural em Covas do Barroso, abril 2022

deste contrato, passando-o para as mãos da empresa Savannah Resources. Foi assim que, de repente e sem consulta prévia às populações ou autoridades locais, 70 hectares para feldspato e quartzo passaram a quase 600 para lítio.

Em fevereiro deste ano, a Junta de Freguesia de Covas do Barroso (Boticas) intentou uma ação judicial contra o Estado contestando a forma como a transmissão contratual fora feita, argumentando que este processo «viola as normas legais». Por um lado, argumenta a Junta, a concessionária tem a «obrigação legal de executar os trabalhos de exploração de acordo com a Declaração de Impacto Ambiental» emitida anteriormente (que previa a exploração de feldspato e quartzo e não de lítio). Por outro lado, o alargamento da mina no âmbito de «uma concessão para um mineral que nunca esteve na origem da concessão (...) viola direitos de terceiros».

Para além da transmissão contratual ter sido feita, possivelmente, de forma ilegal, a APA está, de momento, a ser investigada pelo Comité de Conformidade à Convenção de Aarhus. Em causa está a recusa da APA em divulgar informações e a negação de acesso a documentos relativos ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da «Mina do Barroso». A queixa, feita pela ONG galega Monteescola, recebeu um parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Apesar deste parecer, a APA não chegou a disponibilizar a informação ambiental, pelo que o Comité de Aarhus prossegue, até hoje, com as suas audições. Embora ainda sob investigação, este processo é sintoma da forma como a participação cidadã em matérias ambientais — dependente do livre acesso à informação — foi altamente condicionada.

Vinte quilómetros a norte de Covas, em Morgade (Montalegre), a história é muito semelhante. A 28 de março de 2019, o Estado



Por todo o mundo, a indústria mineira, em conluio com as autoridades estatais, tem trabalhado arduamente para assegurar que as comunidades locais não tenham real poder para rejeitar os projetos mineiros.

celebrou um contrato de concessão para exploração de lítio, por 35 anos, com a empresa Lusorecursos Portugal Lithium, S.A. Esta empresa foi criada apenas três dias antes da assinatura do contrato por Ricardo Pinheiro, um dos acusados da maior fraude com fundos comunitários de que há memória em Portugal. Ora, a legitimidade deste contrato está desde então a ser investigada em tribunal, pois fora uma outra empresa — a Lusorecursos S.A., da qual Ricardo Pinheiro também era sócio — a ganhar os direitos à concessão, já em 2012. Como os prazos em matéria de transmissão contratual já estavam caducados, os direitos de exploração emergentes só poderiam ter sido requeridos pela Lusorecursos, e não pela Lusorecursos Portugal Lithium, S.A.

O contrato de concessão celebrado com esta última definia um prazo máximo de dois anos para a empresa «elaborar e obter a aprovação do EIA», sendo que

o não cumprimento deste prazo «implicava a rescisão do contrato por parte do concedente». O então Ministro do Ambiente chegou mesmo a sublinhar a «falta de profissionalismo» desta empresa pelos seus sucessivos atrasos. De facto, o EIA relativo à 'Mina do Romano' apenas foi entregue em fevereiro deste ano. Ora, embora todos os prazos tivessem terminado há longo tempo, este foi aceite e submetido a consulta pública. Tal como para a 'Mina do Barroso', a APA inicialmente propôs um prazo de apenas 30 dias para a consulta pública das mais de 2.000 páginas — no caso da 'Mina do Barroso', eram mais de 7.000 páginas! Mas, em ambos os casos, graças às pressões das populações e associações locais, os prazos foram alargados.

As populações de Boticas e de Montalegre demonstram-se ainda preocupadas pelo facto de nenhuma destas empresas ter qualquer histórico de mineração — a Savannah, aliás, é uma

empresa de bolsa —, o que levanta sérias dúvidas sobre as suas capacidades de execução. Para além disso, as populações ressaltam que ambos os EIA foram realizados sem que as empresas tivessem tido acesso aos terrenos, já que não tinham licença para tal. Um EIA é um documento que a empresa mineradora tem de entregar ao Estado, no qual se elencam as vantagens e desvantagens de dado projeto. Entregue o EIA, a Comissão de Avaliação da APA declara-o «conforme» ou «não conforme». Como se não fosse suficiente o EIA ser da responsabilidade da própria empresa que quer mineração, o facto de, nestes casos, os documentos terem sido elaborados sem acesso aos terrenos levanta sérias dúvidas sobre a credibilidade e validade dos mesmos.

Nesta complexa teia de emaranhados jurídicos e de obscuros procedimentos técnico-burocráticos, a Academia também aparece a cumprir, em alguns casos, um papel de legitimação social do extrativismo. A Associação Cluster Portugal Mineral Resources, cujo objetivo é a «promoção do conhecimento e a valorização económica sustentável dos recursos minerais», tem como sócias várias Universidades e Institutos Politécnicos ao lado de uma série de empresas mineiras, entre as

quais a Savannah e a Lusorecursos. A Universidade do Porto é um exemplo particularmente emblemático das estreitas ligações entre lobbies mineiros e instituições académicas. A sua Faculdade de Ciências (FCUP) faz parte do consórcio encabeçado pela GALP para a «Mina do Barroso»; assinou, em 2018, um acordo de cooperação com a Savannah; e foi paga pelo Município de Montalegre para realizar um parecer técnico ao EIA da Mina do Romano, ao mesmo tempo que a sua Faculdade de Energia (FEUP) fez parte da Comissão de Avaliação deste EIA. Por outras palavras, a mesma Universidade (embora representada por diferentes Faculdades) está encarregada de avaliar o EIA e de emitir um parecer técnico sobre o mesmo, sendo simultaneamente parte integrante de uma Associação que tem como fito valorizar economicamente os recursos minerais. Não estaremos aqui perante um conflito de interesses?

Em suma, os trâmites seguidos por estes dois contratos de exploração mineira são questionáveis: transmissões contratuais sujeitas a investigação em tribunal; negação de acesso a documentos; criação de empresas de véspera, sem qualquer experiência prévia; possíveis conflitos de interesses, etc. A estes procedimentos junta-se a retórica da inevitabilidade da transição energética — e consequentemente da extração de lítio — que permeia os discursos políticos e mediáticos. Tudo isto, podemos argumentar, constitui uma forma de «violência burocrática», já que estes mecanismos contribuem ativamente para excluir as comunidades dos processos de participação e de construção do conhecimento, descredibilizar as resistências e oposições aos projetos, destituindo, assim, as populações em luta de real poder decisório e negando-lhes o seu direito a dizer «não!».

Embora presas nestas complicadas teias, as populações locais continuam a resistir ao



SANDRA SALGADO

desenvolvimento destes projetos mineiros. Perante a oposição reiterada das comunidades, as companhias mineiras têm orquestrado insidiosas estratégias de «engenharia social». Com efeito, o extrativismo depende não só de uma avançada engenharia física (máquinas, conhecimento técnico e tecnológico) mas também de técnicas de engenharia social. Por forma a obterem a Licença Social para Operar, as companhias mineiras têm tentado manipular os comportamentos, atitudes e perceções da população rural, por forma a manejarem (e, portanto, controlarem) as dissidências e manufaturarem o consenso em torno dos seus projetos.

Dispositivos de engenharia social

Nas aldeias de Covas do Barroso, Romainho, Muro e Couto de Dornelas — que serão particularmente afetadas pela «Mina do Barroso» caso esta avance —, a empresa Savannah Ressources tem procurado estabelecer «boas relações» com a comunidade. Ou, visto de outra perspetiva, tem procurado pacificar e domesticar a resistência.

É nesse sentido que em 2018 a empresa abriu um «posto de informação», no centro de Covas, estabelecendo, assim, uma presença permanente nesta aldeia. Aberto de segunda a sexta, nele podemos ver uma maquete do projeto, projeções de como serão mitigados os impactos da mina, e ainda amostras dos minerais que pretendem extrair e suas futuras aplicações. Além disso, todos os meses, a população recebe uma newsletter, onde a empresa promete mundos e fundos — desde empregos a postos médicos —, ou conta as boas ações que tem realizado na e pela comunidade.

Estas estratégias de engenharia social têm como objetivo dividir a população — seguindo a famosa máxima «dividir para conquistar». Nesse sentido, podemos argumentar que a empresa tem perpetuado uma verdadeira «guerra social».

Tanto nas newsletters como no seu website oficial, a Savannah apresenta-se como uma empresa «responsável», «verde», «inteligente», que está «permitindo a transição energética europeia», detentora de um projeto de exploração de lítio «muito avançado». É insidioso o discurso corporativo: de forma subtil, a empresa auto-representa-se como necessária — pois é ela quem permite o desenvolvimento da atual transição energética, graças ao estado muito avançado do seu projeto. De forma semelhante, em junho de 2021, esta empresa, relatam alguns habitantes locais, começou a distribuir panfletos na região de Boticas a pedir trabalhadores para a mina. Ora, lembremos: embora haja um contrato de exploração assinado, o EIA ainda não foi aprovado pela APA. Nesse sentido, estes panfletos e o discurso empregue pela empresa funcionam como estratégias de engenharia social, que pretendem convencer as populações da inevitabilidade da aprovação final e posterior desenvolvimento do projeto.

Para além disso, numa tentativa de infiltrar (e minar) o tecido social rural, a empresa tem-se aproximado de pessoas mais vulneráveis, oferecendo-lhes apoios materiais. Ao mesmo tempo, a empresa propõe a compra de terrenos a um preço bastante mais elevado que o estabelecido. Esta aproximação às famílias

socioeconomicamente mais fragilizadas é uma jogada psicológica da empresa, que lhe permite, progressivamente, «comprar» a sua imagem, legitimando, assim, a sua presença. Como se não fosse suficiente a empresa estar a tirar proveito da debilidade de certas pessoas (estruturalmente precarizadas pela negligência estatal), esta tem igualmente procurado infiltrar-se em certas famílias, fomentando disputas fraternas.

Estas estratégias de engenharia social têm como objetivo dividir a população — seguindo a famosa máxima «dividir para conquistar». Nesse sentido, podemos argumentar que a empresa tem perpetuado uma verdadeira «guerra social». Como lembrado, em tom irónico, por uma pessoa local: «eles [a Savannah] gostam de ajudar os pobrezinhos... que é para depois lhes dar força a eles [à Savannah]!» e conclui «as pessoas estão em espadas uns com os outros (...) isto é só guerra, é só guerra!». É, de facto, uma lenta — mas insidiosa — «guerra social».

Esta «guerra» desenrola-se numa arena extremamente desigual. De um dos lados, há uma miríade de poderosos atores que, de forma mais ou menos direta, trabalha em conjunto para legitimar projetos altamente destrutivos. O governo, as empresas, parte da imprensa (local e nacional) e das instituições de ensino superior têm vindo a criar as condições de

aceitabilidade social de megaprojetos extrativistas, como é o caso das minas de lítio. É este vasto complexo financeiro, económico, político, social, científico e tecnológico que permite a reprodução e a expansão da ordem tecno-industrial capitalista. As teias obscuras que ligam instituições políticas, mineiras e académicas; os múltiplos obstáculos colocados aos cidadãos no acesso à informação; a ridicularização das vozes críticas; o uso de propaganda; as operações de divisão psicológica; a promessa de criação de empregos e de desenvolvimento socioeconómico — todos estes mecanismos burocráticos, técnicos e científicos servem para manufaturar um consenso em torno das soluções do capitalismo «verde» e tornar governáveis quer os recursos naturais quer as pessoas.

Estes instrumentos de persuasão e manipulação (ou, se quisermos, de engenharia social) têm por objetivo disciplinar e encantar os «corações» das populações, funcionando, assim, como dispositivos de pacificação e de domesticação de qualquer dissidência. Há uns anos, no Natal, a Savannah Ressources chegou mesmo a oferecer um bolo-rei a todos os residentes, numa tentativa de adocicar a resistência. Mas, como diz o ditado, «com bolos se enganam os tolos». A população barrosa, na sua maioria, não se deixa enganar e está determinada a lutar até ao fim para proteger os rios, as florestas, as plantas e os animais. Vamos com elas?

NOTAS

1 Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Investigação em Ciências Sociais da Universidade de Amsterdão. Investigadora Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

2 Para mais trabalhos sobre este conceito no contexto do avanço do extrativismo «verde» na União Europeia, consultar: Verweijen, Judith; Dun-

lap, Alexander (2021) "The evolving techniques of the social engineering of extraction: Introducing political (re)actions 'from above' in large-scale mining and energy projects", *Political Geography*, vol. 8, 102342. Ou ainda Dunlap, Alexander (2022) "How EU public money finances environmental sacrifice: a call for change" Disponível em <https://politicalecologynetwork.org/2022/02/27/how-eu-public-money-finances-environmental-sacrifice-a-call-for-change/> (Acesso em 10 abril 2022)

3 Expressões utilizadas no artigo de opinião intitulado "Viva o elétrico, morte ao lítio!", publicado no dia 28 de agosto de 2021, no jornal online Dinheiro Vivo.

4 No dia 3 de maio de 2021, o PÚBLICO publicou uma entrevista a David Archer — CEO da Savannah Ressources, detentora do contrato de exploração da «Mina do Barroso» — intitulada "A Savannah vai participar 'de forma entusiasta' no concurso para o lítio". No dia 28 de agosto de 2021, o jornal online Dinheiro Vivo publicou uma outra entrevista à mesma pessoa, intitulada "David Archer: 'Portugal pode estar na linha da frente da produção de lítio para a Europa'". Ambas as «entrevistas» assemelham-se mais a publicidade sem contraditório, onde foi possível ao CEO de uma multinacional explicar todos os benefícios de um projeto que suscita contestações e reticências.

5 No dia 14 de setembro de 2021, David Archer publicou uma coluna de opinião no Jornal de Notícias, intitulada "Por uma energia limpa, por uma mina sustentável", na qual publicita o projeto da «Mina do Barroso».

6 A Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente — conhecida habitualmente como Convenção de Aarhus — foi adotada em 25 de junho de 1998, na cidade dinamarquesa de Aarhus, durante a 4ª Conferência Ministerial «Ambiente para a Europa». Portugal assinou esta Convenção logo em 1998 e ratificou-a em 2003. O objetivo desta Convenção é garantir os direitos dos cidadãos no que respeita ao acesso à informação, à participação do público em processos de decisão e ao acesso à justiça em matéria ambiental.

7 No site oficial do Cluster Portugal Mineral Resources, podemos ver que são sócias as seguintes instituições de ensino superior: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência; Instituto Politécnico de Leiria; o Instituto Politécnico de Portalegre; Instituto Universitário de Lisboa; Instituto Superior de Engenharia do Porto; Instituto Superior Técnico; Universidade de Coimbra; Universidade de Évora; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Minho.

8 Para uma maior compreensão das estreitas ligações entre a Universidade do Porto e o lobby mineiro em Portugal, ler o artigo de Vítor Barroso, "A Universidade do Porto e a exploração mineira", publicado a 23 de março de 2022, neste mesmo Jornal, pode ler-se aqui: <https://tinyurl.com/2p8c6xfx>

Livraria Utopia: Quarenta Anos à Margem

Entrevista a Manuel Ricardo de Sousa e a Herculano Lapa

Esta micro-história da livraria Utopia, um facto absolutamente marginal e periférico, só comprova que algumas coisas podem acontecer, e acontecem, nos interstícios do Sistema sem terem sequer, e muitas vezes não querendo ter, visibilidade, mesmo que nesta sociedade contemporânea haja a pretensão totalitária de só legitimar como existente o que se deixa ver.

CLÁUDIO DUQUE

A Utopia cumpre agora 40 anos, muito tempo e muitas histórias. Contemos um pouco como chegaram as vossas vidas à formação da Utopia, e em que ambiente foi possível germinar um projecto de afinidades libertárias num momento histórico dominado ainda por tendências autoritárias da esquerda?

Manuel Ricardo de Sousa - A ideia de abrir uma livraria alternativa no Porto, numa época em que outras já tinham encerrado, como a Erva Daninha e a Contra-a-Corrente, deve-se em parte ao facto de ter rompido com as FP25 e termos decidido, eu e a minha companheira, mudar-nos para o Porto, onde já tinha relações com companheiros anarquistas de Vila do Conde. Também influenciou o facto de estarmos ligados à histórica editora Centelha, de Coimbra, onde na época editámos livros como *A Europa da Repressão ou a Insegurança do Estado*, *Uma Campanha de Salubridade* de Júlio Carrapato e *A Anarquia Perante os Tribunais* de Pietro Gori, em grande parte sustentada pelo entusiasmo militante do advogado e cooperativista Sobral Martins. Curiosamente nessa pequena vila de pescadores surgira um activo núcleo de libertários resultante das relações dos irmãos Veiga (Joaquim, recentemente falecido, e Armando, um dos organizadores dos acampamentos anarquistas em Izeda). Após Joaquim se ter exilado em França, através dele começaram a chegar as ideias anarquistas a jovens trabalhadores da vila, o que gerou esse núcleo que apareceu após o 25 de Abril



Desde 1982 no nº 22 da Rua da Regeneração a manter viva a utopia

e nunca desapareceu, ao contrário do que ocorreu noutras cidades. Foi com esses companheiros que em grande medida se desenvolveu a ideia da livraria Utopia e vários deles estiveram envolvidos nas obras de adaptação do espaço. Quem também colaborou foi o Karpov, que conhecia do Grupo Anti-militarista e Ecológico da AAC [Associação Académica de Coimbra] e do activismo anarquista em Coimbra, e que nesse momento estava a tirar no Porto um curso de formação profissional de pedreiro. Quando abrimos já o ambiente radical da cidade estava em desagregação, na ressaca da estabilização política, e diversos militantes que tinham participado em grupos de extrema-esquerda, em particular do «Grito do Povo», que teve relevância no Porto e no Norte no pós-25 de Abril, tinham rompido com o leninismo, alguns aproximando-se de posições libertárias.

À volta da Utopia acabou por reunir-se um grupo diverso de pessoas. Que projectos, actividades e publicações nasceram entre aquelas estantes repletas de livros?

MRS - Sendo um espaço um pouco periférico na geografia comercial — e sendo reduzido o ambiente libertário e alternativo

da cidade, como o é ainda hoje — que já estava vendida à lógica da reestruturação capitalista, e com a militância esquerdista a reciclar-se, a vida não era fácil para uma livraria como a Utopia. Também não tínhamos espaço para actividades, exceptuando pequenos encontros de algumas pessoas, mas fomos resistindo — quer como Utopia, quer como Grupo Germinal de Vila do Conde, que era constituído pelo Lano, Ramiro, Quim, Gena e eu — acompanhando as iniciativas dos grupos libertários, principalmente dos companheiros de Coimbra e Leiria, os encontros, campanhas, conferências, acampamentos que se foram realizando. Um pouco à margem do que se passava em Lisboa, com todos os seus conflitos, onde só íamos irregularmente e com pouso certo na Bica, na casa do velho peixeiro e anarquista heterodoxo Zé de Brito. Na Utopia começaram a aparecer, aos poucos, alguns companheiros com os quais não tínhamos ainda contacto regular como o Paiva, a Fany, o António, o agitador da contracultura tripeira, e o restante grupo da Rádio Caos, o Alvão e o Figueiredo, entre outros, além dos curiosos clientes de livros usados, que são uma fauna muito particular que frequenta esses espaços e sente ao

longe o cheiro de livro velho. Não havia muitos livros mas tínhamos os suficientes, além das publicações anarquistas da época e fanzines, que marcavam a diferença...

Tendo a Utopia sido inaugurada no período de normalização democrática e entrada na sociedade de consumo, mas onde a luta armada ainda era uma realidade na luta anti-capitalista tanto em Portugal como em Espanha, de que forma o colectivo de pessoas que girava à volta da Utopia, foi fundamental no apoio a companheiros e companheiras que mantinham actividades ilegais?

MRS — É necessário ter presente que ainda não tinha ocorrido todo o processo de «normalização» política, nem sequer a sociedade de consumo estava ainda instalada, só com a adesão à CEE esse ciclo se começa a fechar no final dos anos 80, início dos 90. Mantínhamos então contactos frequentes com companheiros do estado espanhol e foi através deles que mais tarde, Luís Andrés Edo, um histórico militante anarquista catalão do pós-guerra, já falecido, nos faria chegar o pedido de apoio a companheiros libertários em fuga. Pela Utopia passariam, entre outros, Alberto e Conchita, ele escapado da

prisão numa das mais espectaculares e curiosas fugas ocorridas em Espanha nos anos 80, quando trocou de lugar na prisão com o seu irmão gémeo. Acabariam indo para a Nicarágua e para o México, só voltando à Catalunha muitos anos mais tarde. Esses companheiros e outros ligados aos Comandos Autónomos Anti-Capitalistas, bem como à COPEL [Coordenadora de Presos em Luta], o Manolo e a Iza, que eram maioritariamente libertários, mas à margem das organizações históricas CNT/FAI, seriam alguns dos que foram apoiados nessa rede ilegal e informal de afinidades libertárias. Mas também companheiros portugueses com problemas legais. Foi nessa época que conheci, nas idas a Espanha e a França, entre outros, Abraham Guillén, Octávio Alberola, Ariane Gransac, António Tellez, Abel Paz, activos militantes espanhóis da geração pós-Guerra Civil envolvidos na resistência anti-franquista. Era a geração de «transição», embora muito ligada ainda à Guerra Civil, mas que tinha após os anos 60 tentado através das Juventudes Libertárias e da acção directa, dar uma nova vida ao activismo revolucionário anarquista. Activismo que continuou, ainda pelos anos 70, com diversos grupos em Espanha, França e Itália, e que obviamente ainda se prolongou na geração seguinte.

Como se dá já nos anos 80 a tua saída da Utopia e o Lano assume a responsabilidade da livraria?

MRS - Pelas razões já referidas do meu envolvimento na fase inicial das FP 25, assunto sobre o qual já escrevi e não vale a pena aprofundar, e a passagem de diversos companheiros com problemas legais pelo nosso espaço, mas principalmente pela denúncia de um bufo, a Utopia foi colocada sob observação pelos homens da DCCB. Quando se tornou evidente essa vigilância e que a qualquer momento iriam ocorrer prisões, eu e a minha companheira abandonámos a livraria e a cidade. Mas, apesar de tudo, era importante que a livraria continuasse a funcionar independentemente deste acidente de percurso. Herculano que desde sempre era um trabalhador assalariado com pouca vontade de o ser, mostrou-se disponível para assumir a Utopia até porque a polícia nunca teve nada de concreto contra a livraria para lá do cheiro a esturro que o seu faro apurado sempre é capaz de detectar. Por sorte nossa, e azar deles, também não nos conseguia

então prender pelo que o máximo que podiam fazer era manter a livraria sob vigilância e escutas. Tudo ficou na obscuridade do jogo do rato e do gato, não chegando ao espectáculo jornalístico. Mais tarde, ocorreria a minha prisão, mas já em Coimbra, e logo em seguida, a fuga colectiva da EPL. Após isso nos meses seguintes sabendo que as opções eram escassas neste pequeno país, e que mais dia, menos dia, iria voltar a ser preso, decidimos sair para o estrangeiro. Antes disso tivemos um encontro com os companheiros de Vila do Conde em que discutimos com o Herculano a continuidade da livraria pois sabia que pelo menos por dez ou quinze anos, na melhor das hipóteses, não poderia voltar a viver em Portugal. É a partir daí que o Herculano assume integralmente os rumos desse espaço alternativo do Porto demonstrando uma capacidade de resistência notável nas décadas seguintes, conseguindo fazer sobreviver a Utopia a todas as adversidades sociais, económicas e liveiras. Mesmo sabendo que teria uma vida mais tranquila, e acomodada, na condição de predestinado à vida de assalariado.

Nos anos seguintes quais foram as principais actividades na área libertária em que a Utopia esteve envolvida? Quais foram as relações com os grupos jovens informais que publicavam fanzines e com o colectivo Inquietação do Porto e com a revista Utopia?

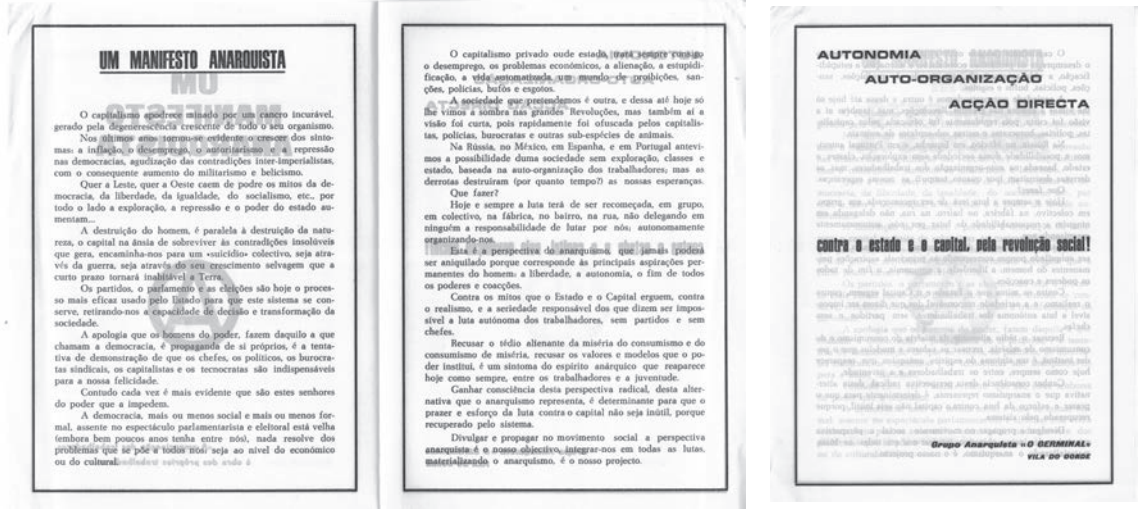
Herculano - Quando fiquei na Utopia, os contactos regulares foram ainda com as pessoas ligadas à Rádio Caos, que emitia a partir da Praça da República aqui ao lado da Utopia. Nesta rádio, que vivia em plena autogestão até ao momento em que foi silenciada pela lei do audiovisual, foi possível participar com estreita colaboração em programas, através de entrevistas, partilha de livros e revistas, alguns deles emitidos a partir da Utopia. No campo das edições continuámos a colaborar com a Centelha/Fora do Texto, nesse período pertenciam também ao colectivo da Centelha, o Chico, o Karpov e o Zé Tavares, até ao seu desaparecimento com a morte de Sobral Martins. Foram editados nesse período livros como *À Tribo dos Irrecuperáveis*, *Guerilha no Asfalto* e *A Resistência do Índio à Dominação do Brasil*, um livro de Jorge Valadas e outro do João Bernardo para falar de alguns dos mais interessantes. Uma das apresentações interessantes que fizemos foi o de uma nova edição do *Discurso sobre o Filho da Puta* de Alberto Pimenta, que o autor dedicou à URSS-EUA e foi um momento marcante, como sempre acontecia com as *performances* do Pimenta. A publicação de fanzines de música, pequenos contos, poesia e política, fazia aparecer ainda alguns jovens com

Uma das apresentações interessantes que fizemos foi o de uma nova edição do *Discurso sobre o Filho da Puta* de Alberto Pimenta, que o autor dedicou à URSS-EUA e foi um momento marcante, como sempre acontecia com as *performances* do Pimenta.

curiosidade e gosto pela leitura dessas publicações, um dos quais, o Noé, passou a colaborar regularmente com a livraria. Num período tivemos também discos e cassetes de música punk e literatura libertária vinda de Inglaterra e Estados Unidos, que o João encomendava para distribuir na sua distribuidora, Confronto. No final dos anos 80 foi possível com jovens companheiros libertários, organizar debates contra as comemorações dos «descobrimentos», onde denunciámos o roubo e massacre das populações indígenas e o tráfico de escravos, todo o lado sombrio da nossa história. Nesta campanha contra a expansão portuguesa, colaborámos com o MAR - movimento antirracista, anticolonialista, antinacionalista, e distribuimos o seu Boletim que denunciava a história colonial portuguesa. Com o César Figueiredo e o Germinal

organizámos uma exposição de *MailArt* internacional, que esteve em exposição em Vila do Conde onde se debateu «os encobrimentos», com a colaboração do Júlio Henriques, também companheiro nosso na Centelha, que agora edita a revista Flauta de Luz. Com o Paiva fui participando em diferentes actividades sobre o anarquismo; com o Luis Chambel participei no *Inquietação*. Este colectivo que durou mais de uma década era composto por algumas pessoas mais próximas da extrema-esquerda mas também alguns libertários, lembro do Rui Ribeiro agora editor em Lisboa e o Paulo Esperança, nessa altura os debates mais apaixonantes foram a desmontar as eleições e o vanguardismo como herança do marxismo-leninismo! Destas experiências nasceram as Jornadas Libertárias do Porto e as Feiras do Livro Anarquistas na cidade.

Manifesto do Grupo Anarquista «O Germinal» de Vila do Conde, onde após o 25 de Abril surgiu um activo núcleo de libertários no qual viria a desenvolver-se a ideia de abertura da livraria Utopia.



Uma campanha de salubridade de Júlio Carrapato, *A anarquia perante os tribunais* de Pietro Gori e *Resistência do Índio à dominação do Brasil* de Luiz Luna, são algumas das edições da Centelha/Fora do Texto, uma editora intimamente ligada à livraria Utopia



Houve encontros e tentativas associativas dos meios libertários nesse período?

HL - Nos finais dos 80 e no começo dos anos 90 foram-se criando condições para uma maior aproximação e cooperação nos meios libertários em Portugal, superando alguns problemas da década anterior, talvez porque começava a ficar claro a pouca actividade individual e dos grupos dos anos anteriores. Foi assim que nasceu a Associação Cultural a Vida, da qual fui um dos fundadores, em 1995, que editou a Revista Utopia até e reuniu companheiros provenientes de diversos grupos e publicações da geração pós-25 de Abril, constituindo o colectivo mais diversificado que até então se tinha reunido. Com o Germinal distribuimos a revista pelo norte do país, com a associação participei no Acampamento Libertário de Izeda em 1997, onde mais uma vez o Armando Veiga foi fundamental, e que teve uma participação significativa. Esta iniciativa chegou a ter destaque mediático. Foi pena que o impulso resultante desse acampamento, onde surgiram novos companheiros e companheiras, não tenha sido aproveitado pelo movimento libertário para se consolidar no aspecto associativo.

Como conseguiu a Utopia sobreviver nesta fase recente, com a crise geral na área do livro e a pressão da turistificação da cidade do Porto. E como tem participado — ou se tem relacionado — com as diversas lutas que têm surgido nos últimos anos na cidade?

HL - A certa altura pensava-se que os meios digitais iriam liquidar o livro impresso e pôr fim à importância do livro, mas isso não veio a acontecer, pelo menos da forma que alguns imaginavam. O livro em papel continua, apesar de tudo, a ter uma relevante função cultural e, hoje, com pouco dinheiro podem encontrar-se obras interessantes nas livraria e alfarrabistas! No entanto, o maior problema das livrarias independentes, principalmente das alternativas como a Utopia, continua a ser conseguir que os leitores as continuem a frequentar, em vez de comprarem livros nas grandes cadeias e nas «Amazons»...

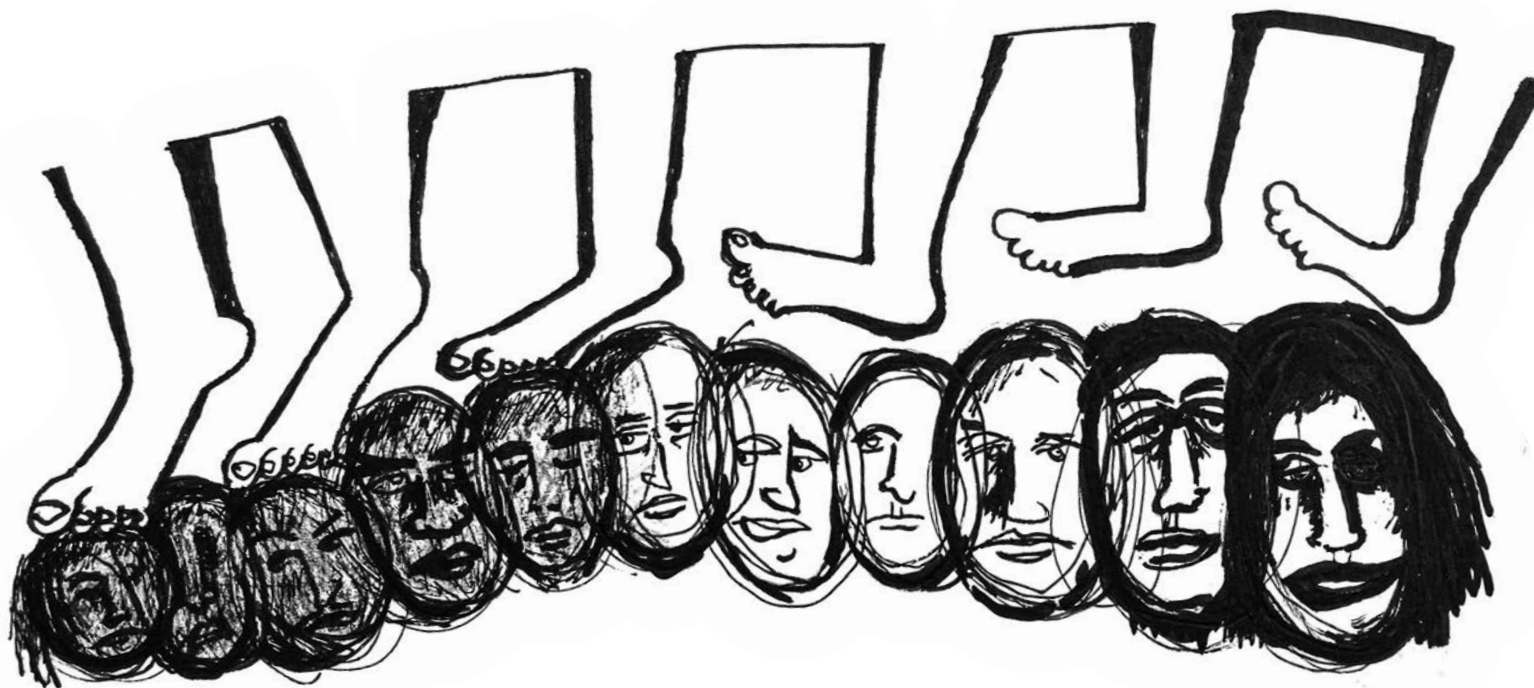
No que se refere ao impacto do turismo, basicamente tem estado a retirar as pessoas da cidade, a pandemia abrandou essa vertigem especulativa, mas os próximos anos vão indicar para onde caminhamos. Se tudo se vier a acentuar, as cidades como o Porto e Lisboa, vão ficar para as classes média e alta portuguesa e estrangeira, afastando os cidadãos comuns das cidades, principalmente os jovens e os velhos. Por isso mesmo as lutas pela habitação e em defesa do direito à cidade são das que estão mais na ordem do dia neste país, principalmente se integradas na crítica às ideias dominantes de desenvolvimento e progresso.

É necessário referir que apesar de tudo foram aparecendo diversos espaços de afinidade libertária na cidade, do Terra Viva, dedicado há muitos anos à ecologia social, à Casa Viva, já desaparecida, espaço ocupado autogestionário, onde se fez um dos últimos grandes encontros libertários, ao Musas e ao Gato Vadio, cada um com a sua forma e filosofia própria. Não esquecendo os mais recentes com a Gralha e o Maldatesta ou experiências únicas na sua mobilização como a da Es. col.A da Fontinha.

Mas a Utopia manteve-se como o único espaço exclusivamente livreiro, evidentemente falando do Porto, em Coimbra e depois em Lisboa o Zé Tavares teve a Crise Luxuosa, com todas as dificuldades associadas a esse facto. Terminei dizendo que não sei quantos mais anos a Utopia irá sobreviver mas até lá reafirmo que é um espaço aberto a todos os leitores, principalmente aos que connosco têm mais afinidades, aqui sempre poderão trocar ideias e comprar algum livro que não irão encontrar nas grandes livrarias comerciais...

Roma Lives Matter

Autoridade e Integração!



JOÃO VINAGRE
ILUSTRAÇÃO GUILHERMO MARCHESSI

No início deste ano, morreu Miguel Cesteiro, homem vivo, cigano, que sempre encontrou problemas de estabilidade nos municípios por onde passou, problemas com as autoridades no diálogo para melhor se integrar, juntamente com a sua família. Miguel morreu à guarda do Estado no Estabelecimento Prisional de Alcoentre. Foi a terceira vítima mortal em 6 meses nas prisões portuguesas, depois dos jovens Danijoy e Daniel. Em Portugal, as inúmeras pessoas que recusam que «o país é racista» elegeram doze apóstolos para a Assembleia da República que utilizam a ciganofobia e outras formas de discriminação para as representar. Sem prejuízo do número de vitimização de um dos seus candidatos a vice-presidente da Assembleia da República, proclamando-se alvo do tal racismo que não existe...

Existem registos de ciganos Roma em Portugal desde 1500, comunidades nómadas, com destreza reconhecida na tradição, pelos seus trabalhos na feragem, no domínio de equídeos, pela sua música, artes circenses, medicina natural, misticismo e conhecimento colhido por onde passavam, mas nunca foram aceites como iguais. E com uma reconhecida dificuldade num quotidiano laboral de portas fechadas.

Em 2022, enquanto em Portugal eram perseguidos por receber RSI, acusados de maus tratos animais e por aí fora, no Brasil e em Espanha a integração e o acesso a meios para estudar, trabalhar,

partilhar a sua cultura, os seus medos, os seus orgulhos, estão bem mais avançados. Em todos estes países, o racismo sistémico é visível na suas políticas, mas, em Portugal, chega-se ao cúmulo de os que dizem não o haver se lamentarem de serem suas vítimas, ao mesmo tempo que elegem o anticiganismo como a sua principal bandeira. E os que dizem que o racismo existe recusam muitas vezes confrontá-lo na sociedade e em si mesmos.

Roma pela Europa

Não é demais recordar histórias esquecidas de há um ano atrás. Em Junho de 2021, Stanislav Tomáš, um jovem romani, morreu em Teplice, na República Checa, depois de uma intervenção policial na qual vários agentes o inutilizaram e outro pressionou o seu pescoço durante vários minutos. O caso ficou conhecido como «Romani Floyd», salientando as semelhanças entre a sua morte e a de George Floyd, nos EUA, em 2020. Na Europa, o apoio ao movimento antirracista dos EUA foi avassalador, da mesma forma que o foi, no seu significado oposto, o silêncio perante a morte do jovem romani. Repetindo a ausência de apoio, partilha na dor e acção, com a morte, em 2016, de Miroslav Demeter, outro romani a viver na República Checa, também na presença da polícia.

O nome George Floyd ficou conhecido, os movimentos *Black Lives Matter* e *I Can't Breathe* representam a resistência de milhões de pessoas, e o debate sobre racismo, violência policial e o fim da forças policiais como as conhecemos ganhou força nos EUA e ecoou na Europa. Não foi a primeira vez que um negro morreu às mãos

A Integração não depende na sua maior parte dos afectados, mas sim das alterações de interacção dos observadores. Enquanto se passar a ideia de que «empoderar» as minorias é conseguir que nos ouçam e aprendam a ser civilizados, nunca se conseguirá equidade nos deveres e direitos.

da polícia, mas o momento político nos EUA era propício à gigantesca campanha antifascista que se seguiu e que acabou por significar mais um passo na história da comunidade afrodescendente no país. Nessa história, mencionam-se os povos africanos e a escravatura e, quando se recorda o fascismo nazi, as vítimas são eternamente os filhos de Israel. Tal como nos debates sobre os campos de concentração na Rússia, sobre o Gulag, retratam-se fascistas e antifascistas, mas muito raramente se mencionam na história os ciganos, como se não tivessem sido também vítimas, como se não tivessem também lutado e resistido.

Os povos Romani, Sinti e Caló (os três principais grupos do povo genericamente chamado de cigano) merecem também aparecer na televisão, nos debates, em músicas, estampados em *T-shirts*, discutidos, divulgados e apoiados internacionalmente. Povos e etnias que nunca se inseriram totalmente na sociedade, que representam os «errantes», sem dono ou lugar, e principalmente sem uma estrutura social, política e revolucionária que lhes permita lançar campanhas e criar colaborações para acções de apoio mútuo, alcançando a visibilidade internacional

necessária cada vez que são atacados, assumindo a sua própria representação.

O povo unido jamais será vencido... A não ser que algum seja esquecido!

O trabalho de manter o equilíbrio social assente na ilusão de segurança e conforto é o objectivo da autoridade. Na Europa, a luta política apresenta duas autoridades, uma à direita e outra à esquerda, alimentando debates filosófico-políticos, crescimento das ONG, associações, grupos pela igualdade e também muitos egos, tantas vezes elevados a partidos políticos. As grandes notícias, os debates, as campanhas e as mega manifestações são escolhidas em função do retorno político, atracção de seguidores ou colaboradores, de acordo com o guião estudado. Não se podendo acudir a todos, ficam as «situações» menos propícias a serem resolvidas rapidamente e com resultados favoráveis para os de cima (observadores), para poderem continuar a fazer de voz dos de baixo (afectados) para o «momento certo». O debate sobre o racismo institucional da economia ocidental é evitado pelo sistema democrático vigente. Mas porquê? Até onde vai a influência desta opção?

A integração não depende na sua maior parte dos afectados, mas sim das alterações de interacção dos observadores. Enquanto se passar a ideia de que «empoderar» as minorias – sob o guião do que representa o poder hoje – é conseguir que nos ouçam e aprendam a ser civilizados, nunca se conseguirá equidade nos deveres e direitos.

George Floyd foi um nome repetido milhares de vezes em várias línguas, em diferentes contextos, e representa um exemplo da violência policial e social que enfrenta quem sofre de repressão e indiferença. Mas quantos de nós sabemos o nome do «jovem de etnia cigana» baleado por Hugo Ernano? Ou porque nunca ouvimos falar de Olga, uma romani de 8 anos, que morreu em Dezembro passado na Grécia, tragicamente entalada em portas de correr de uma fábrica, perante a indiferença de quem passava? Quais são as histórias de Stanislav Tomáš, ou de Miroslav Demeter?

Os países europeus harmonizam uma imagem de multiculturalismo, ao mesmo tempo que condescendem perante estados onde os direitos humanos são violados abertamente ou oferecem campos de refugiados às vítimas dos seus actos. Num incontável capítulo, que a guerra da Ucrânia vem de novo sublinhar, os povos ciganos não são elegíveis para refugiados porque não lhe é reconhecida nenhuma nacionalidade, nem refúgio! Integrados numa nacionalidade, é-lhes pedido o respeito pela autoridade sem intenção de os «integrar», abandonando-os numa falta de empatia social, que nem os quer culturalmente ciganos, nem os reconhece como cidadãos de direitos iguais.

Desporto popular contra o desporto do capital

A Associação Desportiva e Recreativa «O Relâmpago» celebra o seu primeiro aniversário a 1 de maio de 2022. Ao longo deste ano promoveu diversas actividades desportivas que servem de mote para juntar pessoas e constituir uma comunidade que também é política.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
FOTOGRAFIAS **ESTELLE VALENTE**

A Associação Desportiva e Recreativa «O Relâmpago» celebra o seu primeiro aniversário a 1 de maio de 2022. Ao longo deste ano, promoveu diversas actividades desportivas que servem de mote para juntar pessoas e constituir uma comunidade que também é política.

O clube tinha começado informalmente em 2019 com jogos de futebol, mas foi no dia 1 de maio de 2021 que organizaram, na zona de Marvila, um pequeno convívio para celebrar a oficialização da associação «O Relâmpago». O local foi escolhido em homenagem a um antigo clube chamado «Relâmpago Futebol Clube», que aí foi fundado e que existiu entre 1932 e 1935.

Para Ana Reis, membro do novo Relâmpago, este convívio foi o momento de entrada no clube. Convidaram-na a integrar o grupo porque sabiam do seu gosto pelo associativismo, pela política, pelas iniciativas de bairro auto-organizadas. Neste momento, Ana dedica-se sobretudo à dinamização do futebol feminino.

Vasco Campos, também membro do clube, participou nas primeiras conversas que deram origem ao Relâmpago. A ideia de criar um clube politizado surgiu em conjunto com companheiros com quem jogava à bola. Segundo Vasco: «A primeira ponte eram conversas sobre um certo descontentamento que tínhamos com o estado do futebol e do desporto moderno. A brincar, estávamos sempre a dizer que o que faltava era fazermos nós próprios um clube. Ao início parecia sempre uma coisa muito difícil, ou que dava muito trabalho. A dificuldade era passar da ideia à ação e decidimos “então bora lá, se calhar é a altura certa para fazer isto”».

Começaram então por organizar jogos de futebol e, depois de oficializada a associação, alargaram o leque de actividades. Atualmente, também se dedicam ao ciclismo e ao atletismo,



Agora que temos esta parte desportiva mais implantada, é voltar à essência do que nós queremos aqui: uma associação social, política, que simplesmente usa o desporto como canal

e organizam torneios de xadrez e de futebol de caricas.

Ana Reis conta que os jogos de futebol começaram a ser organizados todas as sextas-feiras na zona de São Vicente e que o local das partidas vai variando entre o Grupo Desportivo da Mouraria, o Clube Desportivo da Graça e o Centro de Cultura Popular de Santa Engrácia, onde decorreu a entrevista para o Jornal MAPA, a 4 de fevereiro de 2022. «No princípio eram só jogos mistos. E durante algum tempo eu era a única rapariga que estava a jogar. Havia um bocadinho a ideia de que, como o jogo dos rapazes é um bocado mais agressivo, mais disputado,

muitas vezes as raparigas não gostavam de jogar com rapazes, preferem jogar entre si. Então decidimos pensar num momento só de jogo feminino». A equipa feminina demorou a arrancar mas tem agora crescido todas as semanas. Neste momento coexistem os jogos mistos e os femininos, e a equipa feminina conta com uma treinadora e treinos regulares em Santa Engrácia.

No dia da entrevista do MAPA, tinham-se inscrito muitas equipas para jogar futebol. Entre elas, uma equipa de jovens com cerca de 12 e 13 anos, e uma equipa de pessoas refugiadas e requerentes de asilo.

A equipa de jovens do Ensino Básico veio pela mão de Marta Borges, que decidiu trazer o filho e mais cinco amigos para jogar no Relâmpago. Marta conta que o filho tinha deixado de jogar futebol na escola, mas gostaria de continuar a jogar noutra contexto: «Ele estuda numa escola muito pouco multicultural, muito pouco multi tudo: são muito iguais uns aos outros. E eu gostava que ele tivesse uma experiência do associativismo, de jogar futebol de bairro, dos clubes fora dos clubes grandes e daquilo que eles significam». Por isso, Marta tem trazido esta equipa aos jogos e faz claques a partir da bancada. Como trabalha como

assistente social, já ofereceu o seu apoio, caso seja necessário ajudar alguém do clube.

O segundo grupo estava a jogar pela primeira vez, a convite de Vasco Campos. Consistia em jovens da Costa do Marfim e da Guiné Conacri, refugiados e requerentes de asilo. De acordo com Vasco, estas pessoas, para além de terem de enfrentar questões de habitação e de trabalho em Portugal, têm também alguma dificuldade em conhecer pessoas. Os jogos organizados pelo Relâmpago, um grupo também muito internacional e que gosta de conviver, podem ser um bom espaço de socialização.

Ana Reis esclarece que a presença de refugiados e requerentes de asilo nos jogos não faz parte de nenhum programa oficial do clube: «Não há um projeto oficial, não há uma cena de “vamos ter uma equipa de refugiados ou de requerentes de asilo.” A ideia não é essa. A ideia é só esta malta que está próxima de alguns elementos daqui do Relâmpago virem para aqui como amigos, como as outras pessoas também têm aparecido. São amigos de amigos e vêm e pronto. Hoje é o primeiro dia que vêm e, se gostarem e quiserem, virão nas próximas vezes».

Muitas vezes, durante os jogos, são colocadas nas bancadas faixas declaradamente políticas, com palavras de ordem sobre diversas causas. Uma das últimas declara «Futebol popular contra o futebol do capital» e inspirou o título deste artigo. No final do jogo, as pessoas presentes no campo reúnem-se junto à faixa para tirar uma fotografia, que depois é publicada nas redes sociais.

Sobre estas iniciativas do clube, Vasco Campos remata: «Agora, que temos esta parte desportiva mais implantada, é voltar à essência do que nós queremos aqui: uma associação social, política, que simplesmente usa o desporto como canal». Tal como nos conta Ana Reis, neste momento, uma das prioridades do clube é encontrar uma sede física. Por isso, em meados de março, lançaram o repto nas redes sociais: «o relâmpago precisa de casa» e pedem que, caso alguém saiba de algum espaço para alugar (até 500 euros), entre em contacto com o clube.

20 PRISÕES

O Mapa volta a publicar quatro cartas de quatro pessoas presas. Cada vez mais acreditamos que a força expressiva das palavras de mulheres e homens que vivem em condições de privação de liberdade, pode não apenas lançar luz sobre a desastrosa situação das prisões, mas sobre as próprias pessoas e sobre os sentimentos daqueles e daquelas que vivem e resistem lá dentro.

Algumas destas pessoas evidentemente querem afirmar a grande mentira da prisão como lugar de recuperação, ressocialização e de «reinserção», da impossibilidade de voltarem a estar «prontas para a vida em sociedade» após a longa pena imposta pelo Estado português.

A acumulação de seres humanos dentro daquelas paredes, sempre excessiva em relação às capacidades estruturais das próprias prisões, aparece nestes textos como apenas uma das muitas formas de anulação da singularidade e gradualmente de toda possibilidade de existência, inclusive a privação de alimentos e até da própria palavra.

Outro tema recorrente diz respeito àqueles que fazem do sistema prisional a sua própria fonte de lucro, legal ou não,

e a quem o sistema delega vigilância e poder total sobre o mais pequeno ato ou necessidade e sobre a própria sobrevivência daqueles que mantêm sob custódia. Isso implica que se considere óbvio que, dada a situação complexa e a escassez de recursos, a violência e a corrupção são “danos colaterais”, admitidos em troca do favor prestado à sociedade pela exclusão daqueles que não são considerados dignos de participar.

Frequentemente assistimos às dificuldades amplificadas das mulheres que não são portuguesas, amiúde as trabalhadoras do nível mais baixo do tráfico de drogas, que são severamente punidas com muitos anos de prisão. Uma punição que é infinitamente dilatada nos tempos de espera e na burocracia absurda que enfrentam simplesmente para fazer uma videochamada, para receber uma encomenda ou algumas poupanças recolhidas e enviadas pelas suas famílias.

Especificamente, neste período recebemos várias cartas nas quais se destaca a conexão entre a perda do “direito à saúde” e a prisão.

É claro que as condições materiais e o desespero associados à doença própria – ou de um ente querido – como a ausência

de cuidados de saúde dignos, amplificam e estão intimamente ligados à possibilidade de prisão.

Vemos por exemplo que, apesar das leis internacionais e estatais e dos próprios regulamentos da Direcção Geral dos Serviços Prisionais afirmarem claramente que a saúde é um direito fundamental do indivíduo, as deficiências nesse âmbito tornam-se dentro das prisões um perigo maior do que fora delas.

O momento de propagação da pandemia nas prisões portuguesas - ainda não completamente terminada - tem-nos sido repetidamente relatado com terror e indignação pelas pessoas que ali o sofreram. As pessoas com COVID-19, mesmo que sintomáticas, muitas vezes foram abandonadas, apesar de pedirem ajuda não tiveram a oportunidade de notificar os seus familiares ou foram trancadas em celas de castigo, sem a devida supervisão médica, enquanto continuavam a tomar grandes quantidades de sedativos e estabilizadores do humor, que são geralmente prescritos para a maioria das encarceradas.

A população carcerária a que temos acesso é pequena e evidentemente trata-se de uma amostra muito particular. É ainda

difícil imaginar como é a vida de alguém que vive isolado ou que sente que ninguém está interessado em saber aquilo que sofre entre muros.

Destas cartas emerge a força e a resistência de algumas companheiras, que evidentemente não perderam a esperança de que “lá fora” haja uma escuta das suas palavras, e a vitalidade com que, apesar da desumanidade do encarceramento, continuam a conceber a possibilidade de continuar a evoluir, de cultivar o amor pela arte, de ser solidário. Por isso, alguns continuam a descrever em detalhe os factos quotidianos que fundamentam as suas interpretações da ferocidade do sistema prisional, enquanto outras descrevem apaixonadamente o seu amor pelo desenho ou escrevem poemas que evocam a liberdade.

01 de fevereiro de 2022.

Percursos prisional de A. no E.P., desde a sua entrada em 2019 até aos dias atuais...

N o E.P. demorei 8 meses no pavilhão Y para conseguir um trabalho na oficina da dona V onde trabalhei no corte e molde no fabrico de bolsas e carteiras feitas de lona e materiais recicláveis. Fiquei nesta atividade durante um ano! Após este tempo fui mudada para o pavilhão Z das condenadas, onde estou até hoje e onde nunca trabalhei, mesmo pedindo sempre à minha educadora um trabalho!

Aqui passei por um período terrível da minha vida que foi quando contraímos o Covid-19 em massa no E.P., ficámos em quarentena nas celas e não saímos nem para fazermos as refeições, mas além disso não me lembro de termos tido algum tipo de tratamento fora o paracetamol. Não me curei por completo como diversas reclusas e o Covid reverteu em meu organismo para uma infeção urinária. Eu reclamara de dor para urinar todos os dias para diversas enfermeiras, mas ouvia sempre a mesma frase, que era norma, que era impressão minha por causa de alguma sequela do Covid!

Eu pedi muitas vezes para fazer uma análise de urina, mas não fui atendida.

Até ao dia 19/12/2020, quando tive o que a princípio parecia uma crise de pânico, comecei a ter tremores violentos no corpo e não conseguia ter controle sobre o meu corpo nem meu maxilar, que batia descontroladamente. A guarda do piso foi chamada, nem a porta da cela abriu e não quis chamar a enfermeira, fui negligenciada totalmente pois meu estado à tarde já era crítico e a tal guarda falou pela fresta da porta para minhas colegas de cela me darem chá de camomila com açúcar, para eu me acalmar e parar de tremer!

Quando as portas foram abertas para a janta, meu estado estava deplorável, chamaram a enfermeira que foi até à cela e mediu a minha febre que estava 41,2º, por isso este meu estado, estava quase delirando, não falava nada, a enfermeira não sabia como proceder e mandou a guarda chamar o INEM e os bombeiros para ver qual chegava antes, pois a minha infeção, que ninguém deu atenção, tinha se agravado de tal forma que tinha me deixado naquele estado. Os bombeiros chegaram e me levaram entubada para o hospital, eu já estava em coma, só ouvia as vozes, mas não conseguia me mexer, ouvia os bombeiros dizerem que eu não iria sobreviver, e eu escutando tudo sem me conseguir mexer!

Esse meu 1º internamento no Hospital de Santa Maria durou 22 dias e demorei uns 15 dias para conseguir me lembrar do meu nome e onde eu estava, essas lembranças essenciais. No dia em que acordei, estava uma guarda sentada ao meu lado me olhando, eu amarrada na cama, porque ela me contou que eu me batia e arrancava os acessos das veias para

Fiquei 40 e poucos dias entre os 2 hospitais internada e fiz 2 cirurgias. Assim que fui liberada, com 15 quilos a menos e muita medicação (...), os médicos me disseram para eu me tratar no meu país.

a entrada da medicação, por isso que eu estava amarrada, estava usando fraldas, algaliada, sem noção de nada do que estava acontecendo.

A guarda que estava comigo me explicou tudo o que tinha acontecido, que tinha sido realmente feia a minha situação e que eu já tinha feito uma cirurgia na uretra pois tinham descoberto 7 pedras no meu rim, 6 no esquerdo e 1 no direito. Então enquanto eu estava inconsciente, me fizeram uma cirurgia para me colocarem um dreno na uretra para abrir a passagem uretral, para talvez descer alguma pedra no rim por este dreno. Imagina meu estado físico e psicológico para eu nem me lembrar que foi feito este procedimento em mim.

Depois de uns dias passados tive uma obstrução neste dreno causada por uma pedra do rim direito que, ao passar pelo dreno, em vez de descer, “entalou” e trancou o dreno me causando uma reação terrível, febres altíssimas novamente, e a urina não descia mais pela algália. Me levaram até ao Hospital de Cascais para fazer um TAC e ver o que se passava desta vez, foi aí então que fiz a minha 2ª cirurgia para retirada do dreno destruído, fiquei mais 18 dias internada. Nesse tempo em que fiquei no hospital não tive contacto com a minha família e quando meus familiares ligavam para o E.P., diziam apenas que eu estava no hospital e estava me recuperando e quando chegasse ao E.P. eu entraria em contacto com a minha família. Agora, imagina a minha família preocupada sem saber nem o motivo pelo qual eu tinha sido internada.

Fiquei 40 e poucos dias entre os 2 hospitais internada e fiz 2 cirurgias. Assim que fui liberada com 15 quilos a menos e muita medicação, além da medicação

psiquiátrica que eu já tomo, e sem meu problema resolvido (pois tenho até hoje pedras nos rins e tenho crises renais frequentes), os médicos me disseram para eu me tratar no meu país, no caso, tirar as pedras dos rins no Brasil, sendo que com tanto tempo de internação eles já podiam ter feito isso a laser tranquilamente!

Bom, voltei para o E.P. e fui para o isolamento, ou seja, Ala C. Permaneci no isolamento por 127 dias direto, com idas e vindas ao hospital por diversos motivos, inclusive desmaios de fraqueza que tinha seguidos na cela sozinha, pois acabei virando uma cobaia de testes de medicações, pois sentia muitas dores, não parava de perder peso e tinha dias que não conseguia me levantar da cama, meu estado de saúde só decaía, tinha diarreias constantes por causa de muita medicação, então tomava remédios para parar a diarreia e ficava até 18, 20 dias sem defecar, e assim foi indo meu dia a dia na Ala C (isolamento). Na minha opinião, sofri muitas negligências desde que tive o surto (19/12/2020) até hoje, pois ainda tenho crises renais, me levam ao hospital, me medicam e me trazem de volta ao E.P.





Desenho de B.O.

No meu relatório do E.P. nem constam os meus internamentos, nem o dia em que fui na audiência para falar com a juíza para ver se ela me cedia meu meio da pena, ela nem sabia do meu estado de saúde, mas nem isso fez ela me dar o meio da pena! O Tribunal de Execução das Penas me concedeu meu meio da pena, mas a juíza me deu o corte e agora vou embora só aos meus 2/3, que é em outubro!

Desde que estou no Pavilhão Z nunca trabalhei. Não foi por falta de pedidos! A comida daqui do E.P. muitas vezes não é comestível, às vezes nos falta a medicação. Temos problemas sérios com a contabilidade, nossa família transfere dinheiro para nossa conta e o dinheiro “desaparece”. Não sobra para a cantina no dia do carregamento da quinzena, então temos que esperar a próxima quinzena pra ver o que acontece, porque reclamar no escritório não adianta nada...

Agora estou eu aqui com mais nove meses pela frente para viver nesse inferno sem saber como vai ser o dia de amanhã! Para as estrangeiras não é facilitado

em nada o reabrimiento de encomenda, a troca de roupa ou coisas do gênero, como se nós tivéssemos a facilidade de uma reclusa portuguesa de receber uma encomenda na data certa, sendo que as nossas encomendas muitas vezes vêm do Brasil, que é do outro lado do Atlântico, e não chegam no pequeno espaço de tempo da semana de troca (1 semana). É muita burocracia!

Já não temos visitas de nossos familiares, as encomendas, quando chegam para recebermos é terrível por causa das datas, as chamadas de vídeo nos escolhem “aleatoriamente” e demoram até 6 meses para nos chamarem entre uma chamada e outra! Quando troquei de pavilhão fiquei 14 meses sem fazer chamadas de vídeo, sem ver meu filho!

Enfim, resumidamente é isso! Sem falar na parte psicológica e psiquiátrica que tomo medicação para depressão, para moderar o humor, para dormir, para controle da raiva porque o convívio com as mesmas pessoas fazendo os mesmos conflitos diários a gente sobrevive só com medicação, afinal são 3 anos presa nesta mesma rotina.

Me chamo B.O., sou brasileira, nascida na capital do país Brasília-DF, tenho 37 anos e desde que me conheço por gente que tenho um profundo amor pelas artes em geral, mas foram as artes plásticas que me conquistaram.

Comecei a arriscar meus primeiros desenhos aos 3 anos e desde essa altura já demonstrava aptidão para artes visuais. Tenho explorado várias técnicas e estilos diferentes, entretanto, tenho um interesse particular por aquarela e realismo em óleo sobre tela. Houve períodos em que me senti desmotivada pelas dificuldades da vida e falta de oportunidades e cheguei a pôr meu lado artístico em «stand-by».

Em 2013 iniciei aprendizagem na área da tatuagem, que sempre foi algo que me despertou interesse. A ideia de ajudar as pessoas a expressarem a sua personalidade através da arte, tal como eu faço com meus trabalhos, me encanta.

Em 2019 eu fui detida neste estabelecimento prisional e cumpro uma pena de 5 anos de prisão, da qual 2 anos e um

mês estão pagos. Os motivos que me trouxeram aqui são complexos e seria preciso escrever um livro para explicar tudo o que me ia na cabeça quando tomei esta decisão, portanto prefiro pular essa parte.

Apenas o que posso dizer desta experiência é que, apesar de dolorosa, foi extremamente educativa, me ajudando a observar a vida de uma perspectiva diferente. A forma como me relaciono com o mundo ao meu redor e dentro de mim foi totalmente transformada e, como não podia ser diferente, passei a expressar esta nova percepção em forma de arte.

Junto com esta carta envio um esboço criado por mim e que pretendo passar para a tela em aquarela.

Esta imagem representa a calma e leveza no meio da obscuridade, a beleza presente no caos, a aparente delicadeza e fluidez, como uma flor exposta aos caprichos do tempo, mas que não permite ser afetada de forma negativa.

É assim que me vejo, lutando contra a escuridão, a tristeza, as limitações, porém, sem perder a dignidade. Peço desculpa se estiver sendo pretensiosa, mas no momento esta sou eu.

Fevereiro 2022

Começo a minha história a partir do momento em que achei que

resolveria uma parte dos meus problemas! Me chamo G.L. e hoje tenho 45 anos. Quando comecei minha campanha de pedido de ajuda para meu filho P.L., pelo Facebook, logo me mandaram uma mensagem a dizer que me iriam ajudar. O pai dos meus filhos já faleceu e minha mãe tem cancro há seis anos. Minha vida em 4 anos era só hospital, não aguentava mais, então num encontro que tive com este suposto «senhor» que iria me «ajudar» a fazer a cirurgia do meu filho vi uma «luz», mas não esperava que fosse uma luz negra que me levaria «presa». Ele era um senhor português e me disse, «se tu viajares para Portugal, a cirurgia do teu filho vai ser paga; podes desde já tirar esse pedido do Facebook». Foi o que fiz, pois uma filha minha já faleceu por falta de médicos para salvá-la, não me imaginava perder mais um filho, ainda mais o meu último filho. Pensei por dois meses sobre a proposta, pois nunca viajei para fora do Brasil, tinha muito medo, mas ele disse «não se preocupe, vai dar tudo certo, é para seu filho, você já perdeu um, quer perder outro?». Essa foi a frase que deu um ponto final na minha decisão, então embarquei naquilo que acreditava ser a salvação de um dos meus problemas.

Com meu filho operado, só restava cuidar de minha mãe que nem sequer caminha mais pois o cancro tomou conta da medula óssea L3, L4 e L5. Saí de Curitiba num carro até ao aeroporto de São Paulo (Viracópolis), a sensação de nervosismo era tremenda pois moro numa cidadezinha (Pontal do PR), indo para um lugar imenso, mais ele foi muito convincente e disse que o SEF era pago para deixar passar a droga, então me entregou a mala e algum dinheiro, 1.210€, e disse que esse dinheiro seria para me manter por uma semana em Portugal. Quando vi a quantia me assustei, nunca vi tanto dinheiro, isso no Brasil vale sete vezes mais, então pensei «ele vai realmente pagar a cirurgia do meu filho...». Mas não foi isso que aconteceu. Quando desembarquei em Lisboa, passei pela alfândega e já estava prestes

Ele era um senhor português e me disse, «se tu viajares para Portugal, a cirurgia do teu filho vai ser paga» (...); ele foi muito convincente e disse que o SEF era pago para deixar passar a droga, então me entregou a mala e algum dinheiro.

22 PRISÕES

a pegar um táxi, pois já via a rua, quando de repente um agente policial me tocou no meu ombro e disse «a senhora pode abrir a sua mala...». Tremia mas abri, não tinha nada e ele disse «a senhora pode me acompanhar...». Pensei «meu deus, está tudo acabado», numa sala abri novamente a mala, eles jogaram minha roupa ao chão e começaram a rasgar a mala, minha e de minha prima, cada mala continha 6kg de cocaína, eu chorava sem parar, fui até à casa de banho para outra revista e não tinha mais nada em mim, já tinha falado a eles, mas mesmo assim fizeram a revista, eu e minha prima não sabíamos a quem era para entregar, pois no Brasil esse senhor disse «chegando no hotel vocês deixam a mala no quarto e saem por duas horas, pois lá vão buscar», e não foi isso que aconteceu. Os policiais colocaram nossas roupas num saco preto e fomos dar o depoimento, eu sempre disse «não sei para quem é a droga» e ainda disse «por que vocês não nos seguem e pegam o verdadeiro receptor?». Não obtive resposta alguma,

Não está sendo nada fácil para mim pois faço uso do ETER, tenho hipotireoidismo, asma, e tem dias que acho que vou desmornar, aqui se uma reclusa não ajudar a outra(...) não temos nada.

só pensava no meu filho, e minha mãe, e na minha filha, tão pequenos. Passou e recebemos a acusação onde falava que a R. P. tinha 2,998,900 gramas de cocaína e eu, G.L., tinha 3,001,800 gramas. Como, se as nossas malas eram iguais e tinha 6kg cada?! Não questionei nada, apenas entregámos ao juiz 50€ - o SEF disse que iríamos precisar quando chegassemos

ao E.P. O juiz perguntou «porque está entregando esse dinheiro?» e eu lhe disse «comecei errado, não vou terminar errado», na minha cabeça achei que era uma trama para nos testar e mesmo que não fosse achei correto entregar – pois era o dinheiro do crime – não ficaria descansada, já estava presa e não queria mais problema algum. Durante um ano meu companheiro me ajudou mas depois disso conheceu uma mulher e me abandonou. Estou presa desde 15/02/2020 e sem a ajuda de ninguém desde janeiro de 2021... Não está sendo nada fácil para mim pois faço uso do ETER, tenho hipotireoidismo, asma, e tem dias que acho que vou desmornar, aqui se uma reclusa não ajudar a outra, «principalmente» nós brasileiras, não temos nada. A L. me ajudou muito e o carregamento do meu PT foi feito por vocês, e agradeço imenso pois faz dois anos que não vejo os meus filhos. Teria direito, por ser estrangeira, a uma vídeo chamada por mês, e não tive. Só agora, depois de dois anos, me chamaram com muita insistência. Muito obrigada,

graças a vocês vou poder ver meus filhos e minha mãe que já está no oxigénio, pois o cancro dela está muito avançado. Não tenho roupas pois as que tinha foram-se desgastando, já estou há dois anos presa. Vou à igreja todo o mês, à IURD, a pastora sempre traz kits de higiene que nunca chegam em nossas mãos, em dois anos recebi um kit da igreja, apenas um - para onde vão esses kits? Também não sei se gostaria de saber!

Em Junho vou embora e gostaria muito que até lá pudessem me ajudar, pois não tenho sequer uma mala para levar o pouco que tenho. Se puderem me dar roupas de inverno, pois sinto muito frio (...). Pois aqui não temos oportunidade de emprego, já tentei inúmeras vezes, nunca tive nenhum castigo, nenhum 111, não entendo mais é a vida, isso é um desabafo, e tenho certeza que vou ter ajuda de vocês.

Beijinhos, G.



Navegante

Desde esta altura posso ver os olhos a todos os meus antepassados, agradeço-lhes o meu legado. E, a tia, minha mãe, a carne da minha estirpe... de navegador!

Falo com os astros mais que com os homens, com os mortos mais que com os vivos. Só me falta ser golfinho, para pelos mares navegar... durante o luar!

Vejo com olhos de Peixe, atuo como tubarão. Vigianto... Para rechamar e proteger o meu território!

Amanhã... Pequeno... Se a velho chegar...

Pelas burcas de guerra e tensão, terás de fechar as pupilas. Os teus esporos tornar-se-ão nova vida - alimentarão novos seres!

Esse é todo o teu sentido, poesia, amor e morte! Mas logo renascerás Como novo navegante cá no mar da vida!

Os políticos gostam de encher a boca dizendo que as penas de prisão servem para a ressocialização dos reclusos, mas para que isso aconteça não fazem nada e cada vez fazem menos. Onde é que num estabelecimento prisional com duzentos reclusos se consegue ter o mínimo de conhecimento acerca de cada um deles, só com dois funcionários ditos como «educadores» que disse não têm nada, que só chamam pelos reclusos quando estes metem pedidos de fala, sim, «pedidos de fala», porque para quase tudo são precisos esses pedidos, e mesmo metendo-os demoram uma ou duas semanas a chamar, para fingirem que te estão a ouvir durante cinco minutos, que se no final lhes perguntares o que se disse não te saberiam dizer, pois só se interessam por fazer intrigas. Por exemplo, ainda esta semana chegou um companheiro novo a este sistema carcerário e eu tentei ajudá-lo a se integrar no sistema deles, mas eu estou visto pelo sistema como uma pessoa conflituosa e agressiva por não me calar com as atrocidades que eles cometem e com os crimes que eles praticam – sim, porque eles praticam mais crimes do que quem é recluso, temos o exemplo do processo «Entre-Grades» no qual

vários chefes de guardas, guardas, diretores e demais funcionários, traficavam drogas nas cadeias, fazendo com que as pessoas que supostamente eles deveriam ajudar na «ressocialização» continuassem a consumir, vender, roubar, agredir, etc. E esses próprios funcionários, guardas e chefes cometiam os muito conhecidos «suicídios forçados», enforcamentos involuntários de reclusos, e até matam os próprios colegas como aconteceu à pobre guarda prisional de Santa Cruz do Bispo, aquando de um suposto treino de tiro. Então, a «educadora» deste E.P. chamou o pobre do rapaz para o induzir a dizer que eu o agredia e praticava *bullying* com ele. A minha sorte foi que o rapaz não foi no engodo e até lhe disse que eu era o melhor amigo dele na cadeia, porque senão já estava a gramar com outro castigo e até talvez um processo. Claro que o rapaz mal veio para cima contou-me o que se tinha passado, e este é só um dos poucos exemplos do que fazem realmente no sistema carcerário.

Pois acreditem quando vos digo que só se ressocializa quem quer, à sua própria custa e somente com a ajuda dos companheiros, porque ao sistema não interessa que os reclusos sejam ressocializados, pois é uma mina de dinheiro para eles e para as famílias, já que se come miseravelmente comida

estragada a maior parte das vezes (e pouca), e eles recebem 50,75€ por recluso por dia. Agora multipliquem por 14 mil reclusos e vejam quanto se gera só nisso, sem falar no dinheiro que ganham a inflacionar os bens que vendem nos bares e cantinas das cadeias¹, e o dinheiro que está a render juros nas contas das cadeias à pala do dito dinheiro que os reclusos têm que ter na reserva, no dispo-nível para carregar os cartões para fazerem as compras (cada recluso pode gastar 90€ por semana e o dinheiro que estiver a mais fica na conta da cadeia a render juros para a cadeia até carregares para as compras). Sem falar no compadrio que há, pois muitas vezes os guardas e demais funcionários têm toda a família a trabalhar como guardas, educadores, funcionários da contabilidade, secretaria e demais postos nos quais possam meter cunha e tramar sempre os mesmos reclusos e reclusas, pois até nos conselhos de precárias «saídas jurisdicionais» e liberdades condicionais são os mesmos que vão para lá dar as suas opiniões que, algumas vezes, ou melhor, a maior parte das vezes, se pagares entre 1.500€ a 2.500€, tens direito a um bom relatório e a poder ir de precária, mas tens que pagar por debaixo do pano. Para saíres em liberdade pagas entre 5.000€ a 7.500€ e saís, onde é que há ressocialização nisto? Onde é que há a tão famigerada justiça que eles tanto apregoam? Esta não passa de mais um negócio do estado, como tantos outros, só que este envolve a liberdade de pessoas.

Carlos Cardoso

É uma mina de dinheiro para eles e para as famílias, já que se come miseravelmente comida estragada a maior parte das vezes (e pouca), e eles recebem 50,75€ por recluso por dia. Agora multipliquem por 14 mil reclusos e vejam quanto se gera só nisso.

¹ Ver: https://ionline.sapo.pt/artigo/764443/priso-es-negocio-das-cantinas-gera-milhares-de-euros-anualmente?seccao=Portugal_1

Navegante!

Férteis Periferias

Por um cinema combativo, que informe e transforme a sociedade

PAULA DUQUE
ENTREVISTADA POR JOËLLE GHAZARIAN
E JÚLIO HENRIQUES

O Periferias - Festival Internacional de Cinema de Marvão e Valência de Alcântara chega este ano, em Agosto, à sua 10ª edição. Produção colectiva dum evento cinematográfico ao ar livre, em aldeias e lugares históricos da fronteira luso-espanhola, tem por base um projecto de descentralização cultural dirigido prioritariamente às comunidades rurais. De natureza itinerante, o Periferias dá vida ao espaço público, escolhendo cenários inesperados como uma desactivada estação da CP, uma antiga alfândega, um lagar de azeite ou as ruínas duma cidade romana. A sua aposta centra-se no cinema documental e de autor, abrangendo direitos humanos, arte e meio ambiente.

Festival organizado de forma participativa e inclusiva, tendo em conta o carácter social, histórico e ambiental do seu contexto, constitui um elemento dinamizador das economias locais e um excelente embaixador da identidade socio-cultural dum território transfronteiriço. Associa o cinema e as artes à participação cidadã e ao desenvolvimento rural, representando um novo canal de difusão da cultura em áreas rurais menos expostas aos circuitos formais de produção, exibição e distribuição de filmes. Falámos, em Marvão, com a sua criadora e directora, Paula Andrea Duque Giraldo, cidadã colombiana e do mundo que há mais de uma década, por amor, se fixou nesta região.

Como começou o Periferias? Foi um desejo pessoal?

Começou num almoço em Sevilha, em conversa com Mane Cisneros, directora do Festival de Cinema Africano de Tarifa-Tánger (FCATT), que admiro profundamente e que acompanha a minha vida pessoal e profissional há mais de vinte anos.

Estávamos em 2011 e eu preparava-me para uma grande mudança: sair de Sevilha, onde morava, para viver em Marvão e empreender uma nova existência criando uma família. Nunca tinha estado em Marvão, nem decidi mudar de vida por querer morar no campo ou desligar-me do mundo urbano. Aconteceu, a vida trouxe-me para aqui por amor, e amor foi o que recebi.

A falta de estruturas culturais no mundo rural e de acesso a programações independentes de qualidade levou-me a criar este festival, não só por desejo, mas também por necessidade. Oriunda do estudo das Humanidades e sendo a cultura uma construção social, comecei a geri-la identificando os problemas e necessidades da comunidade e do território onde passei a viver. Mas não tinha pensado que isto se iria converter numa das minhas grandes paixões.

Nunca fui cinéfila, mas aprendi a ser amante do cinema africano, graças ao



Projeção na Estação Ferroviária de Marvão-Beirã

meu vínculo com o FCATT durante mais de quinze anos. Gosto do bom cinema, mas sobretudo aprecio o cinema combativo, que informe e transforme a sociedade.

Quando lançaste o festival, que objectivo tinhas em mente? A temática central foi desde o início os direitos humanos?

Em 2013, quando lançámos a primeira edição, eu e o José Conde, o meu companheiro [admirável músico, natural de Portalegre], não pensámos que íamos fazer um festival de cinema que perdurasse. Não partimos dum projecto previamente modelado, mas da nossa situação, procurando identificar o potencial do que estávamos a fazer e como desenvolvê-lo. Foi um processo de relacionamento com a comunidade territorial.

O nosso propósito era simples: partilhar uma selecção de filmes extraordinários, aproveitando o fundo filmico que tínhamos do FCATT, com o qual colaborava havia mais de doze anos. Começámos com uma forte programação de cinema africano de língua portuguesa e suas diásporas, nas pequenas aldeias do concelho de Marvão, com obras tão relevantes como *Virgem Margarida*, de Licínio Azevedo (Angola-Moçambique), *Terra Sonâmbula*, de Teresa Prata (Moçambique-Portugal) ou *Moro no Brasil*, de Mika Kaurismäski (diáspora africana do Brasil). Começámos assim a exibir obras com uma componente cultural e social muito marcante, que foi definindo a linha programática do festival.

Os objectivos foram-se descobrindo conforme íamos conhecendo o território

transfronteiriço, e descobrindo, sobretudo, como a linha invisível duma fronteira física e imaginária, como é a da raia entre Portugal e Espanha, separava duas culturas.

Os preços dos bilhetes são muito acessíveis e por vezes as entradas são grátis. Como consegue o festival financiar-se?

Os preços são acessíveis para a programação no seu conjunto; não apenas para ver um filme, mas também para desfrutar dum concerto ou duma actividade destinada a conhecer melhor o património natural da região. Partimos do princípio de que o direito à cultura deve ser universal e gratuito; ter bilhetes pagos ajudamos a melhorar os conteúdos e a reforçar a estrutura organizativa. O festival conta com uma rede de patrocínios, em Portugal e Espanha, que se têm consolidado com o tempo, os quais vêm no Periferias um contributo para o estreitamento de laços entre o Alentejo e a Estremadura espanhola. Mas este financiamento é básico e escasso, tendo em conta tudo o que fazemos ao longo de um ano.

Nesta região, quando começaste, o hábito popular de ir ao cinema já devia ser quase inexistente, se é que existia. Como foi a recepção inicial, nos primeiros anos?

Creio que uma proposta como o Periferias marcou um antes e um depois na vida cultural dos marvanenses, porque não havia aqui nada no sentido de descentralizar a cultura, mesmo dentro do próprio município. Criando uma estrutura de cinema itinerante, não só propúnhamos

uma programação cuidada e para todos os públicos, como levávamos outras pessoas a aproximarem-se das aldeias. Conhecemos pessoas que nunca tinham ido a um cinema.

Nos primeiros anos, sem deixar de trazer obras internacionalmente premiadas, centrámo-nos na parte mais etnográfica e fizemos para a nossa programação uma extensa busca de cinema documental, desejando recuperar todo o material possível sobre o património cultural alentejano, as suas gentes, saberes e tradições, levando ao mesmo tempo os forasteiros a compreender esta ampla geografia. Queríamos que o cinema nos falasse da memória histórica dos seus habitantes e que fizesse uma ponte com as novas gerações que aqui chegavam, como era o meu caso. A aceitação foi formidável: o Periferias passou a ser um encontro iniludível.

Outro factor determinante foi a reivindicação do espaço público, porque não só fazíamos projecções ao ar livre, como começámos também a dar vida ao património natural e arquitectónico da região, incluindo espaços públicos fechados ou esquecidos durante décadas, como a emblemática Alfândega e sítios como La Fontañera, situada no percurso histórico do contrabando e da resistência ao fascismo e onde, nas projecções, o ecrã fica em Espanha e a plateia em Portugal.

Começámos igualmente a pôr em ligação o tecido associativo de ambos os países, para levar a cabo iniciativas em conjunto, como foi o caso da Cruz Vermelha, de associações ambientalistas



Outro factor determinante foi a reivindicação do espaço público, porque não só fazíamos projecções ao ar livre, como começámos também a dar vida ao património natural e arquitectónico da região, incluindo espaços públicos fechados ou esquecidos durante décadas.

aderentes (Arronches, Campo Maior e também aldeias transfronteiriças).

Mas tenho de confessar que trabalhar em prol da cultura em Portugal não é fácil. Não se valorizam devidamente os projectos culturais independentes e ainda menos os que se realizam nos meios rurais; vemo-nos perante muita precariedade, a cultura é encarada como algo de meramente espectacular e momentâneo.

Julgo ser urgente reflectir sobre a centralização das práticas culturais nos núcleos urbanos. Há espaços que têm sentido ali, mas o mundo rural não deve passar para segundo plano. No nosso caso, nem sequer podemos candidatar-nos a projectos europeus como o Europa Criativa, porque as nossas características não se encaixam em coisas concebidas para grandes massas ou estruturas que permitem a contratação de colaboradores durante todo o ano. Precisamos de uma «Europa Criativa» mais próxima do mundo rural, que conheça as nossas necessidades e trabalhe com as pessoas que habitam no território. São também necessárias políticas transversais que saibam aproveitar culturalmente o potencial existente na ruralidade. É importante dizer que as instituições públicas não podem esquecer as necessidades das pessoas que trabalham neste sector, amiúde com rendimentos paupérrimos que as impedem de garantir a sua actividade.

Um festival como o Periferias exige muita preparação. Como se processa isso?

Começámos com uma pequena estrutura de amigos, de que faz parte, desde o início, o Carlos Baptista. Presentemente, temos duas associações culturais, uma em Portugal (Periferias) e outra em Espanha (Gato Pardo). Contamos com uma equipa de 18 pessoas, que abarcam a pré-produção, produção e pós-produção do festival ao longo de todo o ano, sem deixar de contar com o apoio das câmaras municipais e da população local. A nossa equipa

é a mesma desde há dez anos, embora tenham colaborado muitas pessoas.

E a internacionalidade do festival, que começa logo na sua programação?

Esta internacionalidade é profundamente raiana, com um fundo e uma mensagem sociopolítica muito fortes. Encaro o Periferias como uma estrutura permeável e viva, onde se habita o comum e onde há um imaginário de fronteira partilhado. Onde desenvolvemos um vínculo de pertença e participação cidadã colectiva.

Como tem sido a relação do Periferias com os e as cineastas seleccionados?

A melhor possível. De início não dispúnhamos de meios para os convidar; só para pagar os direitos dos filmes e fazer com que eles chegassem às pessoas. Mas muitos vieram por conta própria, o que sempre nos alegrou. Têm passado pelo nosso festival cineastas tão especiais como Diana Gonçalves, Sérgio Tréfaut, João Salaviza, Nick Willi (filho de Paula Rego), Mariana Gaivão, Victor Hugo Costa, Alejandro Gonzales Salgado. A Agnès Varda desejou muito vir, mas infelizmente a falta de saúde já não lho permitiu.

O Periferias foi pensado para decorrer em Agosto, ou este mês foi escolhido para permitir as suas diversas particularidades?

São diversas, de facto, as nossas particularidades, porque nos tornámos uma plataforma cultural onde estamos conscientes da inter-relação do ecossistema social, ambiental e político em que habitamos e da importância do comunitário.

O festival tinha de ser em Agosto porque andamos com toda a estrutura às costas, transportada numa furgoneta, e, claro, tinha de estar bom tempo... Também porque era o período de férias de muitos dos integrantes da nossa equipa luso-espanhola, e até de María Orellana e Manolo Ruiz, alma do festival, que vêm de Cádiz, todos os anos, e cujo empenhamento tem sido uma das forças para nos mantermos.

Os objectivos foram-se descobrindo conforme íamos conhecendo o território transfronteiriço, e descobrindo, sobretudo, como a linha invisível duma fronteira física e imaginária.

ou de pessoas com mobilidade reduzida, que nunca se tinham conhecido ou não tinham tido oportunidade de saber como se faziam as coisas no país vizinho. Dessas experiências resultaram projectos conjuntos.

Como passou o Festival de Cinema de Marvão a ser também de Valência de Alcântara?

Logo no seu terceiro ano, o Periferias passou a ser também da Estremadura espanhola. Não só porque as pessoas que vivem na fronteira entendem os dois países como um território, mas também porque

não fazia sentido desaproveitar esta potencialidade, estando o país vizinho a 20 km. A participação espanhola foi iminente, porque há ali uma cultura da rua e da vida social fora de casa que suscita um acesso mais activo a conteúdos culturais, facilitando-nos a criação de públicos mais diversos. Além das povoações próximas de Valência, o Periferias acolhe pessoas vindas de Madrid, Sevilha, Badajoz, Cáceres.

Por outro lado, o apoio da Comunidade Autónoma da Estremadura foi incisivo para a consolidação do festival, que passou a ser reconhecido nacionalmente pelo Ministério da Cultura espanhol e se tornou uma referência importante no sector cultural estremenho, posicionando-se entre os melhores festivais da região. Um governo descentralizado como este permitiu uma comunicação mais horizontal, directa e activa entre as instituições e a estrutura cultural, tornando possível, com o tempo, dar continuidade e estabilidade ao nosso festival.

Da parte portuguesa contamos com o apoio incondicional do município de Marvão, que desde o início apostou neste projecto e constitui a sua base fundamental, e também com o valioso apoio de Cultura do Alentejo e dos municípios

Mil e uma diatribes e um sopro de vida

(Neo)fascismos, democracia liberal, e o devir-esperança (PARTE III)

*Sejamos nus e gratos e serenos
na força herdada,*

Ruy Duarte de Carvalho

A luta é também encantamento. O *poema* que aqui tem lugar não busca apenas desatar os nós do capitaloceno e transgredir o desencantamento produzido pelo regime liberal: versa o encanto. Contra a queda na pulsão de morte e no luto físico e cósmico-espiritual do capitaloceno, a invocação das práticas comunitaristas em Portugal é reivindicada como potência política e génese poética, raízes inseparáveis para problematizar as políticas acerca da vida. As perspectivas de reenchantamento tornam explícita a necessidade de transcender a condição de morte e infertilidade que assolam os conhecimentos e as monologias dominantes. O devir-esperança é uma via aberta às descontinuidades históricas e à transgressão das formas de sentir, pensar e fazer. Abre possibilidades de uma vida social mais livre, descentralizada e comunitária, desembaraçada dos valores da acumulação material e predisposta a revalorizar a beleza de uma existência social simplificada e em contacto directo com o meio natural. Repto nu do enigma e da força política das amarrações.

JÚLIO DO CARMO GOMES

VADIO.ENVIADDEVIR@GMAIL.COM)

ILUSTRAÇÕES ANTÓNIO LUÍS CATARINO

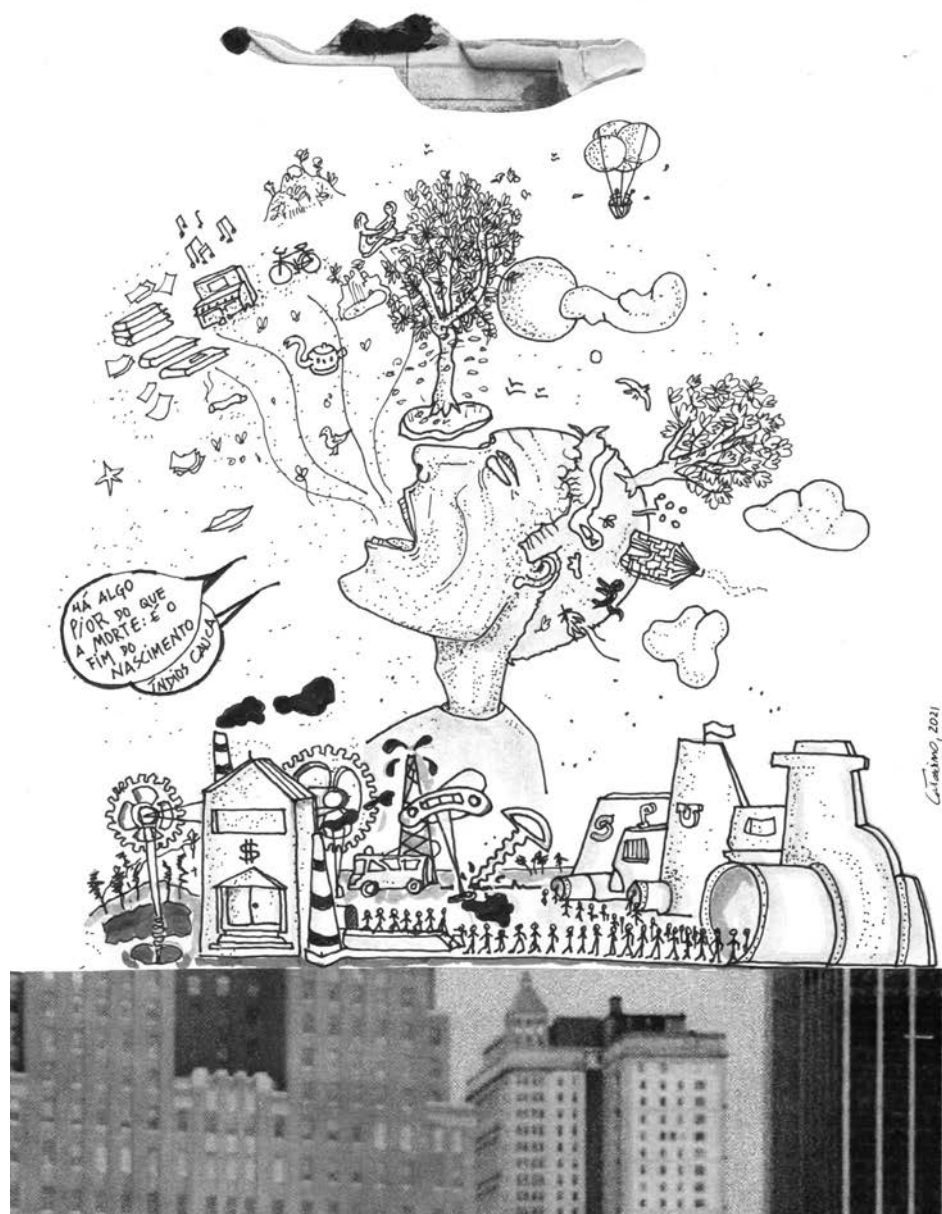
Era depois de um sonho. William Guest desperta numa manhã para se encontrar algures no início do séc. XXI e depara-se com uma sociedade que se transformou para além do reconhecimento possível: a vida nas grandes cidades ruralizou-se, a indústria foi dismantelada, a propriedade privada dos meios de produção soçobrou, o regime político hierarquizado e burocrático passou à história,

dando lugar a uma sociedade sem sistemas de classes, nem tribunais, nem prisões, nem casamento ou divórcio, e onde a educação das crianças é autogerida. As pessoas parecem pacificadas ao disfrutarem de um estilo de vida frugal, comunitário e desacelerado. A utopia de William Morris veio a lume em 1890 e o autor inglês, através do sonho do protagonista, profetizou as etapas históricas que conduziram ao advento dessa sociedade idealizada, pós-industrial e comunitarista: inicialmente previu uma revolução da classe trabalhadora que incluiu um período de *dual power*, depois vaticinou a tomada de poder por um movimento fascista quando a classe dominante se sentiu ameaçada, anteviu também o papel-chave de manipulação dos meios de comunicação social e, finalmente, renunciou a uma mudança substancial no seio da classe trabalhadora, passando esta a adoptar formas de organização

descentralizadas e horizontais e a ser expressão de uma visão crítica ao industrialismo, transformações que permitiram encetar um verdadeiro processo de transição pós-capitalista. Ao ter falecido em 1896, Morris não pôde testemunhar nem os progressos das lutas emancipatórias nem os totalitarismos do século xx, muito menos presenciar a actual decadência do capitaloceno. Porém, o romance utópico *News from Nowhere* teve a virtude de antever a sociedade pós-capitalista e a mestria de nos transportar, com 130 anos de antecipação, para o momento histórico de impasse que atravessamos, o limbo entre o colapso da civilização capitalística e o beco sem saída dos paradigmas obsoletos das lutas políticas sistémicas. Curioso por saber como se deu esse passo de transição política e económica, que viria a desembocar numa vida social livre de capitalismo, descentralizada e comunitária,

desembaraçada dos valores da acumulação material e predisposta a revalorizar a beleza de uma vida social simplificada e em contacto directo com o meio natural, Guest pergunta a um velho sábio se esse processo revolucionário «se produziu pacificamente». O ancião responde-lhe de imediato com uma pergunta retórica: «Seria possível a paz e o bem-estar no caos e na desdita do capitalismo?». Não satisfeito com a sua própria resposta, o velho Hammond emenda a sua formulação e explica que só teria sido possível evitar a violência, «no terrível período de transição entre a escravatura comercial e a liberdade», se tivesse havido esperança. «A esperança parecia um sonho até mesmo para aqueles que a haviam concebido», conclui.

A esperança parece um sonho mesmo para aqueles que a sentem no corpo... *Esperançar* é dar força ao destino que escolhemos determinar. Nesse sentido, como defendia Camus, a esperança é a ascese da revolta. É isto que está em jogo no mito de Sísifo: a revolta não é apenas absurda já que contém em si a esperança de ser maior do que o penhasco ou de ser capaz de descer ao covil do inferno – ou dos deuses – por saber que vai subir ao cume dessa montanha cheia de noite. Nem sempre a revolta é infalível, mas trata-se do método mais profundo e extático de ultrapassar a tragédia da condição humana, de ser contra a (sua) condição humana. Tragédia que mais não é do que o preço da consciência quando esta vence a alienação. Abrem-se os caminhos e o(s) nó(s) da encruzilhada. 12 de Março de 2012. Lembram-se? Congelada num instante de efervescência, viemos dizer: «Isto aqui está num impasse!». O peso de vencer a alienação tem dois grandes atalhos. É que um ser consciente não é necessariamente um ser (mais) livre. Nem sempre se finca o pé no atalho. Quando a encruzilhada pede vida há um poema iniciático a ser cruzado como jogo de possibilidades. É aí-agora que dói: ou se fica, voltando aos tombos para trás, ou se muda e sobrevive para se inscrever no tempo e no espaço. Ou se mata em nós (mais) uma convicção ou se vai à luta por ela. Afinal talvez a revolta nunca falhe. Ensina: ou nos descobrimos por dentro na derrota, ou acreditamos, esperançados, que um novo caminho se abre. Nesse instante, depois de pregar-mos aos quatro ventos que *isto aqui é um impasse*, voltámos aos tombos para casa. Enfiámo-nos em casa e nem sequer nos olhámos ao espelho: *afinal, nós éramos/somos o impasse*. Não percebemos ainda a falta que nos faz uma identidade directa entre o nosso movimento e o sentido político de o fazer. Não há saber que se manifeste sem o suporte físico que o encarne e não há prática de saberes sem os seus praticantes. Certo, carregamos às costas séculos de paternalismo e de igrejas, da missa católica aos salmos



26 CRÓNICA

dos comités centrais. Uma relação axial de submissão à estratosfera das bíblias que pode estar onde menos se espera. Os galegos e as galegas, contendo o sorriso, sabem-no bem: «Vocês até à sombra da palmeira de uma constituição revolucionária ficaram...». Com o sotaque de Chaves, para amaciar tão dura verdade... Porque a política é a sua efectivação. Ou não é.

Dissonantes em vários posicionamentos, Foucault e Castoriadis dão as mãos para enfatizar que a História é criação no sentido mais forte do termo: a História é a produção de descontinuidades. Se a descontinuidade e a criação de novas subjectividades e suas práticas fazem parte da história, significa que a estrutura social sempre apresenta graus de liberdade e de capacidade de regeneração. E se não há movimento de libertação e de revolta/regeneração sem a «carne», não há «carne» que afirme e produza descontinuidades sem que esta antes se finque cognitivamente. No *espírito*, se ainda me não enviaram para a fogueira do vosso auto-de-fé. É nessa via que a proposta de descontinuidades históricas e a transgressão das formas de sentir, pensar e fazer abrem possibilidades de encantamento da vida e do estar nela.

A tecnologia e o controlo social do imaginário

Em 1956, Orwell (ou décadas antes, as distopias de Zamiatin e London...) pôs-nos debaixo do «taco de aço» do Grande Irmão; em 1937, Huxley predisse que o controlo bio-político estaria a ser preparado bem além da indústria da propaganda e do complexo militar através da ciência bio-química e atingiria um grau universal e onnipresente como nenhuma civilização passada pôde sequer imaginar; em 1890, Morris revela que a transição para o pós-capitalismo, essa revolução mais difícil de imaginar que o fim do mundo (Jameson), precisa de um elemento fundamental: a esperança.

Nas últimas décadas, o totalitarismo dos regimes de poder, o fanatismo como polarização social, a violência generalizada e o sadismo refinado são elementos distópicos rentabilizados até à exaustão pela indústria do entretenimento. Entretanto, a imaginação de um futuro apocalíptico saiu de supetão da Netflix para aterrar no quotidiano das nossas vidas. Um inesperado mérito atribuível à gestão da sindemia causada pelo corona vírus. Se uma virtude improvável teve a sindemia foi a de tornar verosímil, a uma vasta camada da população, que o colapso sistémico da civilização do capitaloceno pode muito bem acontecer. Resta saber que papel efectivo na indução política das massas tem o treino onnipresente do imaginário social através do transe hipnótico de centenas de séries, romances, filmes, bandas desenhadas, jogos de vídeo e notícias que apresentam um futuro distópico, em que a humanidade parece condenada a lutar pela sua sobrevivência – força totémica do liberalismo económico –, num ambiente devastado e dominado por regimes políticos próximos do fascismo.

Por um lado, a *trip* de imagens distópicas conduz a um efeito de distorção da realidade que nos leva a admitir na ficção a veracidade daquilo que recusamos ver na vida real. Ao insistir-se em projectar a realidade contra um imaginário simbólico, hiperbólico e brutal,

a miséria do dia-a-dia passa a parecer um inferno menos mau e suportável, uma quarentena social com as suas imperfeições reformáveis, quicá um paraíso de sofá traficado como numa lavagem de dinheiro através de uma ilha tropical. Talvez tudo afinal não passe de um mal-estar passageiro com o mundo até que caímos no tédio do nosso próprio poço, como Cnémon, o misantropo da mitologia grega, onde nos deixamos afogar sem desejo de voltar à tona. Por outro, mais grave, o *público* parece ser forçado a aceitar uma visão de futuro em que a maioria da população luta pela sobrevivência no meio da escassez e da opressão enquanto uma classe oligárquica podre de rica abandona o planeta para viver em comunidades espaciais, organizadas sob princípios de... democracia directa. Distopias para as massas e utopias marcianas para as elites.

o totalitarismo dos regimes de poder, o fanatismo como polarização social, a violência generalizada e o sadismo refinado são elementos distópicos rentabilizados até à exaustão pela indústria do entretenimento.

Nunca a afirmação supersticiosa de que lutamos contra as forças do mal pareceu tão problemática de refutar mesmo para a tradição secular da crítica social. De acordo com as visões surreais geradas pela vanguarda capitalística, num contexto cultural dominado por uma visão apocalíptica da realidade do nosso futuro, a vida humana já não estaria confinada apenas à Terra, mas poderia expandir-se e colonizar diferentes partes do sistema solar. A repetição desta visão muskiana e bezonesca, inspirada nos rudimentos individualistas e antropogénicos do Iluminismo e amparada pela estética e técnica da Inteligência Artificial, permite estabelecer na opinião pública a ideia de que a legitimidade de uma colonização espacial guiada por interesses privados de enriquecimento é aceitável. Uma fantasmagoria que vai mais longe ao tornar admissível que, no caso de uma deterioração irreversível das condições de vida no planeta, aqueles que a si mesmos destinam essa distopia possam permitir-se-lo, independentemente do destino dos restantes 7,9 bilhões de seres humanos. Um curto passo atrás... Impõe-se rectificar que o projecto de colonização antropocêntrico é irreversível há 500 anos com a escravização e extermínio de milhões de seres humanos e é renovado, a cada dia que passa, com os mais de 20 milhões de refugiados anuais por motivos climáticos, para citar apenas uma face actual do problema. Este milenarismo liberal, esta missão desmesurada de expandir sem limites as possibilidades de um indivíduo, acima da natureza e contra toda a sociedade, é a continuação da ruptura histórica com o mundo natural. Apoteose da supremacia iníqua e pornográfica do indivíduo liberal sobre



Não-racional este Universo só pode ser indigitado como se entendermos este como um objecto que no seu enriquecimento um processo diferente do da Razão, não sendo possível de se zável, nem estar contido na Razão como seu elemento. Todo o pensamento lógico tem levado o homem para maior dessincronismo com o Universo e a chamada intuição vel dada a presença, e como complemento, deste existindo nada esta forma de acção, anula-se a outra por falta de co



a Natureza e a Sociedade. O fio invisível de uma narrativa louvada de modo tempestuoso com nós de vapor e fibra de aço desde a *ode marítima* da Modernidade. A negação do natural fundamenta não só a ordem civilizada com o seu regime político de extermínio e escravidão, mas institui um império epistemológico de como olhar para a existência (o *corpo*), uma técnica que coisifica o ser, separando-o da sua própria natureza e desfigurando-a a partir do mesmo ideal de expansão material. Destituídos dessa continuidade cultural e espiritual com a nossa própria natureza pelo triunfo da racionalidade ocidental, essa «monocultura da mentalidade» como diz Vandana Shiva, que organiza a vida num regime de serialidade e de atomização, o *ser* é também o contínuo que se perdeu. Não admira que num percurso de falsificações da vida humana – do sustento, da ecologia política das relações humanas, do regime sensível, da visão estética e da beleza, do amor e da espiritualidade –, o ser limitado que somos e ainda mais limitado por um mundo instrumentado, com funcionalidades que fascizam o corpo e a mente, tenha perdido a esperança. «Esse instinto de liberdade», nas palavras de William Morris.

E agora José? E Josefina?

Não se acorda de um pesadelo interminável da noite para o dia, nem as populações se vão erguer de um sono duradouro com receitas infalíveis. Desaprender a condição de consumir a terra como reis do mundo e rebelar-se contra o estado de exploração e de dominação do *outro* demora mais do que riscar um fósforo. Entretanto, perdemos a magia da transcendência. Pisámos a terra, sujámos as águas, conquistámos as estrelas. Pior, calcámos a *bondade animal da vagina*. Tanto medo, para quê? *Ninguém pode levar a mudança na hipótese nem levar a vida (só) na razão*. É que a «crítica» não é a razão da nossa permanência, porque a nossa (im)permanência é a criação. Cria-acção. «Instinto de vida». Não temam, o feitiço do(s) devir(es)-esperança não correrá o risco de ser elaborado como uma vacina mensageira dos «amanhãs-que-cantam».

O anjo da História

O anjo da História de Benjamin tem de atravessar um caminho de sombras para descortinar os futuros que foram enterados em momentos de ruptura histórica das sociedades. Uma virtualidade (ou a *virtú* de Maquiavel) que foi interrompida. Interrompida, desnaturada, humilhada, aniquilada... *Emparedados*, «há então os que ganham a ira e perdem o amor», como lembrava António José Forte. Redescobrir os indícios desses futuros no passado e religá-los a um futuro no presente é uma tarefa árdua e solitária, e, ao mesmo tempo, nevrálgica e apaixonante. Um empreendimento que se presta à estupefacção e paternalismo das correntes progressistas de esquerda (incluindo as provenientes do meio libertário), amarradas à democracia liberal e ao bem-estar (?) consumista; e ao risco do desprezo da tara ordinária da pós-modernidade com a sua inexorável e conservadora repetição oca da inovação, do reformismo, do reajuste, criptograma da repetição e da assombralogia que produz uma psico-sugestibilidade, o tedioso e incessantemente reinado da

renovação de um discurso que não é mais do que um autoritarismo da «mudança», quando a única coisa que se renova e progride é a degradação humana, do meio natural e das relações ecossistémicas. Árduo e «solitário» porque o estudo dos indícios da *nossa* ancestralidade política, a visibilidade e o resgate da cultura comunitarista em Portugal, ainda tem tanto por fazer (ver os próximos artigos desta série). Nevralgia porque é ela que permite a revogação das evidências e mistificações em que assenta a normalidade da dominação liberal e estatolátrica. Essencial porque ela nos faz parar de render a essa narrativa do fim do mundo, que nos faz sentir impotentes e desistir de outras formas de vida e de outros mundos possíveis. Por fim, apaixonante porque nela se encontram os sinais claros da reconstituição de um mundo sensível comum, de um habitat comum, porque resulta do entrelaçamento com um estado das coisas no qual a ideia de comunidade e partilha sensível voltam ao coração da política. Porque é preciso *perder a ira e reganhar o amor*... Apesar de frágeis e esparsos, esses indícios continuam inscritos na carne e na alma, agora e aqui, *hic et nunc*, não só latentes mas viventes. É nesse mundo profanado à nossa própria ancestralidade que podemos buscar condições de soberania e sentires mais humanos para criar outras formas de viver a vida... Como dizia um povo indígena do Cauca, «há algo pior do que a morte: é o fim do nascimento».

Assim Falou Transmonstro

Era depois do futuro. O medo é o principal inquilino que habita a divisão especulativa onde estamos encarcerados, mortificados por medidas sanitárias que neutralizam o que restava da nossa *anima* e aflitos por nos sabermos emparedados com o que resta da nossa alma. Ali encontramos em pânico a nossa própria vida nua. Encerrados neste espaço celular e solitário, assistindo até à exaustão às vertigens maquinais, descarregadas pelo Big-data de um Grande Irmão que hoje nos causa nostalgias improváveis, a quem obedecemos sem dor e ofertamos suspiros de graça, somos um corpo de exilados sem história. É esse corpo sem história e desunido – da memória do lugar, da ancestralidade, dos outros e, claro, de si mesmo –, esse monólogo de refugiados netf(l)iz-gado sob as estações orbitais 5G, que melhor se prestará a fio condutor do conto que o cyborguismo nos predestina, com a sua paixão triste, gargantuesca e narcísica. Clarice Lispector transitava: «O que nos distingue do cão é a nossa capacidade para futurizar».

As mais simples ações do quotidiano – da orientação geográfica à gestão logística passando pela comunicação e a satisfação de necessidades – fazem-se mediar por dispositivos computacionais programados em função de um entendimento de vida – uma ideologia predatória – enquanto actividade orientada para a produtividade, extracção de lucro e optimização. Este nefasto processo sociológico avança sob o signo da onnipresença, da separação *aumentada da realidade* e da aceleração. Um futuro transhumano que nos coloniza, assapando a toda a fúria...

Ao contrário do discurso mitológico sobre as novas tecnologias, o economista Cédric Durand demonstra em *Technoféodalisme: Critique de l'économie*

numérique como a digitalização do mundo não conduziu ao progresso humano, mas a uma gigantesca regressão em todos os âmbitos: restauração dos monopólios, manipulação política, privilégios e a legitimação fantasiosa de uma missão de predação global como verdadeira identidade da nova economia. Não é preciso ir a Delfos para ficarmos a saber em que assenta o mito do Vale do Silício (e das suas réplicas): acumulação escandalosa de lucros, desigualdades sociais inconcebíveis, desemprego crónico e precarização laboral, favorecimento das tecnoditaduras, um punhado de tecnoligarcas que acumulam fortunas jamais vistas, perversão absoluta dos relacionamentos e o agravamento de toda a sorte de dependências como falsas soluções, lisas e efémeras, para as dores da perda da autonomia e do amor-próprio.

Decorridos dois anos de síndrome da excepção política, portadora de uma “global governance” autocrática, não colocar por hipótese o limiar de normalização política deste modelo e da sua correlativa aceitação social é menosprezar as evidências, uma pura superstição

Envolto em ruído e fúria, o trans-Ele chega a toda a brida. A crítica também parece inapta a imunizar-se a este pós-futuro. Mesmo quando esta encontra a sua presa com surpreendente facilidade, tantas vezes perde a energia necessária para tecer trocas humanas de cuidados e afectos, incapaz de jurar compromissos políticos afins à subversão dos valores dominantes, pelo que a crítica e os gestos simbólicos se esgotam e afogam na sua própria impotência enquanto os rituais do capital permanecem intactos. Não há futuros interditos à figuração lucrativa, nem desobediência à dependência estatista, nem devires heterónomos à salvação no transhumanismo digital.

Na esteira da arqueologia do pensamento de Foucault, Guattari preferia a fórmula *Capitalismo Mundial Integrado* ao conceito liso de globalização, por precisamente o modelo cultural capitalístico ter colonizado o conjunto das sociedades, os seus territórios, as suas relações sociais e afectivas. Um processo de instrumentalização das mentalidades que industrializou as forças do desejo, da criação e da acção como principais fonte de extracção da mais-valia, em lugar da simples exploração da força mecânica do trabalho. Duas realidades que são justapostas na sociedade contemporânea, numa espécie de simbiose e sincretismo trans-mercantilista. Trata-se de uma instância que tudo absorve e depois regurgita sob a forma de mercadoria, fetichismo, reificação, neurose, pânico e isolamento. Há uma besta indestrutível por toda a parte. Porquê? Porque, acima de tudo, está dentro de nós.

O espírito crava na carne o desejo que o supera

Como desconstruir a superstição do medo e o encantamento das promessas do capitaloceno? Mais do que isso, como devolver esperança aos seres únicos, integrais e sociais, processados pelo *totalitarismo das almas* (Lordon)? É aqui que esbarramos contra a absoluta ausência de pensamento utópico no mundo actual. É aqui que percebemos a principal razão pela qual a ideologia hegemónica (Gramsci), não só a cultura capitalística mas também as outras ideologias antagónicas cujos acordes continuam a modular o campo de acção das lutas sociais, conseguiu criar o presente contínuo em que vivemos, um presente em que não há espaço possível para qualquer acto de imaginação que procure ultrapassar estes muros. TINA. *There is no alternative*. Haverá esperança sem horizontes utópicos e heterónomos? Não há *carne* que afirme a descontinuidade sem que esta antes se tenha cravado no *espírito*.

Sabem quem aprendeu essa lição de cor? Não é por acaso que a política esvaziada na sua condição ontológica – o termo medroso que a epistemologia racionalista usa para evitar a palavra espiritualidade... – traduz em plenitude o conceito de bio-política, como mera gestão administrativa, jurídica e económica dos recursos humanos e populacionais à disposição do poder soberano. Tal condição evidencia segundo Agamben que o paradigma performativo das sociedades contemporâneas, mérito do dogma neo-liberal de entender a (ausência de) vida política, é *o campo de concentração*. O bio-poder capitalístico é mais do que um conceito carnal. Espezinha a totalidade do corpo ao esvaziá-lo de todos os seus (auto)desejos.

A sindemia causada pelo corona vírus apresentou-se como uma oportunidade para experimentos que assumem como objecto indivíduos e sociedades inteiras, com o intuito de afirmar o estado de exceção como técnica político-jurídica e administrativa permanente de governo. É a grande revelação política da gestão pandémica. Dois anos de suspensão intermitente de direitos básicos comprovam-no. Um tipo de administrabilidade gerido por estruturas de governança estatais e supra-estatais que submetem os interesses públicos, o bem comum e os bens de uso comum, aos interesses privados de indivíduos e corporações, impondo em plenitude a afirmação da bio-política e das estratégias de bio-poder, teorizadas em *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*, que incidem directamente, por meios de técnicas de poder e saber, sobre o governo da vida biológica de indivíduos e de populações. Decorridos dois anos de síndrome da excepção política, portadora de uma «global governance» autocrática, não colocar por hipótese o limiar de normalização política deste modelo e da sua correlativa aceitação social é menosprezar as evidências, uma pura superstição. «Além da situação de emergência ligada a um certo vírus que no futuro poderá dar lugar a outro», Agamben desentranha essa lógica considerando que «está em questão o desenho de um paradigma de governo cuja



A gestão neo-liberal da pandemia consumiu-se também como um "genocídio de mercado": enriqueceu ainda mais o segmento super-rico de 1% da população mundial enquanto condenou milhões de seres humanos no planeta à pobreza

eficácia supera muito a de todas as formas de governo que a história política do Ocidente já conheceu».

A argumentação do filósofo italiano vai ao encontro de argumentos fundamentados na investigação ímpar levada a cabo pela escola de interpretação da etiologia da doença (Structural One Health), cuja finalidade é determinar como as pandemias na economia global contemporânea estão ligadas aos circuitos do capital, circuitos que estão a mudar rapidamente as condições do meio natural e da sua habitabilidade. Embora o ponto de partida do uso de métodos de bio-poder como controlo político das sociedades remonte pelo menos às experiências totalitárias e circunscritas dos anos 30 do século xx, actualmente o poder dominante passou um umbral ao aplicar as técnicas

de bio-controlo de forma globalizada e irrestrita, transversalmente e em escala, a todas as faixas etárias e classes sociais, em todos os pontos geográficos... Todavia a bio-política não esconde a manifestação clássica da (outra) barbárie a que o capitalismo condenou a humanidade. A gestão neo-liberal da pandemia consumiu-se também como um «genocídio de mercado»: enriqueceu ainda mais o segmento super-rico de 1% da população mundial enquanto condenou milhões de seres humanos no planeta à pobreza. Afinal estamos perante a continuidade da história contemporânea, o modelo de poder do capitaloceno amparado pelas estruturas estatais e trans-estatais: mercantilização, colonização e imperialismo. Essa «máquina-de-comer-mundos», nas palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade. Mundos escravizados e exterminados pelas formas capitalísticas e patriarcais.

A pós-modernidade reclama a infalibilidade do seu *corpus* técnico, além de reclamar o estatuto neutral da tecnologia. Por um lado, observamos a evidente contradição de um sistema que se vende como tecno-eficiente, onisciente e onipotente, mas que se revelou impotente para solucionar de forma sensata e rápida, humana e justa a pandemia da SARS-CoV-2. Por outro, não menos pertinente, de acordo com as investigações científicas prevaletentes que classificam o corona vírus como uma zoonose e inferem uma correlação do aparecimento do vírus com a degradação intensiva dos

ecossistemas em nome da máxima rentabilidade no menor espaço de tempo, seria lógico adicionar que o aparato tecnológico, supostamente milagroso, é um dos vectores desta equação que conduz à monstruosa artificialização da vida como um todo e à tremenda degeneração fisiológica do ser humano, ao descarregar a sua mega-maquinaría, da linha de comandos à linha de montagem, em toda a superfície do planeta terra, uma constatação que deita por terra qualquer pretensão de elevar a *techné* a um estatuto de neutralidade. Se a Modernidade nunca foi moderna senão no seu próprio discurso – e nos hinos de Whitman e Campos... –, retóricas patriarcais de cobrição do seu signo constante (a colonização, a escravização e o genocídio), talvez um dia a História caracterize a Pós-Modernidade como a idade das trevas *vintage*, *meta*-equipada e sem fios...

Mas os fios que agora se romperam tocaram em cordas mais profundas do ser humano. Não ver para lá da suspensão intermitente de direitos básicos é perpetuar ainda um olhar colonizado pelas formas de pensar do capitaloceno. Preconceito civilizado da subjectividade liberal que habita a esquerda, da renúncia social-democrata às modulações contraditórias do anarquismo. Quebrou-se muito mais do que *essas simples regras do jogo*. Uma sociedade que manda os seus prisioneiros enterrar num ilhéu os mortos não reclamados é de uma perfídia que não tem nome. Uma sociedade que te impede de enterrar os teus mortos em paz é uma sociedade que destrói o renascimento. Uma sociedade que foi capaz até de controlar as tuas lágrimas, se podes ou não chorar e quando... é a sociedade que exige o regresso de Antígona. «Há algo pior do que a morte: é o fim do nascimento». Um outro indígena, ancestral bem próximo de todas nós, variava a mesma frase dos nativos do Cauca mas a partir das fragas geresianas: «Nesse mundo sagrado [do comunitarismo], onde a vida é um rito demorado, até a morte era um segundo nascimento».

NOTAS

1 Poeta, ilustrador, ambientalista e fabricante de belos livros, William Morris (1834-96) foi um escritor socialista e um visionário empenhado, obsessivamente preocupado com a luta para alcançar uma sociedade perfeita. News From Nowhere, uma das obras inglesas mais significativas sobre o tema da utopia, foi escrito como uma resposta socialista libertária ao livro Looking Backward, que retrata um modelo de socialismo de estado que Morris abominava.

2 Termo usado pela primeira vez pelo líder bolchevique Vladimir Lenin (1870-1924) num artigo do Pravda que pretendia sintetizar a coexistência de dois poderes distintos que disputavam a legitimidade política na sequência da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia: os «soviets» (conselhos de trabalhadores), particularmente o Soviet de Petrogrado, e a continuação do aparelho de Estado oficial do Governo Provisório russo dos social-democratas.

3 *Noticias de ninguna parte*, William Morris, Capitán Swing, Madrid, 2011, p.157.

4 Alusão ao verso de António Maria Lisboa, «criticar, eis a nossa função positiva».

5 «Biossegurança e política», Agamben. Disponível no link: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598847-biosseguranca-e-politica-artigo-de-giorgio-agamben>. Acedido em 24.06.2020

6 Estudos amplamente citados e louvados num artigo de John Belamy Foster e Intan Suwandi, "COVID-19 y el capitalismo catastrófico" e que confirmam a tese central de David Quammen, escritor americano especialista em ciência e natureza, que em 2012 na obra Spillover – Animal Infections and the Next Human Pandemic previu o aparecimento de uma pandemia zoonótica.

7 *Requiem*, Miguel Torga, Diário XI, 1968.

Desenhos de mulheres. Desenhos que, mesmo que muito simples, celebram o nosso lugar na luta por um mundo diferente, um mundo mais mundo. Que sirvam para aguçar a vontade de descobrir estas pessoas, exemplos de verticalidade e dos aromas que trazemos entre os cabelos, na curva da nossa barriga, no nosso punho cerrado.

Luisa mahin



Luisa Mahin

A aguerrida Luisa Mahin, que nasceu em Costa da Mina (Golfo da Guiné) no início do século XIX e pertencia à tribo Mahi, foi escravizada no Brasil. Esteve envolvida na articulação da revolta dos Malês e na Sabinada, tendo tornado a sua casa no seu quartel-general. Foi perseguida e detida no Rio de Janeiro, mas depois disso pouco se sabe para compor o desfecho da sua vida.



Comandante Ramona

Comandante Ramona, oficial do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), composto em 1/3 por mulheres. Ramona - um pseudónimo para o seu nome de guerra – nasceu na década de 1950 em Chiapas. Era bordadeira quando aderiu ao EZNL e lá aprendeu a ler e a escrever. Em 1993, ajudou a criar a Lei das Mulheres Revolucionárias: dez leis que reclamavam a criação de condições para a autonomia das mulheres no México e nas suas comunidades indígenas, como o acesso à educação, à saúde reprodutiva e à tecnologia, o apoio a pequenos negócios e a condenação de abusos físicos, mentais e emocionais.



Catarina Chitas

Nascida Catarina Sargenta, viria a ser mais conhecida por Catarina Chitas ou Ti Chitas. A pastora, cantora e tocadora de adufe de Penha Garcia foi descoberta por Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamin Pereira quando percorriam o país a fazer recolhas musicais para o Museu Nacional de Etnologia. Mais tarde, encontrou-a também Michel Giacometti, quando gravava com Alfredo Tropa a série *O povo que canta*. Ela, que trazia por dentro as músicas da Beira Baixa, fez coisas por nós que nem sabia e aqui fica, em representação de todas as mulheres que neste país pequenino cantaram e cantam os sons do trabalho, dos encontros, do gado e do milho, do amor, do linho e da foice, do trigo e do vinho.

«Juntos por el campo»? Juntas pela vida

Por um sistema alimentar baseado na agroecologia e na soberania alimentar



ARACELI PULPILLO

Da «Espanha esvaziada» à extrema direita nas ruas, das «macrogranjas» às monoculturas energéticas... o mundo rural e o sistema agro-alimentar têm estado na ordem do dia do outro lado da raia. Face à confusão e manipulação pelos media, a revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas (SABC) lançou uma declaração que põe os pontos nos is do debate. Mais de 500 colectivos aderiram. Para melhor compreendermos o caldo a partir do qual nasceu esta mobilização, falámos com Patricia Dopazo, membro da equipa editorial da SABC, que nos transmite a visão e posicionamento do colectivo.

SARA MOREIRA
SARAMOREIRA@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **ARACELI PULPILLO E SILVATIICA**

Estamos perante um sistema alimentar globalizado que se baseia no domínio e submissão da natureza ignorando os limites dos recursos e matérias existentes, e que gera violência sobre as pessoas provocando a perda de população no meio rural, onde se decretam «zonas de sacrifício» e se instalam projectos megalómanos sob o rótulo do «sustentável». Não bastasse a contaminação, a usurpação e a confusão instalada, mobilizam-se partidos de extrema direita e sindicatos

ditos progressistas para reivindicar medidas que garantam que as mesmas dinâmicas produtivistas que levaram ao estado das coisas podem continuar exactamente na mesma.

São algumas das denúncias elencadas na «Declaração por um sistema alimentar baseado na agroecologia e na soberania alimentar», lançada em Janeiro de 2022 pela revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas (SABC). Mais de 500 colectivos aderiram a esta declaração, tornando visível a força do movimento agroecológico e anti-capitalista no estado espanhol, ao qual se juntaram pessoas e entidades de diversos sectores, da cidade e do campo, com ou sem actividade explicitamente política. Era esse um dos objectivos

da declaração que – para além de «reacção visível» e «espaço simbólico de afinidade» – pretendia também «ampliar e aprofundar o debate rural, agrário e alimentar» dentro e fora dos colectivos e pôr a nu a raiz do problema: o sistema capitalista. Isto ainda antes de rebentar a guerra na Ucrânia, com toda a evidência que o conflito acentuou relativamente à insustentabilidade de um modelo agro-industrial capitalista totalmente dependente de combustíveis fósseis e insumos externos numa economia globalizada – como de resto também a pandemia covid-19 já tinha bem demonstrado.

«Há muitas crises que se agravam e confluem no momento actual», refere Patricia Dopazo, membro da equipa coordenadora

da SABC, «o esgotamento de combustíveis fósseis e de materiais põe mais do que nunca em evidência a urgência de mudar o sistema económico e as nossas formas de vida». A declaração lançada pela SABC, «como instrumento de uma sociedade consciente e mobilizada», dá mais um passo nesse sentido. Transmitindo a visão e posicionamento do colectivo, Patricia Dopazo ajuda os leitores do MAPA a compreenderem o contexto a partir do qual nasceu esta declaração.

O fedor das «macrogranjas»

Quem chega a um vilarejo perdido algures na Espanha profunda, que se prepare antes de respirar os ares do campo: pode estar rodeada de um fedor lancinante que provoca espasmos de

vómito. É em algumas das zonas peninsulares mais despovoadas que o agro-negócio da carne tem instalado nos últimos anos milhares de mega explorações de produção animal conhecidas como «macrogranjas». A diminuição no número total de explorações no estado nas últimas décadas, enquanto a produção e exportação de carne aumenta a olhos vistos¹, não disfarça o mau cheiro da usurpação e acumulação de lucros neste sector em crescendo, com fortes índices de contaminação da água, do ar e da terra.

«As «macrogranjas» e a agro-pecuária intensiva em geral conseguiram baratear o preço do produto final (carne, ovos, leite e seus derivados) e geraram umas condições de mercado em que a pecuária extensiva muito dificilmente



SILVATIICA

consegue competir», explica-nos Dopazo: «Isto gera mudanças muito importantes no território, as zonas rurais perdem população e actividade económica e também, em muitos casos, [perdem] uma cultura enraizada no território e associada aos saberes camponeses».

Declarações do Ministro do Consumo espanhol, Alberto Garzón, ao The Guardian² em Dezembro de 2021 puseram as «macrogranjas» na ordem do dia. Apelo à redução do consumo de carne, Garzón disse que as «macrogranjas» não são sustentáveis, prejudicam o ambiente, contribuem para as alterações climáticas, maltratam os animais e levam à exportação de carne de fraca qualidade. Os mesmos argumentos sobre os impactos da agro-indústria pecuária no ambiente, na saúde e no bem-estar animal já são repetidos há anos por organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O movimento agroecológico, que olha para a cadeia produtiva de forma mais ampla, junta a estes argumentos a dimensão política. Dopazo elenca alguns dos factores que estão na raiz do problema: «os interesses económicos e o poder das empresas da carne e produtoras/comercializadoras de cereais para ração; a falta de autonomia das pessoas e famílias que se dedicam à agro-pecuária intensiva integrada (diferente das “macrogranjas”) e a exploração laboral nos matadouros ou a dependência do sector suíno do mercado externo (especialmente o mercado chinês)».

«Sabemos que fazemos parte de uma massa crítica global que hoje constitui uma fenda de esperança perante o desastre da sociedade capitalista. A mudança de rumo pode começar a partir da alimentação, do sector primário e do mundo rural».

As declarações do ministro serviram de pretexto para trazer para a esfera pública um tema até então ignorado pelos meios de comunicação convencionais, gerando grande polémica³, como explica Dopazo: «a mensagem foi distorcida e simplificada de forma enviesada, acusando o ministro de estar a manchar a imagem da carne espanhola e querer acabar com a criação de gado em geral, (...) diferentes políticos de direita apareceram como defensores da agro-pecuária, acompanhados por criadores de gado extensivos, gerando confusão e sem distinguir entre os diferentes tipos de ganaderia». Será igual o pastor, com as suas 20 vacas em pasto selvagem no monte, às macrogranjas de «cem mil porcos para 131 habitantes»⁴?

Manifs pelo rural. Qual rural?

Rapidamente surgiram diferentes convocatórias de manifestações pelo mundo rural, protagonizadas por caçadores, toureiros e grandes proprietários, confundindo a sociedade e as instituições. A última aconteceu no dia 20 de Março em Madrid sob o mote «Juntos por el campo», tendo juntado entre 100 mil e 400 mil pessoas (de acordo com dados do governo ou da organização #20Mrural). Ao apelo juntaram-se sindicatos historicamente progressistas, como a Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos, COAG, membro da Via Campesina. Segundo Dopazo, «Muita gente se perguntava se desde [o movimento da] soberania alimentar estávamos a dar respaldo à dita manifestação, e nada mais longe disso: nem pela companhia nem pelas propostas que se reivindicavam». Mais um dos motivos para a declaração da SABC.

«Aqui há que ter em conta a atitude particular que, no estado espanhol, a esquerda e o progressismo (sic) em geral tiveram para com o campo, e que foi, com poucas excepções, ignorá-lo e até desvalorizá-lo, em parte culpando-o de valores conservadores, de direita e vinculados ao franquismo (injustamente, já que o campo não é uma massa uniforme). Como em tantos outros lugares, o progresso, a vanguarda cultural, a modernidade, é associada ao urbano. A crise do meio rural, muito cronificada, gera muita tensão e mal-estar. Se a isso somarmos esse desdém da esquerda mais hegemónica pelo mundo rural, e a situação mediática de tendência geral para simplificar mensagens, para debates dicotómicos, para reproduzir chavões sem argumentar... o resultado é um cenário do qual a direita se aproveitou».

Mais uma vez, nada de novo. «Estas dinâmicas estão a reproduzir-se em muitos sectores e lugares com padrões muito semelhantes. São mensagens populistas que constroem falsos inimigos e geram confrontos entre as classes populares. Caçadores e criadores de gado contra ecologistas, o campo contra a cidade, omnívoros contra animalistas, masculinidade mal-entendida contra feminismos... Mais uma vez, ficamos pela superfície, sem ver onde está realmente o problema e o que seria preciso fazer para transformá-lo desde a raiz. É uma espiral que se retroalimenta e a extrema direita capitaliza este

descontentamento com explicações simples e propagandísticas, mas sem verdadeiras respostas. Os meios de comunicação convencionais estão a acompanhar e a impulsionar estes processos porque são mensagens fáceis de reproduzir e vender, e porque, afinal de contas, esses meios são empresas que querem gerar um marco social concreto para os seus interesses económicos, para além de em muitos casos estarem vinculados a partidos de direita».

«Como romper estas dinâmicas?», pergunta e responde Dopazo: «Pode-se fazê-lo no plano da proximidade, da convivência quotidiana. Dialogar, escutar, conhecermo-nos, acabar com muitos preconceitos. Demonstrar que não há “dois lados”, mas sim muitas circunstâncias de vida e a maioria consegue entender-se entre elas».

«O problema é civilizacional, é cultural, por isso também a declaração se situa num cenário de colapso».

«Espanha esvaziada»

«Em Espanha assiste-se, já desde há uns anos, a um debate razoavelmente vivo sobre o despovoamento e matérias afins, e têm surgido movimentos que pretendem encarar os problemas correspondentes», explica Carlos Taibo no seu livro *Iberia vaciada* (Catarata, 2021)⁵ – um debate que, recorda o autor, ainda «falta ou é muito mais débil em Portugal».

Mais do que um repto demográfico ou um território meramente «vazio», a «Espanha esvaziada» traz para cima da mesa «um debate necessário sobre os desequilíbrios territoriais», como diz a entrevistada, posicionando «o meio rural enquanto sujeito político». A questão foi uma constante tanto na polémica das «macrogranjas» como nas manifestações recentes, ainda que mais uma vez se tenha ficado pela rama nas abordagens mediáticas, sem que as suas causas e soluções fossem verdadeiramente dissecadas.

«O problema é civilizacional, é cultural, por isso também a declaração se situa num cenário de colapso», afirma Dopazo, explicando: «Há argumentos que se ficam pela falta de fundos, pelo abandono institucional, ou até pelo desprezo histórico pelo

32 SOBERANIA ALIMENTAR

mundo rural. Tudo isto é certo, mas, para além de gerar um posicionamento com conotações vitimistas, não vai mais fundo e parece querer equiparar-se às zonas urbanas, como se estas fossem a referência... O discurso anticapitalista, libertário ou a própria soberania alimentar explicam claramente que o problema são as dinâmicas produtivistas, individualistas, urbanocêntricas, geradoras de dependências... O problema é o próprio modelo. E não vão ser as políticas de investimento em infra-estruturas e serviços que por si só vão resolver isto, mesmo que melhorem a qualidade de vida a curto prazo».

«Por outro lado, parece que com a desculpa do “esvaziamento” agora se quer encher o meio rural com o que quer que seja». Dando o exemplo dos megaprojectos energéticos, Dopazo refere que as plataformas que se têm multiplicado em defesa do território representam «uma oportunidade para questionar privilégios, revalorizar a paisagem, os usos tradicionais... até para rever as nossas necessidades energéticas e de nos perguntarmos de onde vêm os materiais necessários para captar e armazenar a energia renovável». Já no sector agrário, a entrevistada acrescenta que «também se vê claramente que o que se propõe não muda nada: [as pessoas] endividarem-se investindo em tecnologias ou abrindo novos mercados de exportação por acaso vai solucionar os problemas de rentabilidade ou a falta de alento no campo? Já se demonstrou durante décadas que não, que isto o que faz é perpetuar privilégios e que alguns poucos, com capacidade económica, enriqueçam enquanto a maioria tenha de abandonar os seus projectos. O debate profundo levar-nos-ia inclusivamente a reflexões sobre como a cultura rural e a sua maneira de viver devem proteger-se de uma modernidade que se extingue».

Movimentos e articulações

«Sabemos que fazemos parte de uma massa crítica global que hoje constitui uma fenda de esperança perante o desastre da sociedade capitalista. A mudança de rumo pode começar a partir da alimentação, do sector primário e do mundo rural».

Assim o afirma a revista SABC na sua declaração.

Apesar de todas as polémicas, deturpações e apropriações que encheram o debate mediático nos últimos meses, abriu-se também uma janela para dar alguma visibilidade a alternativas que estão a actuar no terreno, algumas delas há anos. Um dos exemplos é a plataforma Stop ganadería industrial, que coordena a nível estatal os movimentos que se opõem às mega explorações de agro-pecuária industrial. Patricia Dopazo confirma: «Em muitas zonas rurais a população tem vindo a organizar-se para impedir a instalação de “macrogranjas” devido ao seu impacto ambiental, mas também para desmontar a falsa promessa de progresso e emprego», sempre anunciada como a salvação de um mundo rural deixado ao abandono. Também do lado do consumo responsável, a aliança de supermercados cooperativos lançou uma campanha que mostra onde se pode encontrar alimentos de produção extensiva, agroecológica e familiar.

Muitas dessas iniciativas estão representadas nos cerca de 500 colectivos e 2000 pessoas que aderiram à declaração, ilustrando a diversidade de respostas

que existe no estado espanhol. «Como colectivo, o objectivo da revista é gerar debate e consciência crítica mobilizadora, promover encontros e redes. Há acções de outro tipo, como articular-se e organizar-se para mudar o sistema alimentar, que correspondem a outros actores que estão no território no seu dia-a-dia. Estas articulações existem (Navarra, Catalunha, Galiza...) e são muito ricas porque são transversais, misturam o sector primário com a defesa do território, com movimentos sociais de traço mais urbano, com o sector cultural comprometido com a transformação social, os feminismos, a economia social e solidária. Neste momento pode ser crucial que se fortaleçam para responder com argumentos e acções à nova reviravolta neoliberal que chega pela mão da transição energética capitalista, da especulação da terra, da escassez e do aumento do preço dos materiais e da energia, da ascensão da extrema direita...»⁶

«As dinâmicas que provocam os problemas do campo (e de outros sectores) estão acima das fronteiras dos estados, por isso é necessária uma articulação que vá mais além», aponta Dopazo, afirmando que um movimento global como La Via Campesina, que celebra este ano três décadas de existência, «é agora mais importante que nunca, entre outras coisas, porque nas formas de vida rurais e camponesas há aprendizagens valiosas relacionadas com a vida em comunidade, o aproveitamento sustentável dos recursos locais e conhecimentos chave sobre as interações de cada território com o seu clima, os seus solos, as suas culturas, a sua alimentação...».

Continuum ibérico

Muitos paralelismos temos nós aqui deste lado com aquilo que está a passar-se mais a leste na península. Mesmo se a problemática das «macrogranjas» (ainda) não se coloca da mesma forma em Portugal, há que considerar que Portugal é o principal

Mais do que um repto demográfico, a «Espanha esvaziada» traz para cima da mesa um debate necessário sobre os desequilíbrios territoriais, posicionando o meio rural enquanto sujeito político.



SILVATICA

destino das exportações espanholas de bovino. O mesmo rio Guadiana cujo caudal ecológico o movimento #20Mrural quer reduzir para dedicar mais água ao regadio super-intensivo, vem desaguar a Portugal, passando pelos «mega latifúndios» de olival e amendoal na área de influência do Alqueva – o Grande Lago que veio encher o «Portugal esvaziado» de oportunidades de agro-negócio industrial, especialmente para meia dúzia de grupos económicos ou fundos imobiliários, na sua maioria espanhóis, que detêm dois terços de toda a área de olival em Portugal⁷.

Dopazo considera que «também uma “aliança ibérica” seria muito positiva, já que, para além das ameaças, os processos de despovoamento rural também são muito parecidos (como explica Taibo). Talvez em Espanha nos custe pensar nisso porque actualmente não existe uma aliança estatal do movimento agroecológico (houve há anos na Plataforma Rural). Para além disso, poderia ser mais apropriado pensar nessa aliança ibérica como uma aliança de territórios, com as suas particularidades, mais do que uma aliança Espanha-Portugal». De certa forma é o que já acontece por exemplo entre os movimentos contra a mineração no Norte de Portugal e Galiza. «As relações com os territórios de Portugal já se dão historicamente nas zonas de fronteira e estão a estreitar-se a partir dos movimentos de defesa do território. Talvez a articulação ibérica deva começar a partir dessas relações e intercâmbios de proximidade, quem sabe?»

A «Declaração por um sistema alimentar baseado na agroecologia e na soberania alimentar» está disponível no website da Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas em português e noutras línguas. A declaração «está redigida segundo o contexto do estado espanhol, mas pode-se utilizar livremente e adaptar a outros territórios. As adesões internacionais são bem-vindas como apoio solidário». <https://www.soberaniaalimentaria.info/otros-documentos/luchas/g27-declaracion-sabc-pt>

NOTAS

Um agradecimento à Aurora Santos e à M. Lima pela leitura/discussão e à Ana Afonso pela revisão do artigo.

¹ Segundo dados do INE, entre 1999 e 2013 perderam-se em todo o Estado mais de 88.000 explorações de bovinos, 128.000 de suínos, 161.000 de avicultura e 43.000 de ovinos. Ao mesmo tempo, Espanha gera cada vez mais lucros com o negócio da carne: segundo a Asociación Nacional de Industrias de la Carne de España, consolidou-se nos últimos anos como o terceiro maior produtor de carne suína do mundo (quase metade da qual é exportada para a China), é o principal produtor europeu de carne de ovino e caprino. Isto acontece à custa de milhares de macrogranjas em funcionamento. Um relatório das Ecológicas en Acción mostra como a pecuária industrial favorece o processo de despovoamento rural <https://bit.ly/3MKbymU>.

² “Spanish should eat less meat to limit climate crisis, says minister”, de Sam Jones / The Guardian (26/12/2021) <https://bit.ly/3LyrdFY>

³ “Los ganaderos exigen la dimisión de Garzón por decir que España exporta ‘carne de mala calidad’”, de David Vigario / El Mundo (04/01/2022) <https://bit.ly/3vWCd9b>

⁴ “Cien mil cerdos para 131 habitantes: la España vacía se rebela contra las macrogranjas”, de Miguel Ángel Medina / El País (13/10/2021) <https://bit.ly/3ksPKju>

⁵ Três meses após a publicação da segunda edição de Iberia vaciada, foi criado um partido de nome «España vaciada» (em setembro de 2021) – para a SABC, um partido «que não traz nada de novo».

⁶ “Identidades rurales, en plural y en pugna”, de David Gallar Hernández / SABC (Outono de 2021, n.º 42). <https://bit.ly/38GtzUv> Dopazo diz-nos: «el momento actual está muy bien captado en este artículo (...). Podría decirse que las adhesiones a la declaración forma parte del tercer perfil que describe (“otras ruralidades diversas e incluyentes”)».

⁷ “A reforma agrária continua a ser necessária”, Bruno Amaral de Carvalho / Voz do Operário (5/4/2021) <https://bit.ly/300FIAM>

Perseguição aérea



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Na noite de 23 de Abril de 2019, a festa do 46º aniversário do Partido Socialista foi brindada com aviões de papel que esvoaçaram pela sala. Lançavam-nos um grupo de jovens que mostravam uma faixa: «Mais aviões? Só a brincar! Precisamos dum plano B, não há planeta B». Francisco Pedro tentou tomar a palavra no palanque onde discursava António Costa, até ser violentamente retirado pelos atónitos seguranças do primeiro-ministro.

As imagens ficaram e deram visibilidade à denúncia ambientalista da expansão do aeroporto da Portela e do novo aeroporto do Montijo. Como refere em comunicado a ATERRA – Campanha pela redução do tráfego aéreo e por uma mobilidade justa e ecológica, de que Francisco Pedro faz parte: «pela primeira vez, os media ecoaram a contestação ao maior crime actual contra as nossas vidas e o nosso futuro».

No passado mês de Fevereiro, Francisco Pedro sentava-se no banco dos réus do Juízo Local Criminal de Lisboa sob a acusação de desobediência qualificada e perturbação da ordem e da tranquilidade públicas. Por alturas do julgamento, o activista afirmou

que «é graças a todas as pessoas que desobedeceram no passado que hoje temos o que chamamos direitos e felizmente são muitas as pessoas a defender a Terra e a não ficar de braços cruzados quando se assiste a crimes contra o planeta que a todos dá vida», assumindo a sua acção na totalidade.

No exterior do tribunal, as pessoas que se juntaram em apoio anunciaram a realização de um «julgamento sério» em que no «banco dos réus deste julgamento popular [se sentarão] a multinacional Vinci (detentora da ANA Aeroportos), os partidos que defendem os combustíveis fósseis e a aviação, as companhias aéreas, os meios de comunicação social *mainstream* e as grandes petrolíferas».

No interior, o que estava em causa era um crime - promover uma manifestação sem informar previamente a Câmara Municipal - punível com pena até dois anos de prisão ou de até 240 dias de multa, tendo o Ministério Público (MP) pedido a condenação através de multa nas suas alegações finais.

A juíza Sofia Claudino acabou por considerar não ter ficado provado que Francisco Pedro fosse o organizador do protesto. Para além disso, questionou a legitimidade de uma lei que data de 1974, anterior à própria Constituição, que consagra o direito à liberdade de expressão, reunião e manifestação. «Conforme

Este processo não é para me intimidar a mim: é para nos intimidar a todos nós. É para nos dizer: “Só têm liberdade de expressão até ao ponto em que não incomodem os interesses instalados”

pode constatar-se pela formulação do artigo 45.º da Constituição da República Portuguesa, não se mostra prevista a possibilidade de restrição daqueles direitos fundamentais, suscitando o referido Decreto-Lei n.º 406/74 dúvidas quanto à sua constitucionalidade», disse a juíza. «Os manifestantes pacíficos encontram-se no exercício de um direito fundamental», o aviso prévio à câmara municipal trata-se de «um mero requisito de ordem procedimental», e «uma manifestação não deve ser objecto de uma ordem de interrupção» pela falta de aviso prévio, ficou ainda dito na sentença de absolvição.

No início de Abril, no último dia do prazo legal, o Ministério Público decidiu no entanto recorrer da decisão, alegando

que houve uma «errada ponderação da prova». O MP ignora as testemunhas que não são polícias e cinge-se ao depoimento do então chefe da PSP, Paulo Santos (actualmente coordenador de investigação criminal em Ponta Delgada, nos Açores), que, quer em tribunal, quer no auto de notícia, identificou Francisco Pedro como promotor da manifestação e da acção de protesto.

“Quando completei a identificação, perguntei claramente aos três indivíduos quem era o organizador ou promotor da manifestação e o senhor Francisco deu um passo em frente e disse: “Sou eu o organizador”», testemunhou o agente em tribunal.

Para a juíza, essa assumpção de responsabilidade foi «uma manifestação da evidente proactividade do arguido que naquele momento entendeu dever assumir a responsabilidade pelos actos praticados num acto de alguma irreverência e, ao mesmo tempo, coragem». O Ministério Público não aceitou. Sérgio Figueiredo, advogado de defesa do activista, reagiu afirmando que as pretensas declarações do seu representado não têm validade legal, uma vez que teriam sido proferidas «num momento antes da sua constituição como arguido, antes de ter direitos enquanto arguido».

Francisco Pedro, por seu lado, continua a defender que a sua acção é «necessária para

denunciar um crime grave, que continua em curso: o projecto de expansão do aeroporto de Lisboa». Continua também a considerar que esta insistência do Estado em condená-lo é uma forma de intimidação. «Este processo não é para me intimidar a mim: é para nos intimidar a todos nós. É para nos dizer: “Só têm liberdade de expressão até ao ponto em que não incomodem os interesses instalados”», afirma.

Para impor um segundo aeroporto, em pleno estuário do Tejo, parece valer tudo: afirmar à partida que o projecto será «irreversível» e que «não há plano B», mudar leis, inquinar estudos ambientais, andar com aprovações e reprovações para a frente e para trás. E perseguir activistas.

Intimidar defensoras de direitos humanos e da Terra através de processos legais é, aliás, uma prática comum por parte de grandes empresas, conhecida em inglês por SLAPP. São acusações legais e moralmente descabidas – o objectivo da empresa nem é vencer o caso, mas silenciar a crítica, mantendo as activistas de mãos atadas enquanto se arrasta o processo. No caso português, o Estado faz as vezes da empresa privada.

Espera-se agora uma decisão por parte do Tribunal da Relação de Lisboa e o desfecho de uma perseguição que decorre há mais de três anos.

Uma amarra ao mar outra à terra

Devem existir traços culturais profundos, experiências históricas, que, através dos séculos, levam uma sociedade a orientar-se, por intermitência mas de maneira recorrente, por certos valores e atitudes colectivas, medos, resignações, fatalidades.

JORGE VALADAS

ILUSTRAÇÃO JOSÉ SMITH VARGAS

«Uma amarra ao mar outra à terra», assim se exprimia um cristão-novo algarvio em 1558 para resumir a maneira como as gentes da sua comunidade faziam para escapar à Inquisição. Num livro recentemente publicado e que tem por título esta frase, Carla Vieira, jovem historiadora que se vem focalizando nos problemas dos cristãos-novos, estuda um século da vida desta comunidade algarvia, entre meados do século XVI e meados do século XVII. Durante este período, a comunidade dos cristãos-novos do Algarve — «os da mesma nação» como se chamavam a si próprios — sofreu o embate de três terríveis vagas de repressão da parte da Inquisição. As circunstâncias históricas em que vivia a região eram de uma forte crise política e económica. «As relações internacionais e os confrontos políticos do Império reflectiam-se no sul do reino» (p. 32). O Algarve estava geograficamente próximo do norte de África e sofria directamente as dificuldades do reino lusitano na região e o abandono das praças marroquinas. Um clima de pavor reinava no litoral da província, a costa era continuamente vítima da pirataria. Acrescente-se a miséria, a fome e a peste, o aumento constante dos impostos necessários para pagar os gastos militares, e as condições estavam criadas para a eclosão de uma revolta popular que iria revestir-se de aspectos messiânicos e irracionais contra a população judaica e dos cristãos-novos, os bodes expiatórios tradicionais. A repressão da Inquisição permitiu canalizar, ou utilizar, a revolta popular.

As consequências desta intervenção marcaram profundamente a sociedade algarvia e em particular os centros urbanos mais importantes da época, Tavira, Vila Nova de Portimão, Lagos e Faro. Os cristãos-novos eram uma população maioritariamente urbana, de comerciantes e artesãos, por vezes também ligada à terra e à actividade agrícola que integravam na sua actividade de comerciantes, exportadores de produtos agrícolas e, sobretudo, do mar. Assim Lagos, no século XVI, constituía «o maior centro exportador mundial de conserva de atum» (p. 207). Estas cidades algarvias eram, para a época, portos bastante cosmopolitas, frequentados por comerciantes

europeus e orientais de origens diversas. A repressão da Inquisição processou-se de forma curiosa; de uma certa forma, ela veio de fora, do exterior da sociedade local. Os seus agentes, autênticos funcionários policiais, chegavam de Évora e de Lisboa com o fim de instruir os processos, prender as pessoas e levá-las para Évora ou Lisboa, onde os tribunais da Inquisição exerciam as suas sinistras tarefas. Segundo Carla Vieira, uma das principais consequências, senão a mais decisiva, desta repressão foi que «a Inquisição entrava em comunidades emergentes e secava-as. Ao actuar sobre um grupo com tamanho peso na economia urbana e ao provocar a sua desestruturação, a repressão inquisitorial hipotecava o desenvolvimento dos núcleos citadinos. A vaga de prisões seguia-se uma fase de decadência» (p. 320).

De facto, uma das formas de resistência foi a emigração, esvaziando os portos dos membros mais activos da comunidade comerciante, fazendo morrer a actividade. Para outros cristãos-novos houve a tentativa, muitas vezes mal sucedida, de se misturarem com os cristãos-velhos através de laços matrimoniais, ou de se retirarem para as actividades rurais onde melhor podiam dissimular as suas práticas religiosas de um judaísmo híbrido, mesclado de práticas cristãs. A partir de certa altura «A limitação dos direitos de um individuo deixava de ser determinada pela religião professada, mas pela sua origem familiar» (p. 292). A presença do «sangue infecto» caracterizava a comunidade judaica aos olhos dos cristãos, e ser tratado de «Judeu, mais do que uma ofensa, era uma ameaça» (p. 283).

O texto de Carla Vieira nem sempre é de fácil e agradável leitura, como é infelizmente, em geral, o caso dos trabalhos universitários, que mastigam fontes, bibliografias, referências como passagem obrigatória. Ficam soterradas as ideias e o debate. Embora o trabalho diga respeito a uma região particular do país, é evidente que *Uma amarra ao mar*





e outra à terra, Cristãos-novos no Algarve (1558-1650) aborda temas essenciais para quem procura compreender os fundamentos da sociedade de hoje em geral, e não só a portuguesa, e as marcas que o passado lhe deixou.

A este propósito, dois aspectos do funcionamento do terror da Inquisição me parecem guardar alguma actualidade. O aparelho da Inquisição conhecia mal o Judaísmo, manifestação da ignorância dos seus funcionários, mas também resultado da repressão feita contra a circulação dos textos desta corrente religiosa (p. 261). Assim, «*o deficitário conhecimento que os inquisidores tinham sobre o Judaísmo surgia sintetizado nos éditos de fé, lidos e escutados pelos cristãos-novos que, dessa forma, tomavam consciência do que eles indagavam, do que esperavam ouvir. Com o avançar da perseguição inquisitorial, passaram a saber o que era e como havia de ser feita uma “boa confissão”. É isso o que exprime o conteúdo das suas confissões, cada vez mais padronizado, cada vez mais repetitivo. Confissões verosímeis, não necessariamente verdadeiras*» (p. 314). A auto-acusação favorecida pela Inquisição foi depois um modelo utilizado nos processos de diversos regimes totalitários. Dos quais os processos de Moscovo, entre Março 1936 e Agosto 1938, ficaram como

Tudo assenta na participação da vítima na sua própria criminalização e condenação. Complementar, no funcionamento da máquina da Inquisição, é a importância dada à delação.

caso exemplar. Tudo assenta na participação da vítima na sua própria criminalização e condenação. Complementar, no funcionamento da máquina da Inquisição, é a importância dada à delação. Resalta, da leitura dos testemunhos que Carla Vieira nos dá a conhecer, que a delação no interior da própria comunidade, nas próprias famílias, atinge proporções assustadoras e que muitos dos processos eram fundados na delação no interior da colectividade dos cristãos-novos. E a autora sublinha que muitas vezes se chegou ao ponto de serem os cristãos-velhos a defender os cristãos-novos perante os funcionários da Inquisição... Tudo isto fazendo reinar na sociedade da época um grande clima de terror.

Cinco séculos depois, é evidentemente difícil estabelecer, especular, até que ponto este clima, estas práticas de terror, marcaram a sociedade portuguesa. A qual, desde a época da Inquisição, atravessou uma sucessão de períodos de poder absolutista e autoritário, de violência social, com raras, ainda que fulgurantes, interrupções revolucionárias. Sabemos que o autoritarismo tem como corolário o espírito de submissão, o qual tem encontrado um terreno fértil no país dos doces costumes. Com um belo apogeu no funcionamento do regime salazarista, o qual soube retomar para o seu funcionamento as práticas ancestrais do Santo-Ofício, entre as quais a delação e o clima de medo social que lhe está associado. Ainda hoje, seria arriscado pretender que a natureza autoritária das forças políticas dominantes da democracia parlamentar corrupta, a arrogância e a impunidade dos DDT, são totalmente estranhas a este passado. Um passado violento que continua a pesar nas mentalidades, a manifestar-se nos comportamentos submissos do «bom povo português».



Uma amarra ao mar e outra à terra, Cristãos-novos no Algarve (1558-1650)
Carla Vieira
Edições Sul-Sol-Sal, Loulé, 2018.

Canções de traidores

Em 1990, tinha o muro caído pouco antes, um grupo de anarquistas provocou a ira das autoridades fazendo circular pelas praças da «antiga» Alemanha Oriental uma estátua, em pasta de papel, a representar um fugitivo. Chamaram-lhe «Monumento ao desertor das duas guerras mundiais» e tinha como legenda «Para quem se recusou a matar o seu semelhante». Nos anos seguintes, também noutros países, surgiram vários monumentos a homenagear os desertores e a desafiar as estátuas oficiais dedicadas aos «soldados desconhecidos» das grandes guerras que se erigiram um pouco por todo o mundo. Assim se transformou num gesto heróico algo que todas as nações procuraram apresentar como um dos exemplos máximos de cobardia e traição.

**FIGHT WAR
NOT WAIRS,
DESTROY POWER
NOT PEOPLE.**

DIOGO DUARTE

DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

Por trás destas acções, está uma longa história de desobediência. Nas muitas guerras que atravessaram todo o século xx, foram milhares os que se recusaram a obedecer a ordens e a participar na execução de milhões de pessoas, geralmente em nome de valores e fins que os grandes líderes fizeram crer ser os seus, mas que não eram mais do que disputas por interesses que só beneficiavam uns poucos que não saíam dos seus gabinetes. Na I Guerra Mundial, uma parte daqueles que compunham as fileiras das correntes antiautoritárias recusaram-se a tomar partido pelos seus países e alianças militares. Em Portugal, a propaganda e as campanhas antimilitaristas promovidas pelos anarquistas estiveram entre as acções que mais assustaram os governos e elites nacionais, disseminando apelos à deserção, à indisciplina e à sabotagem de material militar. Como sublinhava um editorial do jornal anarco-sindicalista

A Batalha, em 1926, o Estado arrancou «milhares de indivíduos que viviam do trabalho de suas utilíssimas profissões» para «fabricar homens capazes de assassinar». Estes actos de dissenso repetiram-se na II Guerra Mundial. Em 1945, quatro anarquistas, autores do jornal *War Commentary*, entre eles Vernon Richards e Marie Louise Berneri, eram detidos em Inglaterra, acusados de semearem a indisciplina e a deserção nas forças militares britânicas. Entre o material apreendido, estava um poema, “Fight! What for?”, em que se dizia: “You are wanted for the Army,/ Do you know what you’ll have to do?/ Just murder to save your country/ From men who are workers, like you.”

Nesta recusa, não estava apenas em causa um pacifismo idílico ou gesto cobarde de rendição, como alguns insinuam agora sobre quem exige a paz. Entre os “crimes” apontados aos membros do *War Commentary*, estavam os apelos que faziam para que os trabalhadores não largassem as armas, mas que as usassem para a acção

revolucionária. E sempre que foi necessário, aqueles que “carregam um mundo novo nos seus corações”, como dizia Buenaventura Durruti, não hesitaram em ocupar a linha da frente do combate, contra a tirania soviética, contra os poderes ditatoriais e contra o imperialismo ocidental, como aconteceu na Guerra Civil de Espanha ou como fez Nestor Makhno na Ucrânia. Estes combatentes seguiam o seu próprio caminho e não na direcção para que queriam empurrá-los. Lutavam por um mundo diferente, sem deuses nem amos, e sabiam que o inimigo estava em qualquer dos campos ideológicos que se apresentasse como a única opção possível e a quisesse impor pela força. A “igualdade” e a “liberdade” que os seus inimigos diziam defender não era a sua.

A música teve sempre um papel fundamental na construção destas resistências. Pouco tempo depois de duas bombas nucleares terem caído sobre Hiroshima e Nagasaki, Gordon Dean, presidente do Comité de Energia Atómica dos Estados

Unidos da América, dizia com orgulho que “hoje, os Estados Unidos afirmam-se perante o mundo com a tocha da liberdade numa mão e a bomba atómica na outra”. Vernon Partlow, um jornalista norte-americano, não partilhava o mesmo entusiasmo, e escreveu aquela que foi, provavelmente, a primeira música antinuclear: “Old Man Atom”. Nela expunha a igualdade que se escondia nos desígnios destes idiotas: “We hold this truth to be self-evident: / That all men may be cremated equal”. A tocha da liberdade rapidamente proibiu a canção. Afinal, só eram livres aqueles que se deixassem arregimentar e não cedessem a heresias antipatrióticas.

Em Inglaterra, no final dos anos 70, bandas como os Crass, pegavam na “anarquia” do golpe publicitário dos moribundos Sex Pistols e transformavam-na num movimento que desejava ir além das manchetes jornalísticas e queria ser muito mais do que uma brincadeira para assustar velhinhas ou perturbar o sossego dos lares britânicos. Nascia o anarcopunk e um novo capítulo na longa guerra que tinha como fim a destruição do capital e dos Estados. Bandas, fanzines e okupas germinaram por todo o país para desafiar a sonolência da aparente inevitabilidade que os arsenais nucleares cultivavam. Entre essas bandas, poucas captaram tão vividamente o imaginário da época, pelas suas letras cinematográficas, como os Lack of Knowledge, uma das bandas da Crass Records. Nas suas letras, o sujeito era, geralmente, um indivíduo anónimo, “o último humano na Europa”, a tropeçar em destroços de vidas espalhados por ruas silenciadas (como em “Radioactive man”) ou perante um presente ameaçado pela iminência de um apocalipse nuclear e pelo peso dos céus de mercúrio vermelho prestes a abater-se sobre nós. Estas imagens sombrias e o som inquietante que as acompanhava, mais do que a combatividade e a raiva de bandas como os Crass, pareciam evocar

o fatalismo e o negrume de bandas como Joy Division. Mas as cores que pintavam eram aquelas que vemos agora ressurgir no horizonte e que alimentavam a fúria das bandas que procuravam desafiar a ordem da guerra fria. No catálogo da Crass Records, não deve ter existido uma banda que tenha escapado ao escrutínio das autoridades e das secretas britânicas. Crass, em particular, foram interrogados, perseguidos e caricaturados em retratos mediáticos, acções policiais e até em debates parlamentares. Um dos momentos altos foi o caso que ficou conhecido como *Thatcher-gate*, uma gravação forjada de uma conversa telefónica entre Ronald Reagan e Margaret Thatcher, mas baseada num leak real de declarações da dama-de-ferro inglesa, em que esta revelava que o navio de guerra HMS Sheffield tinha sido propositamente sacrificado para fazer escalar a guerra das Malvinas e em que ambos partilhavam a intenção de fazer da Europa uma frente de batalha nuclear contra a União Soviética.

Partilho estas histórias porque, em todas elas, encontrámos uma guerra diferente daquelas em que nos querem obrigar a participar, mesmo que seja apenas como espectadores ou como soldados das redes sociais. O papel daqueles que se recusam a enfileirar nos exércitos de Estados e do capital, foi e é, antes de mais, o de denunciar as farsas patrióticas e as manipulações demagógicas dos grandes líderes que nos chantageiam com o «se não estás connosco estás contra nós». A barcada onde nos situamos é das pessoas comuns e anónimas, sejam elas russas ou ucranianas, que pagam sempre o preço das decisões de quem se senta nos seus gabinetes e que só contam para embelezar discursos parlamentares e para os defender nas horas de aperto. Para quem decide estas guerras, sempre fomos carne para canhão, vidas descartáveis e sem sentido.

Esta guerra não é a primeira, nem é diferente de todas as guerras que conhecemos. Mas diz muito sobre o momento que vivemos que muitos daqueles que reclamam ideais emancipatórios sintam, hoje, perante uma guerra imperialista, a obrigação de se situarem de um dos lados da contenda. Numa guerra imperialista, não há, nunca houve, um império melhor do que outro – tivesse ele na sua bandeira uma foice e um martelo ou um cifrão, ou clamasse ele defender os nossos “valores” e “estilo de vida”. O nosso papel continua a ser o de traidores das pátrias e impérios e o de detractores das ideias de «liberdade», «igualdade» e de «Europa» em que nunca coubemos.

DEPOIS DA PLANTA QUE DA' FLORES DE PLÁSTICO E DA GATA SALLY QUE DEU 'A LUZ TRÊS RATOS MICKEY DE POLIÉSTER, CULMINA-SE POR FIM O OBJECTIVO ÚLTIMO DA ENGENHARIA GENÉTICA COM A **RUCULAE ARGENTORUM** OU PLANTA DO DINHEIRO



GRAÇAS A ESTE NOTÁVEL AVANÇO DAS TÉCNICAS GENÉTICAS JÁ NÃO SERÁ NECESSÁRIO MANTER OS CULTIVOS TRADICIONAIS DE FRUTAS, CEREJAIS OU HORTALIÇAS. PARA QUÊ FAZER TAIS COISAS, SE O DINHEIRO VAI BROTAR DAS PRÓPRIAS ENTRANHAS DA TERRA? EXCELENTE TRABALHO, RAPAZES!



A GRANDE AVENTURA HUMANA CONTINUA

TERRA QUEIMADA ~

HUGO FILIPE LOPES

Entre nós anuncia-se a fronteira
da matéria
a barreira que nos enlaça
à terra
a nossa pequenez enlameada
a nossa mesquinhez desgraçada
moldando universos em agonia,
todos os olhares desconhecidos
caem sobre nós falecidos
com a graça do
trovão
na suja praça
onde dorme quem só tem
o sono
não existem
sem confronto
como a morte são
ideia alheia e abstracta,
mas nem assim
os carnívoros passam fome
ou as árvores deixam ter nome
nem assim
deixa de haver certezas imperiosas
tatuadas em mim
com a brutalidade da guerra armada
Terra queimada Terra queimada Terra queimada
saque, pilhagem e violação
decapitação e escravidão
os pombos que deixam de voar
confrontam os carros
que uivam a acelerar
de olhar encadeante
como quem fere o amante
nas trevas
só em dias invulgares
que ninguém habita
percorremos todos os lugares
no desespero na fuga sem sentido
do meu interior fétido
nem assim me desapegando
ninguém vem
mas há paredes e recantos
e cresce um sufoco
um grito rouco:
- onde existe abrigo?
firmeza onde assentar
certeza onde repousar
cabeça e finalmente descansar
do esquema de espiões falidos
consumidos em conspirações
Um dia
um dia deixar-nos-emos cair
num sítio qualquer
para sempre.

UMA PEQUENA HOMENAGEM AOS SABOTEURS DO CERN



Josep Clastres, um fuinha adolescente que, seguindo o exemplo de Firmino, mordeu os cabos de alimentação que levaram a Máquina a perecer consigo

MONSIEUR TABAIBO

Caras companheiras da nação inter-espécies genovense e caros companheiros de todas as nações transfronteiriças que estão cá presentes para relembrar que o internacionalismo é mais do que uma aliança contra um inimigo comum: é a própria substância do futuro que queremos alcançar.

Hoje estamos aqui reunidos para comemorar a saudosa memória do companheiro Firmino da Silva que, há precisamente seis anos, deu a vida para sabotar mais um plano megalómano da espécie humana. Firmino, um fuinha que, três anos antes, imigrara de geografias portuguesas para se juntar à luta contra o mega-projecto

antropocentrista que dizimou a nossa vila – o Grande Colisor de Hadrões¹ –, sacrificou a sua vida para demonstrar o impacto que uma criatura tão pequena como nós pode ter quando ataca os pontos vitais do Monstro. Prestar-lhe tributo é o mínimo que podemos fazer.

Queremos também homenagear Josep Clastres, um fuinha adolescente que, seguindo o exemplo de Firmino, mordeu os cabos de alimentação que levaram a Máquina a perecer consigo. Para angústia da família, ainda não conseguimos recuperar o seu corpo, que fontes fiáveis afirmam ter sido colocado num museu em Roterdão por um depravado colecionador de cadáveres não humanos². Enquanto não o conseguimos resgatar, permitamos que a sua memória revolva nas nossas almas.

Para justiça de *nos compag-*nes do outro lado da fronteira humana, é também importante relembrar o ataque com *baguettes* levado a cabo pela comitiva inter-aviária³ de Pays de Gex – a primeira sabotagem de sempre à Máquina-Monstro, que terá certamente inspirado o companheiro Firmino no seu derradeiro acto.

Porém, apesar de apreciarmos a coragem dos nossos companheiros Firmino e Josep, não pretendemos encorajar o auto-sacrifício, independentemente dos seus fins. Afinal, os fins são os meios! Compreendemos que, para derrotar o inimigo, temos de combater, não individualmente, mas em união. É por isso que, neste dia marcante, apelamos a que se juntem a nós na luta contra a espécie humana e...

- Ei!, não concordo com essa formulação! Como animal

semi-doméstico posso dizer-vos que nem todos os humanos são especistas, muito menos megalómanos. Conheço alguns que dedicam a vida a tentar compreender animais de outras espécies ou até mesmo a tentar deter as megalomanias dos seus semelhantes. Por isso, acho importante deixar claro que a nossa luta não é contra a espécie humana como tal, mas contra o abuso de poder de «alguns» humanos sobre todos os terráqueos. E, para conseguir fazer-lhes frente, também precisamos de aliados humanos: ninguém conhece melhor os nossos inimigos externos que os seus inimigos internos.

- Pois...
- O quê?! Deves 'tar a goz...
- Masss...
- Deixem el...
- Eiii...!!!!

Ultrapassada a inter-animalésca balbúrdia, decidiu-se convocar uma reunião geral extraordinária para decidir quem era realmente o inimigo comum da Internacional Inter-Espécies e para clarificar os meios e os fins da sua luta, antes de planear um ataque conjunto ao infame *Large Hadron Collider*.

NOTAS

1 Jaggard, Victoria. 16 de Janeiro de 2021. "The day a weasel shut down CERN". *National Geographic*.
<https://www.nationalgeographic.co.uk/animals/2019/01/the-day-a-weasel-shut-down-cern>

2 Sample, Ian. 27 de Janeiro de 2017. "Totally stuffed: Cern's electrocuted weasel to go on display". *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/science/2017/jan/27/cerns-electrocuted-weasel-display-rotterdam-natural-history-museum>

3 Gabbatt, Adam. 6 de Novembro de 2009. "Big bang goes phut as bird drops baguette into Cern machinery". *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/science/2009/nov/06/cern-big-bang-goes-phut>

MAPA: Jornal de
Informação Crítica
Número 34
Maio-Julho 2022

Propriedade: Associação
Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua Principal de Algeruz CCI3320.
2950-077 Palmela

Correspondência: enviar para morada da redacção
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha



Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
<https://goo.gl/ZgkQxM>

Colaboram no jornal MAPA com
Artigos, Investigações, Ilustrações,
Fotografias, Design, Paginação,
Revisão e Site:

M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*,
Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*,
Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio
Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra
Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*,
João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço
Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana
Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier
*, Diogo Duarte, Júlio do Carmo Gomes,
Soberania Alimentaria, Jorge Leandro Rosa,

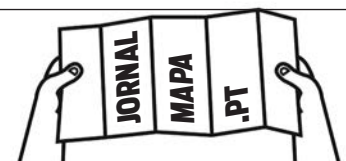
André Lemos, M. Araújo, Jorge Valadas,
Mariana Riquito, João Cabaço, Guilherme
Marchesi, Estelle Valente, Joëlle Ghazarian,
Júlio Henriques, António Luis Catarino,
Miguel Brieva, Maria Lis, Araceli Pulpillo,
Silvática, Hugo Filipe Lopes, Monsieur
Tabaibo, The Syrian Canteen of Montreuil e
L'équipe des Peuples Veulente (Crimethinc.
com), Susana Baeta, Diana Dionísio, Ricardo
Ventura, Lena Bragança Gil, Mariana Vieira,
Ana Afonso, Sofia Pereira, colectivos.org
* Colaboradores permanentes /
Pensamento, discussão e desenvolvimento
do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornalmapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa
gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50,
2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da
responsabilidade do colectivo editorial
do jornal MAPA. Os restantes, assinados
em nome individual ou colectivo, são
da exclusiva responsabilidade dos
seus autores.



Mapeando software livre com o colectivos.org



Alguém precisa da funcionalidade X? O movimento de software livre, aqui e no resto do mundo, tem várias alternativas aos gigantes tecnológicos. Guarda-as na barra de marcadores (do Firefox!) para estarem à mão.

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

O que é o **colectivos.org** e o que fazem? O **coletivos.org** apoia coletivos a auto-organizar-se na Internet, utilizando ferramentas de software livre, alojadas em servidores mantidos por nós. Tendemos a apoiar projetos com que temos afinidade, estabelecendo redes de solidariedade. Para coletivos, oferecemos o Nextcloud, onde é possível partilhar ficheiros, criar calendários, formulários, notas, gerir passwords e finanças. Também temos e-mail, um fórum privado (Discourse) e espaço de alojamento para websites. Também alojamos a rede social Mastodon, o Peertube (upload de vídeos) e Pads para edição colaborativa de texto online.

O vosso trabalho começou pela organização de oficinas. É urgente combater o software proprietário? É verdade que começámos o **coletivos.org** depois da organização de uma oficina semanal de computadores, em Lisboa, onde muita gente instalou linux (software livre), além de reparar o seu computador. A nossa dependência do software e hardware proprietário (especialmente dos serviços cloud, propriedade de meia dúzia de empresas gigantes e poderosas) controla a nossa vida de uma maneira nunca antes conseguida pelo capitalismo. Por exemplo, quando crias uma conta num website proprietário, estás preso para sempre a esse serviço. Tens que adaptar a tua criatividade e forma de fazer as coisas às ferramentas, enquanto que no movimento de software livre conseguimos adaptar as ferramentas às nossas necessidades. Alguém precisa da funcionalidade X? Alguém no outro lado do mundo acaba por implementá-la. Nos serviços cloud não podes simplesmente mudar de serviço, eles têm os teus contatos, as tuas fotografias, as tuas memórias. Por outro lado, projetos políticos radicais são constantemente bloqueados destas plataformas (Crimethinc, It's Going Down, páginas de ação direta anti-racista, páginas de apoio à Palestina...). A comunicação digital pode trazer coisas incríveis e utópicas através da conexão entre humanos, partilha de informação, empoderamento de pessoas marginalizadas, organização à distância, mas nas nossas mãos - não nas dos que propagam e beneficiam do status quo.

Por um lado somos forçados a usar a Google ou a Microsoft em contextos escolares e de trabalho, por outro há a ideia de que as alternativas livres não são «user-friendly». Mito ou realidade?

A Google ou a Microsoft gostam muito de entrar nos contextos escolares e de trabalho para nos tornarem dependentes das suas tecnologias, adaptando-nos a elas desde pequenos. Há alguma verdade na ideia (já um pouco antiquada) de que as alternativas não são sempre «user-friendly» - o movimento de software livre não tem os mesmos recursos das grandes corporações. Mas durante anos, através do apoio mútuo e da partilha de conhecimento, tem evoluído muito e já consegue ultrapassar em muitos contextos o software proprietário.

Quais os primeiros passos para cultivar autonomia digital? Há iniciativas inspiradoras que podemos seguir?

Gostávamos de responder a esta pergunta com uma frase da declaração de independência do cyberspaço, de 1996: «Nós não temos nenhum governo eleito, nem queremos um (...). O cyberspaço não está dentro das vossas fronteiras. Não pensem que o podem construir, como uma empreitada pública. Não podem. É um ato da natureza, que cresce por si próprio através das nossas ações coletivas». A internet sempre foi um meio de autonomia digital, de liberdade e descentralização, ideia que tem sido atacada constantemente por estados e corporações de forma a tentarem governar, censurar e aumentar os seus lucros. Apesar disso, ainda podemos ter uma internet descentralizada num sistema livre e que nos empodera. Urgimos a coletivos (e indivíduos) que busquem essa autonomia, que mudem, mesmo que gradualmente, as suas formas de comunicação, organização, produção e armazenamento de dados para software livre. Para cada ferramenta proprietária existem múltiplas alternativas livres. Aprender sobre elas e partilhar esse conhecimento nos nossos contextos e lutas é indispensável para cultivar uma cultura de segurança e autonomia. Há muitas iniciativas apoiadas nesta ideia: a Wikipedia, archive.org, Openstreetmaps, Free Software Foundation, Chaos Computer Club... Existem também projetos afins ao nosso, como o disroot.org da Holanda, riseup.net dos E.U.A., framasoftware de França, system.li da Alemanha, immerda.ch da Suíça, austiciti da Itália, etc.

Que softwares livres recomendamos para reforçarmos a nossa caixa de ferramentas anti-proprietária?

Para eliminar a Google na maior parte dos dispositivos android podemos utilizar o Lineageos. Para explorar mapas recomendamos o OsmAnd, que deve ser instalado através do F-Droid - um repositório de aplicações de software livre. Para ver vídeos no Youtube sem anúncios e sem ser rastreado, há o NewPipe. Para chat há muitas soluções, mas nós recomendamos o Conversations (xmpp) e o Element (Matrix), que correm ambos em código livre e fornecem encriptação. No computador, o Linux Mint é um bom sistema operativo para iniciantes (e não só). Para navegar na internet, há o Firefox, ou o Tor para navegar de forma anónima. Podem encontrar mais sugestões em: <https://prism-break.org/en/>.

MAPA BORRADO

